Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2023 | Nª 25.375 | Preço banca: R$ 3,50

Nova regra fiscal combinará meta de superávit e controle de gastos

Governo de SP libera 3,2 mil contratos de financiamento para compra da casa própria

Página 2

Ministro anuncia R$ 400 milhões para busca ativa do CadÚnico

Página 18

A nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos combinará uma meta de superávit primário (resultado positivo nas contas do governo sem os juros da dívida pública) e um limite para o crescimento das despesas, disse o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

"Tem meta de superávit e mecanismo de controle", afirmou Padilha sobre o novo arcabouço fiscal. O ministro deu a declaração ao chegar à residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Haddad apresentou o projeto de lei complementar a Lira e aos líderes partidários da Câmara.

O ministro de Relações Institucionais também afirmou que o novo arcabouço fiscal terá instrumentos anticíclicos – que permitem ao governo economizar mais em momentos de crescimento da economia e gastar mais em recessões. Segundo ele, o texto final estabelecerá regras para os governos seguintes e conciliará a responsabilidade fiscal com a social.

Padilha havia afirmado que Haddad pretendia antecipar para quarta a reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No entanto, o Senado informou que a apresentação da proposta aos senadores ocorrerá nesta quinta-feira (30).

O governo fechou a proposta definitiva do novo arcabouço fiscal em reunião no Palácio da Alvorada, que durou a maior parte da tarde. Segundo Padilha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpre agenda no Alvorada para recuperar-se de uma pneumonia, deu aval para que Haddad apresente o texto aos deputados e senadores.

Além de Lula e Haddad, participaram do encontro no Alvorada a presidente do PT, Gleisi Hoffmann; o secretário executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo; o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); a secretária executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, e a ministra de Gestão e Orçamento, Esther Dweck. (Agencia Brasil)

Em São Paulo, 69% dos alunos consideram ter violência nas escolas estaduais

Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva em parceria com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) mostra que 69% dos estudantes consideram haver um nível médio ou alto de violência nas escolas estaduais do estado de São Paulo. Entre os professores, esse percentual é de 68% e, quando os familiares dos alunos respondem, chega a 75%.

Segundo a pesquisa Percepção dos Profissionais da Educação, Estudantes e Pais sobre a Violência nas Escolas, no centro, 64% dos alunos têm essa percepção, contra 74% daqueles que estudam na periferia. Entre os professores são 39% e 89% e entre os familiares, 68% e 80%, respectivamente. Foram entrevistados 1,25 mil estudantes, 1,25 mil famílias e 1,1 mil professores entre os dias 30 de janeiro e 21 de fevereiro.

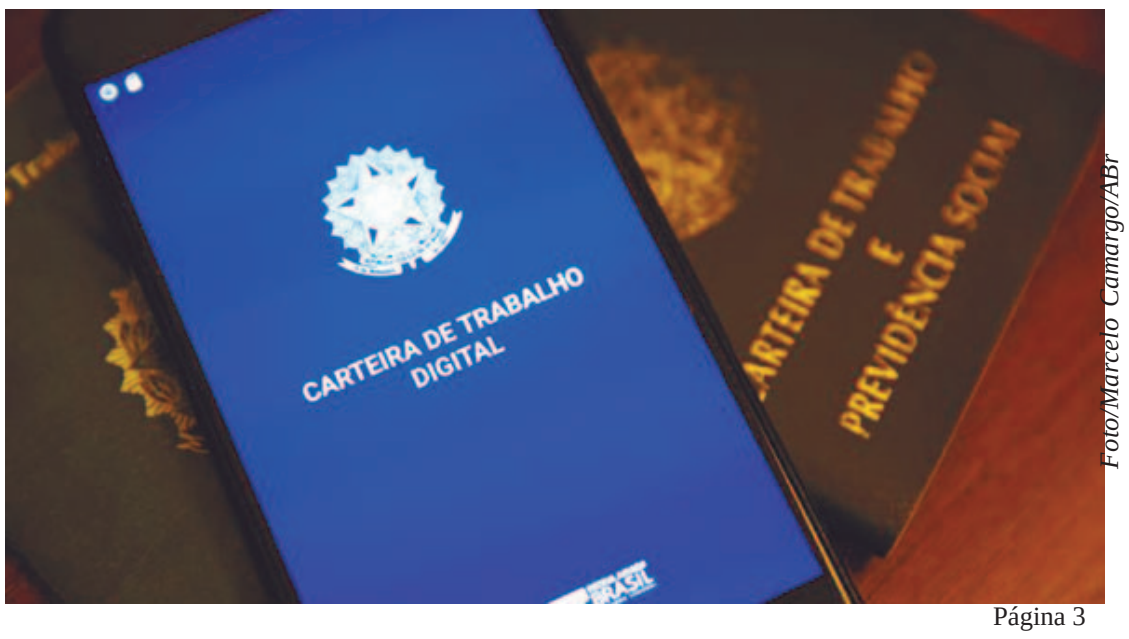
Quando questionados sobre o nível de violência em suas próprias escolas, 55% dos estudantes, 61% dos professores e 70% dos familiares consideram médio ou alto. Quando separados entre região central e periferia, esses percentuais são de 42% e 68% entre os estudantes, 26% e 86% entre os docentes e 61% e 76% entre os familiares dos alunos.

A pesquisa indicou ainda que 24% dos professores e 41% dos alunos não se sentem seguros no entorno das escolas; dentro das unidades de ensino, eles também não se sentem seguros: são 16% dos docentes e 26% dos estudantes. A pesquisa perguntou ainda quem soube de casos de violência em suas escolas. Entre os familiares, 73% disseram ter conhecimento; entre os estudantes foram 71% e, entre os professores, 41%.

A pesquisa mostra também que 98% dos estudantes, 96% dos professores e 97% dos familiares concordam que o governo deveria dar mais condições de segurança para as escolas.

A presidenta do Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, conhecida como professora Bebel, disse que no pós-pandemia, com a volta às atividades nas escolas, deveria haver um projeto para dar atenção psicológica aos alunos, já que muitos perderam pessoas próximas para a covid-19, além de perderem o conteúdo educacional. (Agencia Brasil)

Caged registra criação de 241,7 mil postos de trabalho em fevereiro



Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 3

Vale fecha acordo de US$ 55,9 mi e encerra ação sobre tragédia de Brumadinho

Em comunicado ao mercado, a Vale anunciou ter fechado acordo para encerrar nos Estados Unidos uma ação judicial relacionada com a tragédia ocorrida em Brumadinho, Minas Gerais. A mineradora vai arcar com pagamentos que totalizam US$ 55,9 milhões, mas poderá refutar as acusações. De acordo com comunicado divulgado terça-feira (28), o acordo entrará em vigor assim que for ratificado pelo Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Leste de Nova York. Página 20

Esporte

Enzo Fittipaldi encara desafio inédito da Fórmula 2 na Austrália

A Austrália recebe pela primeira vez neste final de semana, no circuito de Albert Park, uma etapa da Fórmula 2. E, sabendo do desafio que enfrentará no traçado localizado em Melbourne, Enzo Fittipaldi fez boa parte da preparação para a terceira rodada dupla da temporada 2023 na sede da Red Bull, equipe da qual faz parte da academia, usando o simulador da equipe.

"Trabalhei bastante na sede da Red Bull nos últimos dias. Venho fazendo muitas atividades no simulador e me sinto bem preparado para a sequência da temporada da Fórmula 2. Será minha primeira vez correndo na Austrália, e vamos para lá acelerar com tudo e buscar bons resultados", disse Enzo Fittipadi, que tem os patrocínios de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake, Furia, PLGG e Fantom.

Em toda a história das categorias de acesso à Fórmula 1, jamais houve uma etapa na Austrália. Assim, o circuito localizado na capital do estado australiano de Victoria é inédito para todos os pilotos da Fórmula 2. Por este motivo, o único brasileiro no grid do campeonato neste ano destaca a importância no trabalho do simulador para esta etapa.



Foto/ Dutch Photo Agency

Enzo *Fittipaldi*

"Como a pista é completamente nova para todo mundo, todo mundo vai ter que conseguir um acerto ideal muito rapidamente. Acredito que o trabalho no simulador é ainda mais importante neste final de semana e isso vai me ajudar na adaptação ao circuito e também a conquistar bons resultados", completou Enzo, que nesta temporada defende a equipe Carlin.

As atividades da categoria de acesso à Fórmula 1 serão abertas na quinta-feira à noite no Brasil, manhã de sexta-feira em Melbourne, com a classificação marcada para as primeiras horas da sexta-feira. As duas corridas serão disputadas no sábado pelo horário brasileiro, às 0h20 e 22h35. O BandSports mostra a programação.

Campeonato estudantil amplia investimento em atividades, diversidade e inclusão em 2023

A Liga Esportiva NESCAU® tem como objetivo incentivar a atividade física e promover os valores do esporte desde 2015. Em 2023, na nona edição, segue a vocação que a transformou no maior e mais inclusivo campeonato poliesportivo estudantil do Brasil, sendo pioneiro ao unir modalidades convencionais e adaptadas nos mesmos dias e locais. Para chegar a esse patamar, entre 2015 e 2022 a marca de achocolatados da Nestlé investiu em torno de R$ 24 milhões. Agora, renova seu compromisso com as novas gerações, garantindo investimento de mais de R$ 15 milhões até 2025.

A Liga Esportiva NESCAU® que já é tradição em São Paulo, assim como o Summit, evento destinado a profissionais de educação física, está prevista para os meses de setembro e outubro. Porém, o calendário 2023 já está a todo vapor desde fevereiro, com ativações nos pontos de venda em dezenas de cidades do país e que prometem seguir em funcionamento até dezembro, oferecendo chute a gol, minigolfe e outras versões reduzidas de modalidades esportivas para o público. Essa é uma maneira de apresentar o esporte e sua diversidade aos jovens brasileiros.

Outra grande novidade deste ano são as Mini Ligas, que percorrerão cidades como Araras, no interior de São Paulo, Imperatriz, no Maranhão, e Recife, em Pernambuco. Não por acaso, os municípios maranhense e pernambucano são o berço de 2 das 12 Embaixadoras da Liga Esportiva NESCAU®: Rayssa Leal e Etiene Medeiros, respectivamente. "Assim, NESCAU® ajuda a resgatar o valor do esporte e a importância de torná-lo desejável e acessível entre as novas gerações, tão impactadas pela privação das práticas esportivas imposto pelo isolamento durante a pandemia dos últimos dois anos", afirma Gabriela Guerreiro, Head de Bebidas da Nestlé Brasil.

Para a temporada 2023, a Liga Esportiva NESCAU® tem o compromisso de atingir mais 35 mil pessoas, garantindo mais de 52% de participação feminina e a meta de aumentar para pelo menos 7% de crianças e adolescentes com deficiência (um percentual que representa mais que o triplo da parcela PCD dessa faixa etária na população brasileira, de acordo com o último Censo). Em oito edições, a competição já impactou a vida de mais de 45 mil crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, além de 5 mil professores, com a participação de cerca de 1.500 instituições de todos os cantos do país. Só no ano passado, a iniciativa proporcionou 510 horas de prática esportiva, contando com 35 esportes, entre modalidades, oficinas e desafios.

Embaixadores – Além da skatista Rayssa e da nadadora Etiene, o time de embaixadores escalado para a edição 2023 também conta com Falcão (futsal), Daniel Dias (paranatação), Flávia Saraiva (ginástica), Verônica Hipólito (paratletismo), Sophia Medina (surfe), Julia Rosado, a Jujugol (futebol e futsal), Raissa Rocha Machado (paratletismo), Daniel Amorim, o Amorinha (paraskate), Bboy Luan San (breaking) e Gean Sampaio (educação física). Com essa nova formação, as mulheres são maioria, com sete representantes. O crescimento também veio no número de paratletas, que agora são quatro.

Pagamento com cartão por aproximação já é aceito em pedágios

O pagamento da tarifa de pedágio com cartão por aproximação já é uma realidade em 52% das praças de pedágio das rodovias concedidas do Estado de São Paulo, sob gestão de 20 concessionárias e fiscalizadas pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo.

Atualmente, 91 praças já recebem este tipo de pagamento, que traz mais fluidez ao tráfego e conforto aos motoristas. Desse total, em 71 praças, os pagamentos são feitos por meio de cartão de crédito ou débito e 20 somente por débito. De outubro de 2022 para janeiro de 2023 a aceitação de cartões saltou de 9% para 15,5%.

A inovação com o uso de pagamento por meio de cartões de crédito e débito teve início em abril de 2020, com investimentos das concessionárias Ecovias e Ecopistas, que foram as primeiras a implantar a ferramenta nas praças de pedágio das rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) e do Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto.

Este tipo de pagamento, que utiliza a tecnologia NFC (Near Field Communication), foi bem aceito pelos motoristas, começando com 2% de utilização e hoje já representa 21% do total de pagamentos nas 11 praças de pedágio das duas concessionárias. O uso desta tecnologia também resultou em uma menção honrosa à Ecovias, em 2023, no prêmio P3C categoria "Melhor Gestão Privada em projetos de infraestrutura".

A tecnologia, agora, está espalhada pela malha concedida do Estado de São Paulo. Na região de Campinas, por exemplo, as principais rodovias, como a Anhanguera (SP 330) e a Bandeirantes (SP 348), operadas pela CCR AutoBan, e a D. Pedro I (SP 065), administrada pela Rota das Bandeiras, já contam com a facilidade.

Juntas, as duas concessionárias contam com 18 praças que aceitam essa ferramenta. O Sistema Castello Branco (SP 280)/ Raposo Tavares (SP 270), administrado pela CCR ViaOeste, também já recebe pagamento com cartão por aproximação. O Trecho Oeste do Rodoanel também tem a facilidade, entre outras rodovias do Programa de Concessões do Estado de São Paulo.

"O uso de tecnologias que tragam mais segurança e fluidez ao tráfego são premissas dos contratos do Programa de Concessões Rodoviárias, assim como mais conforto aos motoristas que utilizam os mais de 11 mil quilômetros de rodovias concedidas", reforça Milton Persoli, diretor geral da ARTESP.

Este método de pagamento vale para todo tipo de veículo por meio de cartões que tenham a tecnologia de aproximação NFC (Near Field Communication), basta conferir se o seu cartão é aceito nessas plataformas e informar o operador de pedágio que você irá fazer o pagamento por aproximação.

Governador de SP recebe alta hospitalar em Londres

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, recebeu alta hospitalar na terça-feira, (28) após passar por uma cirurgia para a retirada de um cálculo renal. Freitas foi operado em Londres, onde participava de uma missão internacional do governo paulista desde domingo.

Na segunda-feira, Tarcísio teve uma crise renal e precisou se afastar da agenda, que previa uma série de encontros com investidores europeus. O secretário de Negócios Internacionais do governo, Lucas Ferraz, passou a representar o governador nos encontros programados hoje no Reino Unido, e amanhã em Madri, na Espanha.

Segundo a Secretaria de Comunicação do estado, a participação do governador nos demais compromissos da missão, que continuará na quinta-feira, em Paris, na França, dependerá de avaliação e recomendação médica.

"Estou me recuperando bem, com expectativa de alta. Volto ao hospital para novos exames, que definirão sobre retomada da agenda", disse o governador no Twitter. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador e presidente da Mesa, o virtual vice-prefeito Milton Leite (União) vai acabar se acertando com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) na indicação do nome que vai pro Tribunal de Contas

.

PREFEITURA (São Paulo)

O jornalista Rui Falcão foi vice-prefeito na gestão Marta (2001 a 2004). O ex-presidente do PT é atual deputado federal e preside a Comissão (Constituição e Justiça / Cidadania). Sempre foi moderado

.

ASSEMBLEIA

Pintaram as primeiras CPIs no parlamento paulista : CPI da Enel na região do ABC paulista, do deputado Auricchio (PL); CPI dos golpes via PIX, do deputado Itamar (MDB); CPI da transição de gênero, do ...

.

(São Paulo)

... deputado Gil Diniz (PL), envolvendo crianças e adolescentes; CPI dos deslizamentos de terra, da deputada Fabiana Barroso (PL) e CPI da epidemia do crack, do deputado Paulo Correa (Republicanos)

.

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio (Republicanos) deve reassumir o comando - por investimentos - em Paris, após cirurgia que sofreu em Londres (pedra nos rins). Nas ruas, verá os franceses contra reformas na previdência francesa

.

CONGRESSO (Brasil)

Este é um dos assuntos da hora na Câmara Deputados e Senado : Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (senadores e deputados federais) pra dar palanque às oposições ao 3º governo Lulista (PT)

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Chegar de volta ao país, um dia antes de 31 março pode parecer provocação do ex-presidente Bolsonaro (PL) ? Parece que sim, porque os novos comandos das Forças Armadas não comemorarão 1964

.

PARTIDOS (Brasil)

Ciro Gomes (ainda no PDT que foi do Brizolismo) pode retornar ao PSDB, pelas mãos do ex-senador (CE) Jereissati. Ele se dava bem com o então governador (SP) e agora vice-presidente Alckmin (PSB)

.

HISTÓRIAS

A imprensa paulista tem tanta história, que muitas sequer são estudadas pelos cursos de comunicação (jornalismo). Por exemplo a imprensa de muitas das colônias que estão pelo nosso Estado

.

ANO 31

Cesar Neto é jornalista e editor da coluna de política - cesarneto.com - desde 1993 na imprensa (Brasil). Recebeu "Medalha Anchieta" (Câmara municipal - São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" (Assembleia - Estado São Paulo)

cesar@cesarneto.com

Governo do Estado libera 3,2 mil contratos de financiamento para compra da casa própria

A compra da casa própria está mais próxima para mais de 3 mil famílias paulistas. Na quarta-feira (29), o Governo de São Paulo entregou mais de 1,7 mil escrituras de financiamento habitacional de novas moradias para famílias de baixa renda pelo Programa Carta de Crédito Associativo – Imóvel na Planta.

Ao mesmo tempo, o Estado deu início ao processo de assinatura de outros quase 1,5 mil compromissos de compra para famílias já habilitadas na iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Ao todo, são 1.739 escrituras de financiamentos para os Residenciais Reserva Raposo e Santa Rita (Legeado L), ambos na capital, além do Residencial Famma, em Embu das Artes. Os novos contratos contemplam 1.489 moradias em conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo e em Santo André.

"Estendemos a mão, mas não carregamos ninguém no colo, porque vocês têm os compromissos de pagar os contratos à CDHU. E nós temos o compromisso de pagar a diferença às construtoras. É através dos impostos pagos por toda a sociedade é que é possível realizar esse sonho em conjunto com cada um de vocês", afirmou o governador em exercício Felicio Ramuth.

Como funciona

Por meio da modalidade Imóvel na Planta, o Governo de São Paulo concede financiamento a famílias com renda de até cinco salários-mínimos, que preferencialmente recebem o auxílio-moradia do Governo Estadual, oriundas de áreas de risco ou inscritas em editais públicos realizados pela CDHU. Os candidatos passam por um processo de habilitação, assinam o contrato e, na fase seguinte, recebem a escritura do financiamento.

Os imóveis terão valor máximo de crédito concedido pelo Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) de até R$ 180 mil e serão financiados de acordo com os critérios da CDHU e das novas diretrizes das Políticas Habitacional do Estado, que preveem juro zero e comprometimento da renda de 20% com o pagamento das parcelas mensais do financiamento de até 30 anos.

As famílias também ficarão isentas de encargos durante a fase de obras e o pagamento da primeira prestação vai ocorrer somente 30 dias após a entrega das chaves do imóvel pronto para morar.

Caberá ao Governo do Estado arcar com todas as despesas do financiamento, como o pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), registro do imóvel em cartório e o seguro de morte ou invalidez permanente durante a obra, garantindo tranquilidade para as famílias.

Prefeitura e Estado assinam Termo de Cessão de terreno para implantação de mais de 700 unidades habitacionais

O prefeito Ricardo Nunes e o governador em exercício do Estado de São Paulo, Felício Ramuth, assinaram na quarta-feira (29) o Termo de Cessão de Posse do terreno Sacomã E, na Zona Sul da cidade, para a construção de mais de 700 unidades habitacionais.

"Após a saúde, não há nada mais importante do que ter uma casa, o nosso lar com a nossa família. Quando a gente fica muito tempo na luta por um sonho, queremos chegar ao resultado, de poder ter as chaves. É por isso que esta parceria com o Governo do Estado de São Paulo é algo em que a gente pode avançar bastante nas políticas habitacionais, com a criação de modalidades para reduzir o déficit habitacional", afirmou o prefeito Ricardo Nunes.

A área localizada no Sacomã pertencia à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), do Governo do Estado, e foi transferida para a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP), do município, e poderá ser inserida na Parceria Público-Privada (PPP) Cohab.

"Este é um momento especial para garantir que as pessoas deem mais um passo em direção à casa própria. Juntos conseguimos construir uma cidade e um Estado melhores, e o dia de hoje representa justamente isso, poder realizar tantos sonhos com cada um fazendo a sua parte", destacou o governador em exercício do Estado de São Paulo, Felício Ramuth.

A área do terreno possui um total de 21.669,54 m². Para compor a PPP da Habitação e viabilizar as novas moradias, tanto a Cohab como a CDHU realizaram uma série de estudos técnicos. Após as tratativas, foi firmado acordo para a cessão do terreno ao município de São Paulo, em continuidade ao convênio firmado entre as duas companhias.

Para o presidente da Cohab-SP, João Cury, o alinhamento entre Prefeitura e o Governo do Estado é fundamental para otimizar a execução de políticas públicas. "A PPP Cohab é um mecanismo inovador, e esta parceria entre os setores municipal e estadual permite ampliar a capacidade de atendimento habitacional e, assim, levar mais moradia digna às famílias da cidade", afirmou.

"Todos nós trabalhamos de uma forma incansável para resolver os problemas de moradia em todo o Estado de São Paulo. Vocês sabem que a CDHU tem uma produção cada vez maior. Assinamos 8.711 unidades na semana passada, e vocês podem ter certeza de que nós vamos fazer este trabalho de forma incansável. Estamos com uma priorização às pessoas de áreas de risco, que precisam ser removidas dessas áreas, e nós temos que dar uma habitação digna para elas", disse o secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

Sobre a PPP

Como mais uma alternativa para a diminuição do déficit habitacional da cidade, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab-SP) e da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), lançou a primeira Parceria Público-Privada da Habitação Municipal do Brasil. O Programa já contratou 22.430 novas moradias com investimentos de aproximadamente R$4 bilhões a serem realizados pela iniciativa privada.

Ao concessionário, além da implantação das Unidades Habitacionais acompanhada de Edificações Não Residenciais e dos Equipamentos Públicos, caberá ainda o apoio operacional na obtenção de financiamento para as famílias, a prestação de serviços de trabalho social de pré e pós-ocupação, o apoio à gestão condominial e a manutenção predial dos empreendimentos construídos.

Vantagens da PPP

A PPP permite que o poder público juntamente com o setor privado busque financiamento de longo prazo junto às instituições financeiras, viabilizando o investimento concentrado em habitação social na capital paulista, com impacto fiscal nulo durante a fase de produção e encargos diluídos em até 20 anos.

Além da implantação de unidades habitacionais, o programa possui como característica proporcionar o desenvolvimento urbanístico integrado da cidade aproximando moradia aos serviços e empregos, em locais próximos a corredores de transporte público, com toda a implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, como requalificação do sistema viário, requalificação ambiental de áreas de proteção ambiental, implantação de novas áreas verdes, postos de saúde (UBS e UPAs), escolas e áreas comerciais junto às habitações, permitindo aos moradores a vivência em um bairro completo.

Com esses acordos de cooperação com as secretarias municipais, a PPP viabiliza a implantação dos seguintes equipamentos públicos:

17,26 Km de ciclovias e ciclofaixas (com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT);

Reforma e/ou construção de 11 UPA's/UBS's (com a Secretaria Municipal de Saúde – SMS)

Acordos de Cooperação com as demais secretarias municipais

PM prende homem envolvido em roubo de R$ 500 milhões a banco na Avenida Paulista

Um homem de 49 anos, suspeito de participar de um dos maiores assaltos a banco da história do país, realizado em agosto de 2011 na Avenida Paulista, foi preso por policiais militares, na manhã de quarta-feira, (29), na Rua Professor Jose Soares de Mello, Cachoeirinha.

Após denúncia anônima, os policiais abordaram o homem ao sair de sua residência e o encaminharam até o 72ºDP. Ele tinha um mandado de prisão em aberto.

Na ocasião do roubo ao banco na Avenida Paulista, a quadrilha arrombou 161 cofres, roubou joias, pedras preciosas, documentos e um valor estimado em R$ 500 milhões. O homem permanecerá preso à disposição da Justiça.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Caged registra criação de 241,7 mil postos de trabalho em fevereiro

Prejudicada pela desaceleração econômica e pelo fechamento de vagas no comércio, a criação de emprego formal caiu em fevereiro. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 241.785 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Em relação a fevereiro de 2022, houve queda de 26,4%. No período, tinham sido criados 328.507 postos de trabalho, nos dados sem ajuste, que não consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. Apesar da desaceleração em relação a fevereiro do ano passado, continua a haver melhora em relação a dezembro, quando haviam sido fechados 440.669 postos. Em janeiro, foram criados 84.571.

Considerando os meses de janeiro e fevereiro, foram abertas 326.356 vagas. Esse é o resultado mais baixo para os dois primeiros meses do ano desde a reformulação do Caged, em 2020. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores. A mudança da metodologia não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em fevereiro. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 164,2 mil postos, seguido pela construção civil, com 40.380 postos a mais. Em terceiro lugar, vem a indústria (de transformação, de extração e de outros tipos) com a criação de 22.246 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na agropecuária, com a abertura de 16.284 postos. Somente o comércio, pressionado pelo fechamento de vagas temporárias típico do início de ano, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 1.325 vagas.

Destaques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 90.381 postos formais. A categoria de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 29.026 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 37.190 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o setor de água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 1.672 vagas.

As estatísticas do Caged, não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior, que vigorou até 2020, separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Regiões

Todas as regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em fevereiro. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 110.575 postos a mais, seguido pelo Sul, com 63.309 postos. Em seguida, vem o Centro-Oeste, com 29.959 postos. O Nordeste abriu 23.164 postos de trabalho. Após dois meses consecutivos extinguindo empregos formais, o Norte criou 12.456 vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, todas registraram saldo positivo em fevereiro. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+65.356 postos), Minas Gerais (+26.983) e Paraná (+24.081). Os menores crescimentos ocorreram no Amapá (+139 postos), Alagoas (+160) e Roraima (+220). (Agencia Brasil)

Preços de produtos na saída das fábricas recuam 0,30% em fevereiro

Os produtos na saída das fábricas registraram deflação (queda de preços) de 0,30% em fevereiro deste ano. O dado é do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado na quarta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em janeiro, o IPP havia registrado inflação de 0,29% nesses produtos. Em fevereiro do ano passado, a alta de preços havia ficado em 0,54%. Com o resultado, o IPP acumula deflação de 0,01% no ano e inflação de 1,38% em 12 meses.

Onze das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram deflação em fevereiro deste ano, com destaque para outros produtos químicos (-2,43%), refino de petróleo e biocombustíveis (-1,66%) e alimentos (-0,73%).

Por outro lado, 13 atividades tiveram inflação e evitaram uma queda maior de preços do IPP em fevereiro, entre elas as indústrias extrativas, que registraram taxa de 3% no mês.

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, foram observadas deflações nos bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (-0,22%), nos bens intermediários, ou seja, os insumos industrializados usados no setor (-0,69%).

Por outro lado, tiveram inflação os bens de consumo duráveis (0,13%) e os bens de consumo semi e não duráveis (0,36%), de acordo com o IBGE. (Agencia Brasil)

Geração de energia solar terá isenção fiscal para placas fotovoltaicas

Após bater recorde de geração em 2022, a energia solar ganhou um incentivo para atrair mais consumidores em 2023. Decreto publicado na quarta-feira (29) no Diário Oficial da União incluiu as placas fotovoltaicas no programa de isenção fiscal para semicondutores.

Criado em 2007, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) zera quatro tributos – Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Cofins) – sobre a produção de chips e de semicondutores. Neste ano, o governo abrirá mão de arrecadar R$ 600 milhões.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Padis tem se mostrado fundamental para a fabricação de diversos dispositivos eletrônicos, como smartphones, computadores, televisores e sistemas de automação industrial. A pasta ressalta que os semicondutores e os componentes microeletrônicos são necessários para garantir a viabilidade da Indústria 4.0 (indústria adaptada à revolução tecnológica).

A indústria de semicondutores no Brasil tem faturado mais de R$ 3 bilhões por ano, correspondendo a apenas 0,2% da oferta mundial desses componentes. Em 2019, último ano com dados fechados disponíveis, o investimento em pesquisa e desenvolvimento no setor atingiu R$ 90,2 milhões, e os produtos fabricados pelo Padis geraram o recolhimento de R$ 59,2 milhões em tributos federais.

Segundo o MDIC, a ampliação do programa para a indústria de painéis solares impulsionará a produção de semicondutores e a geração de empregos de qualidade em diferentes estados. Para a pasta, o aumento da indústria de semicondutores poderá estimular a inovação em outras áreas, como inteligência artificial e computação em nuvem. Em relação à energia solar, o ministério destaca que o Padis elevará os investimentos em infraestrutura verde e em novas usinas de energia limpa em várias regiões do país. (Agencia Brasil)

Varejo nacional deve faturar R$ 2,49 bi na Páscoa, projeta a CNC

O comércio varejista brasileiro deverá vender R$ 2,49 bilhões para a Páscoa deste ano, um aumento de 2,8% em comparação com o mesmo período de 2022, já descontada a inflação. O resultado ficará, entretanto, 2,7% abaixo do registrado em 2019, que atingiu R$ 2,56 bilhões. A estimativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Páscoa representa a sexta data comemorativa mais relevante do calendário do varejo.

"Essa data comemorativa deve ficar aquém do nível de vendas de 2019. E, basicamente, são duas razões para isso", disse, na quarta-feira (29), à Agência Brasil o economista da CNC, Fabio Bentes.

A primeira razão é o comportamento dos preços, com a alta da inflação. "Os preços dos alimentos têm subido bastante e os itens específicos da Páscoa devem ter aumento de 8%. Se confirmado esse reajuste, será a maior alta desde 2016", informou. Naquele ano, os preços da cesta de produtos da Páscoa tiveram expansão de 10,3%.

O segundo fator para o faturamento do setor ser menor que o de 2019 é que a Páscoa não é uma data comemorativa com apelo tão grande como o Natal, dia das Mães e a Black Friday, disse Bentes. Além disso, o consumidor deve ficar um pouco mais cauteloso.

"A data se insere no contexto de recuperação da economia, mas não consegue atingir o faturamento de antes da pandemia por conta da variação dos preços nos últimos meses, e, especificamente, os preços dos alimentos da Páscoa", explicou.

Por estados, são esperadas altas de vendas em Santa Catarina (7,9%), Ceará (7%) e Espírito Santo (6,8%). Já os maiores volumes de vendas deverão se concentrar em São Paulo (R$ 977,02 milhões), Minas Gerais (R$ 273,11 milhões) e Rio de Janeiro (R$ 243,99 milhões) que, juntos, responderão por 60% do volume financeiro gerado para a data.

Outro indicador de que o varejo está apostando em uma Páscoa moderada este ano é que as importações de chocolate, embora tenham crescido 6,5% em relação a 2022, somando 2,76 mil toneladas, não conseguiram igualar as compras de 2020, que somaram três mil toneladas.

Em relação a outro produto típico da época - o bacalhau -, a CNC registrou queda de 32,7% na quantidade importada ante a Páscoa do ano passado, totalizando 3,69 toneladas contra 5,48 toneladas em 2022.

Os números foram tabulados pela entidade de acordo com registros da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). No que tange ao bacalhau, cujo quilo custa bem mais caro que o dos chocolates, o varejo percebeu que o consumidor não está com o bolso muito farto e, aí, não investiu muito na importação do produto.

"Foi a menor importação de bacalhau desde 2020, que foi a primeira Páscoa atípica do comércio. Esse movimento de importação do varejo é uma leitura que o comércio faz da intenção de consumo das famílias. Nesse momento, não há espaço para gastos muito fora do orçamento. Os juros estão altos. A economia não está crescendo tanto. Embora tenha fechado o ano passado com crescimento de quase 3%, percebe-se uma desaceleração da economia e o varejo não quis encalhar com esse produto com uma importação volumosa de bacalhau", salientou Bentes.

A cesta de bens e serviços da Páscoa, composta por oito itens, revela que praticamente todos os produtos estarão mais caros. Na média, o aumento será de 8,1%, superando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) de 5,5%. Bolos e chocolates têm tendência de alta de 15,9% e 13,9% na comparação com 2022.

No Rio de Janeiro, 65% do comércio estimam incremento de 2,5% nas vendas para a Páscoa, enquanto 27% estimam crescimento de 4% e 8%. A data é considerada um Natal para as lojas especializadas em chocolate e passou a ter um novo sabor para o varejo, não se restringindo apenas aos ovos de chocolate e caixas de bombons. É o que mostra pesquisa do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio), que ouviu 350 lojistas da cidade.

A pesquisa indica também que 20% dos lojistas contrataram temporários para a Páscoa. Desses, 10% afirmaram que pretendem contratar após a data comemorativa, mas isso depende do comportamento das vendas.

Estudo do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) - feito nos dias 17, 20 e 21 deste mês com 800 consumidores do Rio - revela que 69,5% dos entrevistados pretendem presentear na Páscoa, 27,5% não devem comprar nada e 3% ainda não decidiram.

Segundo a sondagem, a movimentação financeira para a cidade do Rio é estimada em R$ 408 milhões, com gasto médio de R$ 106 na compra de presentes. O ovo de Páscoa figura em primeiro lugar entre as opções dos consumidores que desejam presentear, com 59,6%, seguido de bombom (37,8%) e barra de chocolate (24,1%).

Dos entrevistados, 86,9% disseram que tencionam comprar presentes em lojas físicas, 7,9% em lojas virtuais e 4,5% em ambas. Os consumidores que não desejam presentear nesta Páscoa apontaram entre os principais motivos para isso o fato de não ter ninguém a quem presentear, não ter hábito de comemorar a Páscoa e falta de dinheiro. (Agencia Brasil)

Em fevereiro, juros médios dos bancos sobem para 44,2% ao ano

A taxa média de juros das concessões de crédito livre teve alta de 7,7 pontos percentuais (pp) nos últimos 12 meses e chegou a 44,2% ao ano em fevereiro. No mês, o aumento foi de 0,7 pp, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas na quarta-feira (29), em Brasília, pelo Banco Central (BC).

Nas novas contratações para empresas, a taxa média do crédito ficou em 24,2% ao ano, queda de 1,1 pp no mês e alta de 2,7 pp em 12 meses. Nas contratações com as famílias, a taxa média de juros alcançou 58,3% ao ano, alta de 1,7 pp no mês e de 10,2 pp em 12 meses.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa para pessoas físicas ficou em 10,3% ao ano em fevereiro, com queda de 1 pp em relação ao mês anterior e com alta de 1,8 pp em 12 meses.

Para empresas, a taxa caiu 0,2 pp no mês e teve aumento de 2 pp em 12 meses, indo para 13,2% ao ano. Assim, a taxa média no crédito direcionado chegou a 11% ao ano, redução de 0,8 pp no mês e alta de 1,8 pp em 12 meses.

O comportamento dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Em março do ano passado, o BC iniciou um ciclo de aperto monetário, em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

A Selic é o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de inflação. Em fevereiro, puxado principalmente pelos reajustes aplicados pelos estabelecimentos de ensino na virada do ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - ficou em 0,84%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA acumula alta 5,6% em 12 meses.

O Banco Central avalia que a alta na Selic tem sido repassada para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito e o Copom não descarta a possibilidade de novos aumentos caso a inflação não caia como o esperado.

A elevação da taxa básica ajuda a controlar a inflação porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida.

Cartão de crédito

Para pessoas físicas, o destaque do mês foi para o cartão de crédito, cujas taxas tiveram alta de 6,5 pp no mês e 28,2 pp em 12 meses, alcançando 101,4% ao ano.

No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve alta de seis pp de janeiro para fevereiro e aumento de 62,2 pp em 12 meses, indo para 417,4% ao ano. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. Nesse caso do cartão parcelado, os juros subiram 7,6 pp no mês e 15,3 pp em 12 meses, indo para 189,6% ao ano.

No cheque especial também houve alta de 6,3 pp no mês e de 4,9 pp em 12 meses, indo para 137,4% ao ano.

Já a taxa do crédito consignado teve estabilidade no mês e alta 3,8 pp em 12 meses (26,7%). No caso do crédito pessoal não consignado, os juros subiram 2,4 pp no mês de fevereiro e 3,3 pp em 12 meses (86,7% ao ano).

Estabilidade nas contratações

Segundo o Banco Central, a manutenção dos juros em alta, resultado do aperto monetário, e a própria desaceleração da economia a partir do segundo semestre do ano passado, contribuíram para a desaceleração do crédito bancário. No mês passado, as concessões de crédito caíram 10,5% para as pessoas físicas e 8,1% para empresas.

Em fevereiro, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R$ 5,319 trilhões, com uma ligeira variação negativa de 0,1% em relação a janeiro. O resultado refletiu a redução de 0,7% no saldo das operações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas (R$ 2,081 trilhões) e o aumento de 0,4% no de pessoas físicas (R$ 3,238 trilhões).

Na comparação interanual, o crédito total cresceu 12,6% em fevereiro, evidenciando desaceleração ante os 13,8% de 2022. Na mesma base de comparação, o saldo com as empresas desacelerou para 5,9%, ante 8% em fevereiro de 2022, assim como o volume de crédito às famílias passou de um crescimento de 17,9% em fevereiro do ano passado para 17,4% no mesmo mês de 2023.

O crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa) alcançou R$ 14,872 trilhões, aumentando 0,9% no mês, por conta principalmente da alta dos títulos de dívida pública, que tiveram aumento de 1,4%, bem como da elevação de 2,3% dos empréstimos externos, impactada pela depreciação cambial de 2,1%.

Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9%, prevalecendo com destaque para os aumentos da carteira de empréstimos do Sistema Financeiro, 12,8%, dos títulos de dívida privados, 36,7%, e dos empréstimos externos, 8,3%.

Endividamento

De acordo com o Banco Central, a inadimplência (considerados atrasos acima de 90 dias) tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações, e registrou 3,3% em fevereiro. Nas operações de crédito livre para pessoas físicas, ela está em 6,1% e para pessoas jurídicas em 2,4%.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - ficou em 48,8% em janeiro, com quedas de 0,2% no mês e de 1% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, ficou em 31% no primeiro mês do ano.

Já o comprometimento da renda - relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 27,1% em janeiro, redução de 0,2% na passagem do mês e aumento de 0,5% em 12 meses.

Esses dois últimos indicadores são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o BC usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Agencia Brasil)

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **EDUARDO GONÇALVES GRIGIO,** bancário, RG nº 27.191.130-X-SSP/SP, CPF nº 283.294.728-09, e sua mulher **PÂMELA GONÇALVES GRIGIO,** vendedora, RG nº 41.797.767-0, CPF nº 315.942.688-27, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Honório Bicalho nº 172, Vila das Mercês, ficam intimados a purgarem a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 14/05/2022 a 14/02/2023, no valor de R$5.163,51 (cinco mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e um centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$5.247,81 (cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos), que atualizado até 28/04/2023, perfaz o valor de R$6.748,82 (seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida Professor Sylla Mattos nº 798, apartamento nº 41, localizado no 3º andar do Edifício Coire, Bloco 25, integrante do Condomínio Vila Suíça III, no Jardim Caraguatá, Saúde, 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n° 2 na matrícula nº 170.431. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os devedores desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 28 de março de 2023. O Oficial.

Bioagri Análises de Alimentos Ltda.

CNPJ: 00.000.410/0001-32

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 - Em Milhares de Reais

Balanço Patrimonial	2022	2021
Ativo/Circulante	**10.433**	**6.938**
Caixa e equivalentes a caixa	322	58
Contas a receber de clientes	7.146	4.366
Estoques	1.026	819
Impostos e contribuições a recuperar	1.390	1.372
Outras contas a receber	549	323
Não circulante	**37.878**	**36.280**
Imobilizado	36.436	36.270
Intangível	63	10
Partes relacionadas	1.379	-
Total do ativo	**48.311**	**43.218**

Balanço Patrimonial	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**6.012**	**6.645**
Fornecedores	1.845	2.819
Salários e encargos sociais a pagar	995	908
Impostos e contribuições a recolher	644	387
Outros passivos	2.528	2.530
Não circulante	-	**2.395**
Partes relacionadas	-	2.395
Patrimônio líquido	**42.299**	**34.177**
Capital social	70.916	61.916
Reserva legal	10.255	10.255
Reservas de lucros	(38.872)	(37.994)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**48.311**	**43.218**

Demonstração do Resultado	2022	2021
Receita operacional líquida	23.476	17.844
Custos dos serviços prestados	(21.042)	(16.984)
Lucro bruto	**2.434**	**861**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3.275)	(3.756)
Despesas com vendas	(2.635)	(2.219)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.808	2.349
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**(669)**	**(2.766)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	397	254
Despesas financeiras	(607)	(412)
Lucro antes do IR e CS	**(878)**	**(2.924)**
Lucro líquido do exercício	**(878)**	**(2.924)**

Eugênio Luporini Neto - Diretor Presidente
Juan Matias Seragopian - Diretor Financeiro
Claudiana Volpato Godoy - Contadora - CRC 1SP296924/O-0

Publicação para atender os requerimentos dispostos na Deliberação das Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP nº 2 de 25 de Março de 2015.

Jornal ODIASP
Ligue:
3258-1822

STAHL

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio

CNPJ nº 45.493.772/0001-40

Demonstração Financeiras

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**67.901**	**65.745**
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.335	20.267
Contas a receber de clientes		11.777	9.899
Estoques	5	33.372	32.523
Tributos a recuperar		2.103	2.908
Demais contas a receber		314	148
Não circulante		**6.543**	**6.194**
Realizável a longo prazo		110	175
Investimentos		137	137
Imobilizado	6	6.274	5.861
Intangível		23	23
Total do ativo		**74.445**	**71.939**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante		**19.747**	**20.653**
Fornecedores		783	3.060
Empréstimos e financiamentos	7	6.822	6.387
Salários, impostos e constribuições sociais		1.346	1.755
Sócios e diretores	8	10.183	1.129
Dividendos a propostos		559	8.246
Demais contas a pagar		56	75
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	-	6.395
Patrimônio líquido		**54.697**	**44.891**
Capital social	8	42.000	42.000
Reserva de lucros	8	12.697	2.891
Total do passivo e do patrimônio líquido		**74.445**	**71.939**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2020	12.000	2.400	-	-	14.400
Aumento de capital	30.000	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.826	9.826
Apropriação do lucro					
Reserva legal	-	491	-	(491)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.089)	(1.089)
Dividendos propostos - R$ 0,20 por ação	-	-	-	(8.246)	(8.246)
Em 31/12/2021	42.000	2.891	-	-	44.891
Lucros retidos por decisão da AGO	-	-	405	-	405
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.001	13.001
Apropriação do lucro					
Reserva legal	-	650	-	(650)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.041)	(3.041)
Dividendos propostos - R$ 0,01 por ação	-	-	-	(559)	(559)
Dividendos à disposição da AGO - R$ 0,21 por ação	-	-	8.751	(8.751)	-
Em 31/12/2022	42.000	3.541	9.156	-	54.697

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Receita bruta de vendas	**96.562**	**84.997**
Deduções de vendas (impostos e abatimentos)	(17.413)	(17.734)
Receita líquida de vendas e serviços	**79.149**	**67.263**
Custo dos produtos vendidos	(45.705)	(38.582)
Lucro bruto	**33.444**	**28.681**
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	(7.198)	(5.804)
Gerais e administrativas	(8.097)	(7.111)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.040	141
Participação dos empregados	(722)	(675)
	(14.977)	(13.450)
Lucro operacional	18.467	15.231
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(502)	(1.043)
Lucro antes do IR e da CS	**17.964**	**14.188**
Imposto de renda	(3.620)	(3.183)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(1.343)	(1.179)
Lucro líquido do exercício	**13.001**	**9.826**
Lucro líquido por ação do capital social final - R$	**0,31**	**0,23**

Demonstração do abrangente dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**13.001**	**9.826**
Resultado abrnagente do exercício	**13.001**	**9.826**

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.001	9.826
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	397	593
Despesas de juros sobre empréstimos	1.901	1.700
	15.299	**12.119**
Variações nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) Redução nas contas a receber de clientes e outros	(1.175)	1.837
(Aumento) redução nos estoques	(849)	(2.752)
Aumento (redução) nas contas a pagar, fornecedores, impostos e contribuições e outros	(2.706)	(3.304)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.570**	**7.901**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(811)	(684)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(811)**	**(684)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	30.000
Ingresso (pagamentos) de empréstimos e financiamentos, líquidos	(7.862)	(24.079)
Sócios e diretores	1.212	(6.252)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.041)	(5.996)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(9.691)**	**(6.327)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**68**	**890**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	20.267	19.378
No fim do exercício	20.335	20.267
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**68**	**890**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2022
Em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A empresa tem como atividade preponderante a industrialização, comercialização, importação e a exportação de produtos metalúrgicos para veículos automotivos. **2. Base de elaboração, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da legislação societária - Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 20/03/2023. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela empresa na elaboração das Demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração de fluxo de caixa, os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações contábeis de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. **b) Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela legislação fiscal, que a administração julga adequada para as operações da empresa. **c) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos obtidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até a data das Demonstrações financeiras. **d) Impostos e contribuições:** Os encargos tributários são calculados com base nas alíquotas vigentes de acordo com a legislação fiscal, demonstrados pelos seus valores devidos. **e) Demais ativos e passivos:** A classificação dos demais ativos e passivos obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade e estão demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias *pro rata temporis*. **f) Contingências:** As provisões para contingências são reconhecidas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **g) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **h) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, calculados a índices contratuais e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos. **i) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da empresa é o Real. **j) Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) vigente na data das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos no resultado, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras. **k) Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: • Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da empresa e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento; • Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e • Atividades de financiamento: São as atividades que têm como conseqüência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela empresa. **l) Participação dos empregados nos resultados:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas. **m) Lucro líquido por lote de mil ações:** Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2022	2021
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	746	862
Aplicações financeiras	19.589	19.404
	20.335	**20.267**

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de caráter conservador, de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, aplicadas em instituições financeiras consideradas de primeira linha, incluindo os rendimentos auferidos.

5. Estoques:	2022	2021
Matéria-prima e componentes	1.282	1.147
Produtos em processo	1.103	865
Produtos acabados	20.816	15.875
Embalagens	198	409
Importações em andamento	9.928	14.188
Outros	45	38
	33.372	**32.523**

6. Imobilizado:			2022	2021	Taxas anuais
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	depreciação
Terrenos	18	-	18	18	
Máquinas Apar. e Equip.	18.741	(13.786)	4.954	5.164	10%
Móveis e Utensilios	112	(77)	35	35	10%
Instalações	561	(539)	23	42	10%
Veículos	773	(70)	704	371	5%
Prédios	1.090	(1.014)	76	85	4%
Computadores e Periféricos	329	(279)	50	51	20%
	21.626	**(15.765)**	**5.861**	**5.766**	

7. Empréstimos e financiamentos: Estão representados por recursos obtidos para financiamento de capital de giro, com prazo de vencimento para 2023, incidindo encargos financeiros que variam de 0,38% a 1,5% ao mês. **8. Patrimônio líquido: Capital social** - O capital social está dividido em 42.000.000 de ações ordinárias e nominativas, no valor de R$ 1,00 cada. O Estatuto Social assegura aos acionistas, em cada exercício, dividendos não inferiores a 6% do lucro líquido, após as deduções previstas pela legislação societária. **Proposta de distribuição de lucros para ser aprovada na Assembleia Geral Ordinária - AGO: Apropriação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício no montante, em 31/12/2022, de R$13.001, tem a seguinte destinação, depois da constituição da reserva legal: **a. Juros sobre o capital próprio -** Em 31/12/2022, a empresa registrou passivo em favor de seus acionistas, relativo a juros sobre o capital próprio, calculado em conformidade com a Legislação fiscal, no montante de R$ 3.041. **b. Dividendos propostos -** Em 31/12/2022 a diretoria propôs a distribuição de dividendos mínimo obrigatório, conforme prevê o estatuto, no montante de R$ 559 e o restante do lucro líquido do exercício, no montante de R$ 8.751, em lucros retidos, a ser votado em AGO. **9. Seguros:** A empresa possui cobertura de seguros para os bens do imobilizado, responsabilidade civil e lucros cessantes, em valores considerados suficientes pela administração para cobrir os riscos envolvidos. **10. Instrumentos financeiros: (a)** Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31/12/2022 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A empresa não toma posições especulativas em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **(b)** Em decorrência de suas atividades, a Administração da empresa assume riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, legislação em vigor, reputação, sistema operacional e de gestão, solvência, crédito, liquidez, oscilação de moeda, utilização de operações de avais, fianças, garantias etc., além de riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país. O monitoramento dos mencionados riscos encontra-se sob a responsabilidade dos gestores da empresa, a partir da adoção de controles que visam a minimização dos seus efeitos, cuja utilização, todavia, não garante a completa eliminação dos fatores de risco inerentes a que a empresa está sujeita.

João Augusto Pereira Carneiro Mac-Dowell - Diretor Presidente
Vivean Carla Galvão dos Santos Martins - Diretora Superintendente
Danilo dos Santos S. Massucatto - CRC 1SP 303.079/O-6

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/ME nº 10.960.725/0001-85 - NIRE 35.3.0037006-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18h30, na sede social da **Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.** ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 601, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa**. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida à **Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.,** sociedade por ações situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, conjunto 703, sala 1, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 32.318.927/0001-60, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0052987-1 ("IE Jaguar 6") ("Acervo Cindido"), conforme instrumento celebrado entre a Companhia, e a IE Jaguar 6 em 31 de outubro de 2022 ("Protocolo"), que integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, nos termos do Protocolo ("Cisão"), e a redução do capital social da Companhia decorrente da Cisão; (v) deliberar a alteração do artigo 5º, *caput,* do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo, inclusive para obtenção de autorização de terceiros interessados. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da Companhia levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela Companhia e incorporado pela IE Jaguar 6 corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 131.091.259,37 (cento e trinta e um milhões, noventa e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), composto por participação no capital social e reserva de lucro, conforme descrito no Laudo de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Cisão, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Cisão, aprovar alteração do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$ 130.857.198,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e cento e noventa e oito reais) para R$ 82.484.967,73 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), sendo os R$ 0,73 (setenta e três centavos) desprezados para fins do capital social da Companhia, uma redução, portanto, no montante de R$ 48.372.230,27 (quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta reais e vinte e sete centavos), com o cancelamento de 48.372.231 (quarenta e oito milhões, trezentas e setenta e duas mil e duzentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Acionista Rui Chammas declara expressamente que não apresenta oposição à referida operação de redução de capital. **5.5.** Aprovar, em razão das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, a alteração do artigo 5º, *caput,* do estatuto social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte e nova redação: *"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 82.484.967,00 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e novecentos e sessenta e sete reais), dividido em 82.484.967 (oitenta e dois milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil e novecentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, conforme o Anexo II da presente ata, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.893/22-7 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

CNPJ nº 10.260.820.0001-76 - NIRE 35.3.0036018-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18 horas, na sede social da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 603, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida à **Interligação Elétrica Itapura S.A.**, sociedade por ações situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 604, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 27.819.377/0001-23, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0050436-4 ("IE Itapura") ("Acervo Cindido") conforme instrumento celebrado entre a Companhia e a IE Itapura em 31 de outubro de 2022 ("Protocolo"), que integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração dos laudo de avaliação do Acervo Cindido ("Laudo de Avaliação"), (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, nos termos do Protocolo ("Cisão"), e a redução do capital social da Companhia decorrente da Cisão; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo, inclusive para obtenção de autorização de terceiros interessados. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da Companhia levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela Companhia e incorporado pela IE Itapura corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 67.548.704,07 (sessenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e quatro reais e sete centavos), composto por participação no capital social, reserva de lucro e lucro acumulado, conforme descrito nos Laudos de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Cisão, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Cisão, aprovar alteração do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$ 303.210.000,00 (trezentos e três milhões e duzentos e dez mil reais) para R$ 271.281.759,68 (duzentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos), sendo desprezados para fins do capital social da IE Pinheiros os R$ 0,68 (sessenta e oito centavos) excedentes, uma redução, portanto, no montante de R$ 31.928.240,32 (trinta e um milhões, novecentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), com o cancelamento de 31.928.241 (trinta e um milhões, novecentas e vinte e oito mil e duzentas e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Acionista Rui Chammas declara expressamente que não apresenta oposição à referida operação de redução de capital. **5.5.** Aprovar, em razão das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte e nova redação: *"Artigo 5° - O capital social da Companhia é de R$ 271.281.759,00 (duzentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e um mil e setecentos e cinquenta e nove reais), dividido em 271.281.759 (duzentas e setenta e um milhões, duzentas e oitenta e uma mil e setecentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.887/22-7 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

CNPJ nº 10.260.820.0001-76 - NIRE 35.3.0036018-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18 horas e 10 minutos, na sede social da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 603, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida à **Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.,** sociedade por ações situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 5º andar, conjunto 504, sala 2, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.578.582/0001-84, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0053075-6 ("IE Jaguar 8") ("Acervo Cindido"), conforme instrumento celebrado entre a Companhia e a IE Jaguar 8 em 31 de outubro de 2022 ("Protocolo"), que integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração dos laudo de avaliação do Acervo Cindido ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, nos termos do Protocolo ("Cisão"), e a redução do capital social da Companhia decorrente da Cisão; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo, inclusive para obtenção de autorização de terceiros interessados. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da Companhia levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela Companhia e incorporado pela IE Jaguar 8 corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 104.847.749,63 (cento e quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), composto por participação no capital social, reserva de lucro e lucro acumulado, conforme descrito nos Laudos de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Cisão, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Cisão, aprovar alteração do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$ 271.281.759,00 (duzentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e um mil e setecentos e cinquenta e nove reais) para R$ 221.723.381,93 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos), sendo desprezados para fins do capital social da IE Pinheiros os R$ 0,93 (noventa e três centavos) excedentes, uma redução, portanto, no montante de R$ 49.558.377,07 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e sete reais e sete centavos), com o cancelamento de 49.558.378 (quarenta e nove milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil e trezentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Acionista Rui Chammas declara expressamente que não apresenta oposição à referida operação de redução de capital. **5.5.** Aprovar, em razão das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte e nova redação: *"Artigo 5° - O capital social da Companhia é de R$ 221.723.381,00 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte três mil e trezentos e oitenta e um reais), dividido em 221.723.381 (duzentas e vinte e um milhões, setecentas e vinte três mil e trezentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra e as alterações deliberadas pelas Assembleia Gerais Extraordinárias realizadas em 05 de novembro de 2019, registrada sob nº 618.036/19-2 em sessão de 29 de novembro de 2019, e em 13 de dezembro de 2019, registrada sob nº 32.697/20-0 em sessão de 15 de janeiro de 2020, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.889/22-4 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

CNPJ nº 10.260.820.0001-76 - NIRE 3.5.30036018-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18 horas e 20 minutos, na sede social da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 603, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida à **Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 601, sala 2, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0052989-8, inscrita no CNPJ sob o nº 32.318.903/0001-01 ("IE Jaguar 9") ("Acervo Cindido") conforme instrumento celebrado entre a Companhia e a IE Jaguar 9 em 31 de outubro de 2022 ("Protocolo"), que integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia, da **Taticca** Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração dos laudo de avaliação do Acervo Cindido ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, nos termos do Protocolo ("Cisão"), e a redução do capital social da Companhia decorrente da Cisão; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo, inclusive para obtenção de autorização de terceiros interessados. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da Companhia levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela Companhia e incorporado pela IE Jaguar 9 corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 427.440.352,16 (quatrocentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos), composto por participação no capital social, reserva de lucro e lucro acumulado, conforme descrito nos Laudos de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Cisão, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Cisão, aprovar alteração do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$ 221.723.381,00 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte três mil e trezentos e oitenta e um reais) para R$ 19.685.185,40 (dezenove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), sendo desprezados para fins do capital social da IE Pinheiros os R$ 0,40 (quarenta centavos) excedentes, uma redução, portanto, no montante de R$ 202.038.195,60 (duzentos e dois milhões, trinta e oito mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos), com o cancelamento de 202.038.196 (duzentos e dois milhões, trinta e oito mil e cento e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Acionista Rui Chammas declara expressamente que não apresenta oposição à referida operação de redução de capital. **5.5.** Aprovar, em razão das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***"Artigo 5º -*** *O capital social da Companhia é de R$ 19.685.185,00 (dezenove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e cento e oitenta e cinco reais), dividido em 19.685.185 (dezenove milhões, seiscentas e oitenta e cinco mil e cento e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, conforme o Anexo II da presente ata, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - (Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.891/22-0 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ATAS / BALANÇOS EDITAIS / LEILÕES
Jornal O DIA SP

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

ANS - nº 418072

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais Informações Financeiras

Em 2022, a instabilidade política e econômica impactou diretamente o crescimento da saúde suplementar. As incertezas políticas e econômicas inibiram o investimento, não houve entrada de capital estrangeiro, a taxa de desemprego estava muito alta e a renda do brasileiro, menor. Em meio a este cenário, a Companhia encerrou o exercício de 2022 com um lucro de R$ 6,9 milhões, ficando 28,9% inferior ao exercício de 2021. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 140,1 milhões, enquanto as aplicações financeiras totalizaram R$ 148,5 milhões e as provisões técnicas R$ 14,4 milhões.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes

Por decisão da Administração, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 28 de março de 2023

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		**55.246**	**153.532**
Disponível		7	212
Realizável		**55.239**	**153.320**
Aplicações Financeiras	4	**42.561**	**142.133**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		21.962	19.098
Aplicações Livres		20.599	123.035
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		**15**	**35**
Prêmios a Receber	5	15	35
Créditos Tributários e Previdenciários	6	**12.269**	**10.690**
Bens e Títulos a Receber		**394**	**443**
Despesas Antecipadas		**–**	**19**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**107.928**	**2.000**
Realizável a Longo Prazo		**107.811**	**1.845**
Aplicações Financeiras	4	**105.937**	**–**
Aplicações Livres		105.937	–
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	**1.874**	**1.845**
Imobilizado	7	**117**	**155**
Imobilizado de Uso Próprio		**112**	**155**
Imobilizado - Não Hospitalares		112	155
Outras Imobilizações		**5**	**–**
TOTAL DO ATIVO		**163.174**	**155.532**

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		**15.370**	**16.860**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	**7.482**	**9.143**
Provisões de Prêmios		**6.235**	**6.564**
Provisão de Prêmio não Ganho - PPNG		38	42
Provisão de Insuficiência de Prêmios		6.197	6.522
Provisão de Sinistros a Liquidar para SUS		–	11
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		235	407
Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados (PEONA)		1.012	2.161
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**14**	**15**
Comercialização sobre Operações		14	15
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		842	831
Débitos Diversos	10	7.032	6.871
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**7.633**	**7.226**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	**6.892**	**6.131**
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		6.892	6.131
Provisões		**741**	**1.095**
Provisões para Tributos Diferidos	8	73	–
Provisões para Ações Judiciais	11	668	1.095
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**140.171**	**131.447**
Capital Social		192.000	192.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		109	(1.697)
Prejuízos Acumulados		(51.938)	(58.856)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**163.174**	**155.533**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**932**	**(5.627)**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	14.a.	932	(5.627)
Prêmios Retidos		607	895
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		325	(6.522)
Sinistros Retidos		**(3.189)**	**(7.005)**
Sinistros Conhecidos ou Avisados	14.b	(4.337)	(5.641)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		1.148	(1.364)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**(2.257)**	**(12.632)**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	14.c	2.382	14.045
(–) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(111)	(8)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	14.c	**(3.370)**	**(970)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(3.369)	(1.016)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1)	46
RESULTADO BRUTO		**(3.356)**	**435**
Despesas de Comercialização		(33)	(24)
Despesas Administrativas	14.d	(3.190)	(1.750)
Resultado Financeiro Líquido	14.e	**16.818**	**11.371**
Receitas Financeiras		16.900	11.603
Despesas Financeiras		(82)	(232)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**10.239**	**10.032**
Imposto de Renda	17	(1.829)	–
Contribuição Social	17	(1.172)	–
Participações sobre o Lucro		(320)	(305)
RESULTADO LÍQUIDO		**6.918**	**9.727**
Quantidade de ações		1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R$		6	9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**192.000**	**4.835**	**(68.583)**	**128.252**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(6.532)	–	(6.532)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	9.727	9.727
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**192.000**	**(1.697)**	**(58.856)**	**131.447**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	1.806	–	1.806
Lucro Líquido do Exercício	–	–	6.918	6.918
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**192.000**	**109**	**(51.938)**	**140.171**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	**6.918**	**9.727**
Outros lucros abrangentes	**1.806**	**(6.532)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1.879	(4.835)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(73)	(1.697)
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**8.724**	**3.195**
Quantidade de ações	1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R$	8	3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	2.222	2.293
Resgate de Aplicações Financeiras	150.664	30.891
Outros Recebimentos Operacionais	172	150
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(4.595)	(9.548)
Pagamento de Comissões	(29)	(25)
Pagamento de Pessoal	(1.902)	(1.805)
Pagamento de Serviços Terceiros	(1.019)	(645)
Pagamento de Tributos	(4.021)	(1.036)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.414)	–
Pagamento de Aluguel	(317)	–
Aplicações Financeiras	(139.876)	(20.076)
Outros Pagamentos Operacionais	(77)	(615)
Caixa líquido nas atividades operacionais	**(192)**	**(416)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento de Aquisição de Ativo imobilizado - Hospitalar	(13)	–
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(13)**	**–**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**(205)**	**(416)**
Caixa - saldo inicial	**212**	**628**
Caixa - saldo final	**7**	**212**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar, nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para os beneficiários que permanecem ativos na carteira.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.12.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e Bancos (disponível)

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado estão sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir: Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros

a. Prêmios a receber

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:

- Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores.
- Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática de 10 a 20%, e benfeitoria em imóveis de terceiros - 20% a.a..

O intangível é composto de licenças de *softwares*, sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.7. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método de Modelos Lineares Generalizados (GLM), com observações de 8 meses.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS) é constituída em sua totalidade conforme cálculo disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.

A Provisão para Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário a partir do mês seguinte ao conhecimento do óbito do segurado titular do plano, contemplando todos os dependentes cadastrados por período de 1 (um) ou 2 (dois) anos, a depender do contrato firmado. A provisão é calculada mensalmente conforme metodologia de avaliação de reserva matemática a partir de anuidade atuarial e da despesa assistencial esperada identificadas por contrato no momento do cálculo.

A Provisão para Prêmios Não Ganha (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 393/2015 e demais alterações, apurando a parcela de prêmio não ganho cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIC) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações.

2.8. Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme definido pela Resolução Normativa ANS nº 528/2022, não há obrigatoriedade para operadoras classificadas como de pequeno ou médio porte a obrigação de informar nas notas explicativas a realização do TAP.

2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.10. Apuração do resultado

A receita compreende o valor do prêmio recebido ou a receber pela comercialização de Planos de Saúde.

Os prêmios de seguros e comissões são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas faturas e apropriados em bases lineares no período de cobertura do risco.

A apropriação da despesa com sinistros é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro a junho de 2021 e janeiro a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de julho a dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. Com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de agosto a dezembro de 2022, a Companhia aplicou essa alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

2.12. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;

Notas 2.4 e 4 - Aplicações; e

Notas 2.8 e 10 - Depósitos Judiciais, Provisões para ações judiciais.

2.13. Novas Normas e interpretações

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/ CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), tendo em vista que suas operações são predominantemente relacionadas a seguros.

O direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local, no que não contrariam esta norma, aplicam-se integralmente as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 48, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a partir do exercício de 2023, permanecendo válidos para o exercício de 2022 as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 38, revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares da *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.1. Riscos de Seguros

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio. Já o risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros que podem comprometer uma atividade.

3.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

3.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela alta administração: apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos.

3.2. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido.

Sensibilidade	31/12/2022 %	31/12/2021 %
Taxa +1% (a)	-0,86%	-0,32%
Taxa -1% (a)	0,89%	0,43%
Sinistralidade +5% (b)	2,35%	3,49%
Sinistralidade -5% (b)	-2,35%	-3,49%
Inflação +1% (c)	0,00%	0,00%
Inflação -1% (c)	0,00%	0,00%

Notas:

a) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis* points para cima e para baixo;

b) Para o teste de sinistralidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação: IMPACTO % = Resultado antes do impostos e participações +(Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações–1;

c) Os impactos da variação da inflação, 100 *basis* points para cima ou para baixo, foram calculados de acordo com os ativos financeiros pós fixados.

3.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

3.4. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2022			31/12/2021		
Composição dos ativos	BB-	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	**–**	**42.561**	**42.561**	**–**	**21.244**	**21.244**
Fundos de investimentos não exclusivos	–	42.561	42.561	–	21.244	21.244
Disponíveis para venda	**105.937**	**–**	**105.937**	**120.889**	**–**	**120.889**
Letras do tesouro nacional	105.937	–	105.937	120.889	–	120.889
Créditos das operações com planos de assistência de saúde	**–**	**15**	**15**	**–**	**35**	**35**
Títulos e créditos a receber	**–**	**394**	**394**	**–**	**443**	**443**
Exposição máxima ao risco de crédito	**105.937**	**42.970**	**148.907**	**120.889**	**21.722**	**142.611**

3.5. Risco de mercado

3.5.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

3.5.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela ANS, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 248 (31 de dezembro de 2021 é de R$ 91).

4. Aplicações

4.1. Resumo da classificação das aplicações

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	
Descrição	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Entre 01 e 05 anos
Fundos de investimento não exclusivos	42.561	42.561	21.244	21.244	42.561	–
Valor justo por meio do resultado	**42.561**	**42.561**	**21.244**	**21.244**	**42.561**	**–**
Letras do tesouro nacional	105.937	105.755	120.889	122.587	–	105.937
Disponível para venda	**105.937**	**105.755**	**120.889**	**122.587**	**–**	**105.937**
Total	**148.498**	**148.316**	**142.133**	**143.831**	**42.561**	**105.937**

4.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**142.133**	**151.829**
Aplicações	139.876	20.076
Resgates	(150.664)	(30.891)
Rendimentos	15.274	10.874
Ajustes TVM	1.879	(9.755)
Saldo final	**148.498**	**142.133**

4.3. Abertura por nível

A seguir apresenta-se a análise da classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;

O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 148.498 (31 de dezembro de 2021 - R$ 142.133).

continua →

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

5. Créditos das operações com planos de assistência à saúde

5.1. Prêmio a receber

Apresentamos a seguir os prêmios a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmio a receber	PDD	Total	Prêmio a receber	PDD	Total
Saúde empresarial	722	(710)	12	742	(709)	33
Saúde coletivo por adesão	3	–	3	2	–	2
Total	**725**	**(710)**	**15**	**744**	**(709)**	**35**

5.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**35**	**56**
Prêmios emitidos	659	1.037
IOF	(14)	(21)
Prêmios cancelados	(26)	(107)
Recebimentos	(638)	(976)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(1)	46
Saldo final	**15**	**35**

5.3. Faixas de vencimento

		31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a vencer			
	De 1 a 30 dias	–	32
	De 31 a 60 dias	14	–
Prêmios Vencidos			
	De 1 a 30 dias	–	1
	De 31 a 60 dias	1	2
	De 61 a 120 dias	–	709
	De 121 a 180 dias	710	–
Total		**725**	**744**

6. Créditos Tributários e Previdenciários

A composição dos créditos tributários estão distribuídos da seguinte forma:

			31/12/2022
	Curto prazo		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Total
Antecipações	90	152	–	242
A compensar	3.770	4.732	3.525	12.027
Total	**3.860**	**4.884**	**3.525**	**12.269**

			31/12/2021
	Curto prazo		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Total
A compensar	3.291	4.131	3.268	10.690
Total	**3.291**	**4.131**	**3.268**	**10.690**

6.1. Créditos Fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.30 da Resolução Normativa 475/21 e, portanto, não realizou a constituição de créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Adições temporárias	3.514	3.208
Prejuízo fiscal	56.705	57.986
Total	**60.219**	**61.194**

7. Imobilizado

A seguir apresentamos a movimentação do Imobilizado:

Imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2021	Aquisições	Depreciações	31/12/2022
Equipamentos	10 a 20	17	7	- 8	**16**
Móveis, máquinas e utensílios	10	138	–	- 43	**95**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20	–	6	–	**6**
Total		**155**	**13**	**- 51**	**117**

8. Provisão para Tributos Diferidos

São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 73 (31 de dezembro de 2021 - não apresentou saldo).

9. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir as provisões técnicas abertas por produto:

				31/12/2022
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (*)	Provisão Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio Não Ganhos	Total
Saúde empresarial	7.127	1.012	6.197	38	14.374
	7.127	**1.012**	**6.197**	**38**	**14.374**

				31/12/2021
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (*)	Provisão Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio Não Ganhos	Total
Saúde empresarial	6.521	2.161	6.522	42	15.246
Odonto empresarial	28	–	–	–	28
	6.549	**2.161**	**6.522**	**42**	**15.274**

(*) Inclui saldo de PEONA-SUS de R$ 0 em 2022 (38 em 2021).

9.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas podem ser resumidas como segue:

	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	Provisão Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio/ Contraprestação Não Ganha	Total
Saldo em 31/12/2020	**7.095**	**797**	**–**	**53**	**7.945**
Constituições/Avisos	81.579	9.211	6.909	1.018	98.717
Pagamento de sinistros	(6.294)	–	–	–	(6.294)
Ajuste de estimativa de sinistros	(707)	–	–	–	(707)
Reversões	(75.124)	(7.847)	(387)	(1.029)	(84.387)
Saldo em 31/12/2021	**6.549**	**2.161**	**6.522**	**42**	**15.274**
Constituições/Avisos	70.844	23.355	2.688	645	97.532
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.751)	–	1	–	(3.750)
Ajuste de estimativa de sinistros	(169)	–	–	–	(169)
Reversões	(66.346)	(24.504)	(3.014)	(649)	(94.513)
Saldo em 31/12/2022	**7.127**	**1.012**	**6.197**	**38**	**14.374**

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com pessoal a pagar	752	694
Depósito de terceiros	643	1.546
Provisão para indenizações	5.380	4.300
Outras contas a pagar	257	331
Total	**7.032**	**6.871**

11. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

11.1. Composição

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Natureza cível	1.862	1.835	240	543
Natureza trabalhista	12	10	3	3
Outras Obrigações	–	–	425	549
Totais	**1.874**	**1.845**	**668**	**1.095**

As posições judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas a Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisionais de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

11.2. Segregação em função da probabilidade de perda

				31/12/2022
	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	277	90	240	607
Natureza trabalhista	–	–	3	3
Outras Obrigações	–	–	425	425
	277	**90**	**668**	**1.035**

				31/12/2021
	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	185	108	275	568
Natureza trabalhista	18	24	3	45
Outras Obrigações	–	–	549	549
	203	**132**	**827**	**1.162**

11.3. Movimentação

A movimentação das provisões judiciais pode ser resumida como segue **:**

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Saldo 31/12/2022
Natureza cível	275	2.908	(2.943)	240
Natureza trabalhista	3	–	–	3
Outras obrigações	549	26	(150)	425
	827	**2.934**	**(3093)**	**668**

12. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 192.000 (31 de dezembro de 2021 - R$ 192.000), e está representado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por 1.142.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de R$ 1,00 cada.

13. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Seguros Holding Brasil S.A., anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A., demais empresas ligadas a sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios *(i)*	30	–	14	–
Caixa Econômica Federal *(ii)*	5	–	56	–

	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A. *(iv)*	–	–	–	(7)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(iv)*	–	(1)	–	–
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios *(i)*	171	–	151	–
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(v)*	–	(13)	–	(15)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(vi)*	–	(106)	–	(126)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(iv)*	–	(4)	–	–
Caixa Econômica Federal *(iii)*	–	–	–	(1)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(viii)*	–	(10)	–	–
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal-chave da Administração	–	(69)	–	(159)

(i) Refere-se a compartilhamento e custo;
(ii) Disponibilidade financeira;
(iii) Refere-se a valor de tarifa sobre os serviços prestados;
(iv) Operações de seguros;
(v) Plano odontológico oferecido aos funcionários;
(vi) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;
(vii) Dividendos e/ou Juros sobre o capital próprio;
(viii) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros relacionado a comissionamento.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

14. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde		
Saúde empresarial	578	842
Saúde coletivo por adesão	29	53
Total	**607**	**895**
b) Eventos Conhecidos ou Avisados		
Saúde empresarial	(4.302)	(5.491)
Saúde coletivo por adesão	(35)	(150)
Total	**(4.337)**	**(5.641)**
c) Outras receitas e (despesas) operacionais		
Reversão da provisão de indenizações	1.303	14.045
Impressos, formulários produto, digitalização e postagens	(25)	(34)
Serviços de perícia e técnicos	(31)	(90)
Provisão para risco de crédito	(1)	46
Custos processuais	(1.351)	(208)
Central de relacionamento	(29)	(31)
Despesas com Aluguel de Rede	(180)	–
Serviços de terceiros	8	65
Despesas área médica	(680)	(715)
Outras despesas operacionais	(2)	(3)
Total	**(988)**	**13.075**
d) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(2.126)	(2.749)
Serviços de terceiros	(390)	(600)
Localização e funcionamento	(422)	(551)
Publicidade e propaganda	(29)	(86)
Despesas judiciais	(397)	(342)
Tributos e taxas	(83)	(77)
Multas diversas	391	272
Outras despesas administrativas	(134)	2.383
Total	**(3.190)**	**(1.750)**
e) Resultado financeiro líquido		
Receitas com fundos de investimento	3.830	806
Receitas com Letras do Tesouro Nacional	11.444	10.068
Outras receitas financeiras	1.626	729
Outras despesas financeiras	(82)	(232)
Total	**16.818**	**11.371**

15. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

Neste exercício a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 106 (2021 - R$ 126).

16. PLA e Margem de Solvência

Em atendimento à Resolução normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição da PLA e Margem de Solvência:

a) Patrimônio líquido ajustado	31/12/2022	31/12/2021
1 - Patrimônio líquido	**140.171**	**131.447**
3 - Deduções	**–**	**19**
Despesas antecipadas	–	19
Patrimônio líquido ajustado (1 + 2 - 3)	**140.171**	**131.428**
0,20 prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	***122***	***179***
0,33 sinistro retido anual médio - últimos 36 meses	***1.571***	***8.371***
Margem de solvência	**1.571**	**8.371**
Capital base	**10.883**	**9.727**
Suficiência	**129.288**	**121.701**

16.1. Provisões técnicas/ativos garantidores

Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória. Os ativos dados em garantias às referidas provisões técnicas são registrados em câmaras de custódia em conta de reserva técnica.

Apresentamos a seguir a composição:

Provisão Técnica	31/12/2022	31/12/2021
PEONA 100%	1.012	2.122
PEONA SUS 100%	–	38
RESSARCIMETO AO SUS	–	11
PIC	6.197	6.522
PPCNG	38	42
PESL	–	–
PSL - MAIOR QUE 30 Dias	7.127	–
PSL - MENOR QUE 30 Dias	–	6.538
	–	–
Total das provisões técnicas	**14.374**	**15.274**
(–) Soma das deduções permitidas	(38)	(42)
Total liquido das provisões a vincular	**14.336**	**15.231**
Total Ativos Garantidores VINCULADOS	**11.422**	**9.708**
Suficiência/insuficiência de Vinculação *(i)*	**(2.915)**	**(5.524)**

(i) Em dezembro de 2022, apesar da insuficiência apontada, a operadora apresentava recursos livres em valores superiores à necessidade da vinculação e foi realizada a transferência para a aplicação vinculada em março/2023.

17. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social.

	31/12/2022		31/12/2021	
DESCRIÇÃO	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	9.919	9.919	9.727	9.727
(–) Outras variações *(i)*	(3.203)	(3.203)	1.995	1.995
Base de cálculo	**6.716**	**6.716**	**11.722**	**11.722**
Taxa nominal do tributo	16%	25%	20%	25%
Tributos calculado à taxa nominal	**(1.343)**	**(1.679)**	**(1.758)**	**(2.931)**
Ajustes do lucro real	759	759	(11.722)	(11.722)
Efeito do de diferencial da alíquota	(147)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**612**	**759**	**(11.722)**	**(11.722)**
Tributos sobre os ajustes	**(122)**	**(190)**	**1.758**	**2.931**
Incentivos fiscais		39		–
Despesa contabilizada	**(1.172)**	**(1.829)**	**–**	**–**
Taxa efetiva	**17,45%**	**27,23%**	**0,00%**	**0,00%**

(i) Efeito dos créditos de prejuízo fiscal, que não são constituídos.

18. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

Paulo Otavio Silva Câmara
Presidente

Eduardo Fabiano Alves da Silva

Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons

Hebert Luiz Gomide Filho

Diretoria Executiva

Rubens Bordinhão de Camargo Junior
Diretor Presidente

Paulo Otávio Silva Câmara
Diretor Superintendente

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Contador

Maria Fernanda dos Santos Cabral
CRC SP 1SP-180999/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

CNPJ nº 07.658.098/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Apresentação:** A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes. **Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do Exercício. A Administração propôs a distribuição do lucro do exercício através de constituição de reserva legal no montante de R$14.138, e a constituição de reservas de investimento no valor de R$50.627. Os valores serão referendados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 28 de abril de 2023. **Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou no Resultado do Exercício**: A Companhia, em linha com o atual cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia doméstica em geral, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade. **Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s):** A Companhia vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2023, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária. **Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados, montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde:** A Companhia realizou investimentos, distribuídos em inovação e tecnologia, além de incentivos e comissionamento aos canais de vendas para distribuição de seus produtos. Além disso, a Companhia mantém investimento direto nas controladas Elo Administradora de Benefícios Ltda. e Plural Gestão de Planos em Saúde Ltda, 100% e 75% respectivamente. **Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício: Aquisição da Elo Administradora de Benefícios Ltda.:** Em 1 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Elo Administradora de Benefícios Ltda., tendo como efeito a extinção da controlada incorporada. A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificação de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais. O critério de avaliação do patrimônio líquido na incorporação foi o valor contábil dos ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação aprovado pela ANS em 28 de novembro de 2022. **Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:** A Companhia afirma que ao final do ano de 2022, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora. **Capital social e dividendos:** Acordos de acionistas da Qualicorp Administradora de Benefícios e suas controladas:

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	173.958	75%	R$ 2.504.995,20
André Luiz Corbacho Vianna	37.447	16%	R$ 539.236,80
Sérgio Ricardo J. C. Braga	13.291	6%	R$ 191.390,40
André Adrien Theodore Bucsan	4.832	2%	R$ 69.580,80
Sílvio César Masquita	2.416	1%	R$ 34.790,40
TOTAL	**231.944**	**100%**	**R$ 3.339.993,60**

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	550.000	100%	R$ 550.000

Conforme contratos sociais, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação da unanimidade dos sócios. **Informações Complementares:** Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Companhia, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo Circulante		**693.847**	**569.358**	**761.859**	**630.804**
Disponível	7	181.407	87.784	188.623	93.184
Realizável		**512.440**	**481.574**	**573.236**	**537.620**
Aplicações Financeiras	**8**	305.990	274.629	312.332	280.373
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		23.157	21.000	29.499	26.744
Aplicações Livres		282.833	253.629	282.833	253.629
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**9**	**69.958**	**94.151**	**122.816**	**143.189**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		**69.958**	**94.151**	**122.816**	**143.189**
Créditos Tributários e Previdenciários		**36.816**	**32.976**	**36.827**	**32.986**
Bens e Títulos a Receber	**10**	**96.969**	**75.924**	**97.036**	**76.274**
Despesas Antecipadas		**2.707**	**3.894**	**4.225**	**4.798**
Ativo não Circulante		**914.418**	**865.420**	**918.123**	**864.799**
Realizável a Longo Prazo		**111.682**	**130.158**	**136.610**	**131.615**
Créditos Tributários e Previdenciários		42.157	61.475	47.653	61.475
Depósitos Judiciais e Fiscais		9.490	13.422	11.320	14.868
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		60.035	55.261	77.637	55.272
Investimentos	**12**	**311.400**	**262.745**	**33**	**33**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		311.637	262.712	–	–
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		311.637	262.712	–	–
Outros Investimentos		33	33	33	33
Imobilizado		**7.621**	**606**	**11.216**	**1.609**
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		444	606	1.248	1.609
Direito de Uso de Arrendamentos	**16**	7.177	–	9.968	–
Intangível	**13**	483.715	471.911	770.264	731.542
Total do Ativo		**1.608.265**	**1.434.778**	**1.679.981**	**1.495.603**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo Circulante		**438.037**	**384.567**	**485.694**	**431.558**
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	**14**	**276.759**	**267.933**	**316.517**	**309.558**
Contraprestações/Prêmios a Restituir		53.901	20.320	53.901	20.320
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		61.122	70.926	69.798	78.030
Comercialização sobre Operações		1.075	197	1.075	197
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		160.661	176.490	191.743	211.011
Provisões		**–**	**107**	**1.109**	**1.590**
Provisão para IR e CSLL		–	107	1.109	1.590
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		**10.016**	**12.008**	**11.568**	**13.489**
Débitos Diversos	**15**	**151.262**	**104.519**	**156.500**	**106.921**
Passivo não Circulante		**231.300**	**206.006**	**245.557**	**217.090**
Provisões		**179.039**	**162.795**	**191.145**	**173.879**
Provisões para Tributos Diferidos		132.558	115.607	133.010	119.424
Provisões para Ações Judiciais	**17**	46.481	47.188	58.135	54.455
Débitos Diversos	**15**	**52.261**	**43.211**	**54.412**	**43.211**
Tributos e encargos sociais a recolher		–	–	–	–
Patrimônio Líquido		**938.928**	**844.205**	**948.730**	**846.955**
Capital Social	**18**	314.006	314.006	314.006	314.006
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		–	–	–	–
Reservas		**624.922**	**530.199**	**624.921**	**530.199**
Reservas de Capital		113.251	104.874	113.251	104.874
Reservas de lucro		511.671	425.325	511.670	425.325
Lucros acumulados		–	–	–	–
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		**938.928**	**844.205**	**938.927**	**844.205**
Participação dos não controladores no patrimônio líquido		–	–	**9.803**	**2.750**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.608.265**	**1.434.778**	**1.679.981**	**1.495.603**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível a proprietários da controladora						Participação dos não controladores	
				Reservas de lucros					
	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Legal	Outros	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de Dezembro 2020 (Reapresentado)		**276.366**	**87.750**	**55.273**	**432.940**	**–**	**852.329**	**1.534**	**853.863**
Lucro líquido do exercício		**–**	–	–	–	344.811	**344.811**	4.790	**349.601**
Ações restritas		**–**	12.119	–	–	–	**12.119**	–	**12.119**
Dividendos pagos		–	–	–	(162.116)	–	**(162.116)**	(3.023)	**(165.139)**
Constituição de reserva legal		–	–	17.241	–	(17.241)	**–**	–	**–**
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	3.276	(3.276)	**–**	–	**–**
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	324.294	(324.294)	**–**	–	**–**
Aumento de capital		100.000	–	–	–	–	**100.000**	–	**100.000**
Cisão Parcial		(62.360)	4.601	(12.472)	(233.111)	–	**(303.342)**	(1.236)	**(304.578)**
Transações de capital entre sócios		–	404	–	–	–	**404**	5	**409**
Ajuste de participação proporcional		–	–	–	–	–	**–**	680	**680**
Saldos em 31 de Dezembro 2021		**314.006**	**104.874**	**60.042**	**365.283**	**–**	**844.205**	**2.750**	**846.955**
Ajuste por adoção de Norma Contábil		–	–	–	24.857	-	24.857	5.430	30.287
Saldos em 01 de Janeiro 2022		**314.006**	**104.874**	**60.042**	**390.140**	**-**	**869.062**	**8.180**	**877.242**
Lucro líquido do exercício	18	–	–	–	–	282.764	**282.764**	2.771	**285.535**
Ações restritas	19	–	8.377	–	–	–	**8.377**	–	**8.377**
Dividendos pagos		–	–	–	(3.276)	(217.999)	**(221.275)**	–	**(221.275)**
Constituição de reserva legal	18	–	–	14.138	–	(14.138)	**–**	–	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	18	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Constituição de reserva de lucros	18	–	–	–	50.627	(50.627)	**–**	–	**–**
Dividendos minoritários		–	–	–	–	–	**–**	(1.148)	**(1.148)**
Saldos em 31 de Dezembro 2022		**314.006**	**113.251**	**74.180**	**437.491**	**–**	**938.928**	**9.803**	**948.732**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado do Exercício - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora Acumulado até 31/12/2022	Controladora Acumulado até 31/12/2021	Consolidado Acumulado até 31/12/2022	Consolidado Acumulado até 31/12/2021
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**1.019.559**	**1.097.564**	**1.135.099**	**1.257.277**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**1.090.848**	**1.174.461**	**1.214.622**	**1.345.506**
Receitas com Administração		1.090.848	1.174.461	1.214.622	1.345.506
(–) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(71.289)	(76.897)	(79.523)	(88.229)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**1.019.559**	**1.097.564**	**1.135.099**	**1.257.277**
Outras Receitas Operacionais		**14.754**	**12.704**	**16.430**	**15.437**
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		5.981	11.921	5.981	14.654
Outras Receitas Operacionais de planos de assistência a saúde		8.773	783	10.449	783
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(326.944)**	**(213.896)**	**(349.888)**	**(250.233)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	**20**	(228.441)	(142.582)	(233.304)	(155.773)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	**9**	(98.503)	(71.314)	(116.584)	(94.460)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(5.401)	(4.247)	(6.310)	(4.706)
Resultado Bruto		**701.968**	**892.125**	**795.331**	**1.017.775**
Despesas de Comercialização	**20**	**(15.310)**	**(12.467)**	**(28.386)**	**(43.451)**
Despesas Administrativas	**20**	**(368.994)**	**(395.143)**	**(424.042)**	**(442.843)**
Resultado Financeiro Líquido	**21**	**69.790**	**18.550**	**68.272**	**16.549**
Receitas Financeiras		103.758	65.754	110.413	71.769
Despesas Financeiras		(33.968)	(47.204)	(42.141)	(55.220)
Resultado Patrimonial		**9.293**	**23.442**	**–**	**(424)**
Receitas Patrimoniais		12.486	24.671	–	805
Despesas Patrimoniais		(3.193)	(1.229)	–	(1.229)
Resultado antes dos Impostos e Participações	**22**	**396.747**	**526.507**	**411.175**	**547.606**
Imposto de Renda		(55.533)	(85.171)	(64.057)	(97.765)
Contribuição Social		(21.443)	(30.729)	(24.580)	(35.317)
Impostos Diferidos		(35.002)	(64.181)	(34.998)	(63.258)
Participações sobre o Lucro		(2.004)	(1.615)	(2.004)	(1.665)
Resultado Líquido		**282.764**	**344.811**	**285.535**	**349.601**
Atribuível a					
Participações dos acionistas controladores		282.764	344.811	282.764	344.811
Participações dos não controladores		–	–	2.771	4.790
Resultado Líquido do Exercício		**282.764**	**344.811**	**285.535**	**349.601**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora Acumulado até 31/12/2022	Controladora Acumulado até 31/12/2022	Consolidado Acumulado até 31/12/2022	Consolidado Acumulado até 31/12/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	282.764	344.811	285.535	349.601
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**282.764**	**344.811**	**285.535**	**349.601**
Atribuído a				
Acionistas controladores	282.764	344.811	282.764	344.811
Acionistas não controladores	–	–	2.771	4.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
(+) Recebimentos de planos de saúde		9.190.277	10.229.058	9.811.492	11.317.913
(+) Resgate de aplicações financeiras		–	27.022	257.557	221.428
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		41.985	28.480	44.817	29.593
(+) Outros Recebimentos Operacionais		739.857	197.616	771.817	249.478
(–) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(8.296.100)	(9.148.872)	(8.828.528)	(10.094.726)
(–) Pagamentos de Comissões		(7.696)	(8.965)	(39.888)	(39.775)
(–) Pagamentos de Pessoal		(64.362)	(92.221)	(79.047)	(110.283)
(–) Pagamentos de Pró-Labore		–	–	(1.899)	(6.634)
(–) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(85.416)	(124.736)	(90.081)	(129.364)
(–) Pagamentos de Tributos		(170.769)	(235.210)	(201.020)	(272.572)
(–) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		–	–	–	–
(–) Pagamentos de Aluguel		(772)	(1.911)	(2.000)	(4.786)
(–) Pagamentos de Promoção/Publicidade		(15.687)	(22.310)	(18.287)	(25.290)
(–) Aplicações Financeiras		(30.502)	–	(288.512)	(201.944)
(–) Outros Pagamentos Operacionais		(908.818)	(372.661)	(941.443)	(443.504)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**391.997**	**475.290**	**394.979**	**489.534**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		–	–	(16)	–
(+) Recebimentos de Dividendos		–	11.112	–	–
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		–	2.311	–	2.311
(–) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		–	–	–	(144)
(–) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(45.126)	(43.367)	(45.126)	(75.193)
(–) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas, líquido do caixa adquirido		–	(61.637)	–	(59.094)
(–) Cisão parcial		(218.574)	(511.866)	(218.574)	(514.106)
(–) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(23.700)	–	(23.700)	(180)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(287.400)**	**(603.447)**	**(287.416)**	**(646.406)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos					
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		–	100.000	–	100.000
(–) Pagamentos de Participações no Resultado		–	(162.116)	(1.148)	(166.459)
(–) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(10.974)	–	(10.974)	–
(–) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing		–	(5.487)	–	(5.487)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(10.974)**	**(67.603)**	**(12.122)**	**(71.946)**
Variação Líquida do Caixa		**93.623**	**(195.760)**	**95.440**	**(228.818)**
Caixa - saldo inicial	8	**87.784**	**283.544**	**93.184**	**322.002**
Caixa - saldo final	8	**181.407**	**87.784**	**188.624**	**93.184**
Ativos livres no início do ano (*)	8	**87.784**	**283.544**	**93.184**	**322.002**
Ativos livres no fim do ano (*)	8	**181.407**	**87.784**	**188.623**	**93.184**
Aumento das Aplicações Financeiras - Recursos Livres		**93.623**	**(195.760)**	**95.439**	**(228.818)**

(*) Refere-se ao saldo disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais: a) Contexto Operacional: A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Benefícios" ou "Companhia") sociedade por ações, com seu capital fechado, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma Companhia controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp" ou "Controladora"). Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ("ANS") para operar como Companhia administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas (RNs) nº 195/2009 e 515/2022 da ANS. A Companhia e suas controladas Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e Elo Administradora de Benefícios Ltda. efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos e etc.). As operações são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** i) Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528. Através da RN 528 de 29 de abril de 2022, a ANS sustentou a posição de adotar a partir de 2023 o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar ICPC22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1° de janeiro de 2019. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS. As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. ii) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 3. Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa. iii) Adoção Inicial de novas normas. a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Mensuração e Reconhecimento. O pronunciamento (CPC 06 (R02) foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual. A referida norma estabelece critérios para evidenciar, em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso do correspondente bem arrendado. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo com efeito cumulativo, abordagem simplificada, sugerido pela norma, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes. As informações comparativas não são reapresentadas. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de arrendamento em 1º de janeiro de 2022. A Companhia optou por utilizar taxa de desconto única para contratos de características semelhantes, diferenciadas pelo prazo do contrato. As taxas aplicadas aos passivos de arrendamento pela Companhia são de 12,64% ao ano. b) CPC 47 - Receita de contrato com clientes - Mensuração e Reconhecimento: O pronunciamento (CPC 47) foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual. A Companhia adotou o CPC 47 aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo. A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, passaram a ser capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia. c) Impactos estimados da adoção das normas CPC 47 e CPC 06 (R2) na data de abertura das demonstrações financeiras:

Controladora / Balanço Patrimonial	Divulgado 31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	Adoção de Normas 01/01/2022
Créditos tributários (a)	61.475	2.081	21	63.577
Imobilizado	606	–	2.132	2.738
Intangível	471.911	6.120	–	478.031
Ativo	**533.992**	**8.201**	**2.153**	**544.346**
Débitos Diversos (Arrendamento - circulante)	104.519	–	1.439	105.958
Débitos Diversos (Arrendamento - não circulante)	43.211	–	339	43.550
Provisão para tributos diferidos	115.607	–	(10)	115.597
Patrimônio líquido	844.245	8.201	385	852.831
Passivo e patrimônio líquido	**1.107.582**	**8.201**	**2.153**	**1.117.936**

Consolidado / Balanço Patrimonial	Divulgado 31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	Adoção de Normas 01/01/2022
Créditos tributários (a)	61.475	7.574	25	69.074
Imobilizado	1.609	–	5.627	7.236
Intangível	731.542	22.277	–	753.819
Ativo	**794.626**	**29.851**	**5.652**	**830.129**
Débitos Diversos (Arrendamento - circulante)	106.921	–	2.569	109.490
Débitos Diversos (Arrendamento - não circulante)	43.211	–	2.641	45.852
Provisão para tributos diferidos	119.424	–	6	119.430
Patrimônio líquido	846.955	29.851	436	877.242
Passivo e patrimônio líquido	**1.116.511**	**29.851**	**5.652**	**1.152.014**

a) Refere-se a imposto de renda diferido. Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 06 (R2) e CPC 47 na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2021.

Controladora / Demonstração do Resultado	Divulgado 31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	Após adoção de normas 31/12/2021
Despesas administrativas	(395.143)	–	1.258	(393.885)
Despesas de comercialização	(12.467)	6.120	–	(6.347)
Resultado Financeiro	18.550	–	(318)	18.232
Impostos diferidos	(64.181)	2.081	(555)	62.655
Lucro líquido	**344.811**	**8.201**	**385**	**353.397**

Consolidado / Demonstração do Resultado	Divulgado 31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	Após adoção de normas 31/12/2021
Despesas administrativas	(442.843)	–	1.390	(441.453)
Despesas de comercialização	(43.451)	22.277	–	(21.174)
Resultado Financeiro	16.549	–	(388)	16.161
Impostos diferidos	(63.258)	7.574	(566)	56.250
Lucro líquido	**349.601**	**29.851**	**436**	**379.888**

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: Princípios gerais: Os ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. i. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passaram a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. b) Empréstimos e recebíveis: Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". A Companhia e suas controladas efetuam a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata: Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. iii. Aplicações financeiras: Incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22, de 29 de abril de 2022 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. iv. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios. Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e suas controladas), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "Contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios". v. Combinação de negócios e investimentos em controladas: Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em Inputs (Entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de Outputs (Saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito a uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio. a) Demonstrações financeiras consolidadas: Controladas: Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras. b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. vi. Provisão para perdas sobre créditos: Nas operações em que a Companhia assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. vii. Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.x a). viii. Intangível: Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

→★ continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.x a). (*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimentos", líquidos das amortizações, impostos diferidos e baixas. ix. Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment); a) Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados. No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. b) Ágio: O ágio (goodwill) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de impairment anualmente. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Durante o exercício de 2022 a Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 13 a). x. Arrendamento: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R$20. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo Qualicorp utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. xi. Imposto de renda e contribuição social diferidos. O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. xii. Apuração do resultado. As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes: 1) Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente. 2) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. xiii. Regime de tributação: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos. xiv. Provisões para ações judiciais: As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Companhia, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo: • Provê previsibilidade e confiança nos números jurídicos; • Aprimora o controle de desempenho; • Elimina erros contábeis e mitiga riscos; • Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento; • Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; • Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível; Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte: =[(Base ativa x % Taxa de perda) x $ Valor médio/mediano de desembolso]. xv. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas. As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 19). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta "Reserva de capital - opções outorgadas de ações". Plano de ações restritas: O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato. O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. xvi. Contabilização dos dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº18), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido. xvii. Apresentação de informações por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A Companhia possui apenas um segmento, o Segmento Afinidades. As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 23. **4. Principais Estimativas e Julgamentos:** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes. A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*. A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por impairment, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.x b) e premissas na nota explicativa nº 13. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 13. b) Provisão para riscos cíveis: As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R$3.534. **5. Instrumentos Financeiros:** a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros contabilizados por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e apresentados a seguir se aproximam dos seus valores justos. Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

Controladora	31/12/2022 Empréstimos e recebíveis	31/12/2022 Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	31/12/2021 Empréstimos e recebíveis	31/12/2021 Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	70.356	–	17.626
Aplicações financeiras	–	305.990	–	274.629
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	69.958	–	94.151	–
Bens e títulos a receber	96.969	–	75.924	–
Depósitos judiciais e fiscais	9.490	–	13.422	–
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	160.661	–	176.490	–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	61.122	–	70.926	–
Contraprestações/prêmios a restituir	53.901	–	20.320	–
Comercialização sobre Operações	1.075	–	197	–
Débitos diversos - circulante e não circulante	203.523	–	110.551	37.179

Consolidado	31/12/2022 Empréstimos e recebíveis	31/12/2022 Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	31/12/2021 Empréstimos e recebíveis	31/12/2021 Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	74.984	–	21.196
Aplicações financeiras	–	312.332	–	280.373
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	122.816	–	143.189	–
Bens e títulos a receber	97.036	–	76.274	–
Depósitos judiciais e fiscais	11.320	–	14.868	–
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	191.743	–	211.011	–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	69.798	–	78.030	–
Contraprestações/prêmios a restituir	53.901	–	20.320	–
Comercialização sobre Operações	1.075	–	197	–
Débitos diversos - circulante e não circulante	210.912	–	150.132	–

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial: A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:• Nível 1 - Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua. • Nível 2 - Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento. • Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

Consolidado	31/12/2022 Nível 1	31/12/2022 Nível 3	31/12/2021 Nível 1	31/12/2021 Nível 3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	70.356	–	17.626	–
Aplicações financeiras	305.990	–	274.629	–
Débitos diversos - passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	–	45.631	–	37.179

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis. O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo. **Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros:**

	Valor justo por meio do resultado Plural
Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Constituição de obrigações a pagar e opções de compra de participação de não controladores relacionadas à aquisição	54.083
Atualização a valor justo	(8.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**45.631**

A Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecederem o exercício da opção. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado. Instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação. b) Gerenciamento dos principais riscos: A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração. Risco de crédito: O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.vii. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	70.356	17.626	74.984	21.196
Aplicações financeiras vinculadas (i)	305.990	274.629	312.332	280.373
Total de exposição líquida	**376.346**	**292.255**	**387.316**	**301.569**

i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e nº 8. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível em 31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R$ 5.831. Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 18). Capital Base: O Capital Base, regulamentado pela RN 526 a partir de junho de 2022, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização. Na apuração da capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo segmento. Em 31 de dezembro de 2022 o capital base calculado mínimo obrigatório é de R$ 1.876 (R$ 1.677 em 2021). Patrimônio Líquido Ajustado - PLA: O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 526 de junho de 2022. Conforme exposto no art.9 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório. O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN. Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos: i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório; ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base apurado e a margem de solvência (não aplicável para administradoras de benefícios); iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o patrimônio líquido ajustado calculado estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2022 Qualicorp Benefícios	31/12/2022 Elo	31/12/2022 Plural	31/12/2021 Qualicorp Benefícios	31/12/2021 Elo	31/12/2021 Plural
PLA	141.142	3.347	30.191	105.688	10.065	(1.327)
Capital regulatório	1.876	476	1.876	1.677	1.677	425

A Companhia e suas controladas estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, exceto a controlada ELO, que no ano de 2021 possuía o PLA insuficiente, mas já regularizado dentro do primeiro trimestre de 2022. Risco de liquidez: Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Consolidado	Menos de seis meses	De um ano a dois anos	Total
31 de dezembro de 2022:			
Débitos de operações de administração de benefícios	191.743	–	191.743
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	69.798	–	69.798
Contraprestações / prêmios a restituir	53.901	–	54.901
Comercialização sobre Operações	1.075	–	1.075
Débitos diversos	156.500	54.412	210.912
Total	**473.017**	**54.412**	**528.429**

6. Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas: Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor: A Companhia iniciou o exercício 2022 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC 15	Combinação de negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Ela também inclui no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação dessa norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 - Tributos, o comprador aplica essa norma para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 27	Ativo Imobilizado: a alteração não permite que uma entidade deduza do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 37	Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas forma emitidas com vigência a partir de 1° de janeiro de 2023:

Normas	Descrição da alteração
CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A Administração concluiu que não teremos impactos para a Companhia por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substitui o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Companhia concluiu que não teremos impactos devido a essas mudanças.
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Companhia concluiu que não teremos impactos devido a essa mudança.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Companhia concluiu que não teremos impactos com tais mudanças.

Normas que estão em vigor, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS. O CPC 48 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Na avaliação realizada, a Companhia entende que o impacto dessa norma será: a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Companhia verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado"; b) Com relação ao novo modelo de impairment, a Companhia entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das "perdas de crédito Impactos da adoção das normas contábeis. Caso o CPC 48 fosse aprovado pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Companhia:

Controladora		
Balanço Patrimonial	**2022**	**2021**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(38.899)	(40.607)
Créditos tributários e previdenciários	13.264	13.842
Ativo	**(25.635)**	**(26.765)**
Patrimônio líquido	(25.635)	(26.765)
Passivo e patrimônio líquido	**(25.635)**	**(26.765)**
Demonstração do Resultado	**2022**	**2021**
Provisão para perdas sobre créditos	(38.899)	(40.607)
Impostos diferidos	13.264	13.842
Lucro líquido	**(25.635)**	**(26.765)**

Consolidado		
Balanço Patrimonial	**2022**	**2021**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(44.473)	(45.417)
Créditos tributários e previdenciários	14.501	15.122
Ativo	**(29.972)**	**(30.295)**
Patrimônio líquido	(29.972)	(30.295)
Passivo e patrimônio líquido	**(29.972)**	**(30.295)**
Demonstração do Resultado	**2022**	**2021**
Provisão para perdas sobre créditos	(44.473)	(45.417)
Impostos diferidos	14.501	15.122
Lucro líquido	**(29.972)**	**(30.295)**

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

7. Disponível:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Bancos conta depósito - movimento - país	111.048	70.155	113.636	71.981
Operações compromissadas (a)	70.303	17.275	71.947	20.777
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (b)	53	351	3.037	419
Caixa	3	3	3	7
Total	**181.407**	**87.784**	**188.623**	**93.184**

a) Refere-se à operação compromissada com lastro em debêntures, com liquidez imediata. A remuneração é com base na taxa DI de 75%. b) Esses instrumentos financeiros são atualizados com base na taxa de 88,50% a 106,00% do CDI e estão custodiados na B3.

8. Aplicações Financeiras:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	282.833	253.629	282.833	253.629
Fundo de investimento ANS (b)	23.157	21.000	29.499	26.744
Total	**305.990**	**274.629**	**312.332**	**280.373**

a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. b) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22, de 29 de abril de 2022 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

9. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/risco de inadimplência (a)	69.958	94.151	122.816	143.189
Total	**69.958**	**94.151**	**122.816**	**143.189**

a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas. I. O resumo por idade dos saldos é:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
A vencer	33.337	45.368	84.975	87.548
Vencidos:				
Até 30 dias	28.965	37.240	29.332	42.394
De 31 a 60 dias	7.657	11.543	8.509	13.247
Total	**69.958**	**94.151**	**122.816**	**143.189**

II. Movimentação da provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Provisão de Perdas (Reversão) (*)	–	(48.894)	–	(50.378)
Perdas Efetivas (Recuperações)	98.503	120.208	116.584	144.838
Saldo no fim do exercício	**98.503**	**71.314**	**116.584**	**94.460**

(*) A Companhia efetuou o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste.

10. Títulos e Créditos a Receber:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Valores a identificar - Operadoras/Seguradoras (a)	85.807	57.112	85.808	57.113
Contas a Receber - Alienação Qsaúde (b)	2.419	4.057	2.419	4.057
Adiantamentos de repasse de contratos	20	2.945	20	2.945
Depósitos Judiciais	–	6.761	–	6.761
Outros	8.723	5.049	8.789	5.398
Total	**96.969**	**75.924**	**97.036**	**76.274**

a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. Em 2022, a Companhia identificou a necessidade de efetuar uma provisão para perda no valor de R$ 47.390 referente a prêmios repassados para as operadoras e seguradoras de saúde, vide processo de riscos de créditos mencionado na nota explicativa nº 5 b). b) O saldo dos Contas a receber dessa operação no ativo não circulante está dentro do grupo Outros créditos a receber a longo prazo no montante de R$ 26.489 (R$ 26.737 em 2021). **11. Partes Relacionadas:** Saldos e transações com partes relacionada, no consolidado:

	Ativo 31/12/2022	Ativo 31/12/2021	Passivo 31/12/2022	Passivo 31/12/2021
Operações Intecompany	686	154	(32.840)	(7.560)

A Companhia possui transações com partes relacionadas referente às atividades de "back office" para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo.

31/12/2022	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Demais controladas
Serviços de boletagem	14	–	(14)
Serviços corporativos e rateios	99.383	(99.383)	–

31/12/2021	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Demais controladas
Serviços de boletagem	3	–	(3)
Serviços corporativos e rateios	66.469	(66.469)	–

i. Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Companhia (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo. O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2022 Contas a pagar	31/12/2022 Despesas	31/12/2021 Contas a pagar	31/12/2021 Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	185	5.593	470	10.230
Remuneração baseada em ações	–	7.847	–	11.159
Saldo	**185**	**13.440**	**470**	**21.389**

• A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

12. Investimentos:

Participações societárias:	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	230.665	184.162	–	–
Elo Administradora de Benefícios Ltda.	80.702	78.550	–	–
Total de participações societárias	**311.367**	**262.712**	**–**	**–**
Outros investimentos:	33	33	33	33
Total outros investimentos	**33**	**33**	**33**	**33**
Total dos investimentos	**311.400**	**262.745**	**33**	**33**

	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Elo Administradora de Benefícios Ltda.	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2022:			
Capital social	3.340	4.250	7.590
Patrimônio líquido	62.626	3.455	66.081
Lucro (prejuízo) do exercício	11.086	978	12.064
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	174	550	724
Participação - %	75%	100%	
Movimentação do investimento:			
Total do investimento em 31 de dezembro de 2021:	**184.162**	**78.550**	**262.712**
Aumento de capital em controladas	–	3.700	3.700
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	–	20.000
Adoção inicial de normas em controladas	16.291	(18)	16.273
Equivalência patrimonial	**10.212**	**(1.530)**	**8.682**
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	8.315	978	9.293
Amortização do intangível (i)	(1.480)	(2.508)	(3.988)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível	3.377	–	3.377
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2022:	**230.665**	**80.702**	**311.367**

i. Refere-se e à amortização dos intangíveis referentes a relacionamento de clientes, marcas, contrato de não competição e software do período. **13. Intangível:** I. Está composto como segue:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora Custo	Controladora Amortização Acumulada	Controladora Saldo em 31/12/2022	Consolidado Custo	Consolidado Amortização Acumulada	Consolidado Saldo em 31/12/2022
Aliança Administradora de Benefícios S.A., empresa incorporada (a)		249.420	–	249.420	249.420	–	249.420
Grupo Padrão, incorporada (a)		136.653	–	136.653	136.653	–	136.653
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. (a)					168.528	–	168.528
Elo Administradora de Benefícios Ltda. (a)		–	–	–	66.550	–	66.550
Total de ágio (a)		**386.073**	**–**	**386.073**	**621.151**	**–**	**621.151**
Aquisições de cessão de direitos	20	250.865	(224.308)	26.557	276.746	(228.972)	47.774
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	252.977	(206.820)	46.157	253.150	(206.885)	46.265
Direito de exclusividade	20	64.183	(43.248)	20.935	69.183	(43.248)	25.935
Marcas e patentes	20	–	–	–	1.149	(486)	663
Acordo de não competição	16,5	4.280	(4.280)	–	5.725	(4.770)	955
Comissão de Obtenções de Vendas	40,8	7.406	(3.414)	3.993	45.920	(18.399)	7.521
Total outros ativos intangíveis		**965.784**	**(482.070)**	**483.715**	**1.273.024**	**(502.760)**	**770.264**

continua→★

→★ continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Ágio (a)	386.073	–	–	–	386.073
Aquisições de cessão de direitos	40.026	–	(13.469)	–	26.557
Softwares e softwares em desenvolvimento (c)	40.731	18.114	(12.263)	(425)	46.157
Direito de exclusividade (d)	5.081	22.000	(4.990)	(1.156)	20.935
Comissão de Obtenções de Vendas (e)	–	7.407	(3.414)	–	3.993
Total outros ativos intangíveis	**471.911**	**47.521**	**(34.136)**	**(1.581)**	**483.715**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Ágio (a)	621.151	–	–	–	621.151
Aquisições de cessão de direitos (b)	62.284	2.561	(17.071)	–	47.774
Softwares e softwares em desenvolvimento (c)	40.850	18.115	(12.275)	(425)	46.265
Direito de exclusividade (d)	5.081	27.000	(4.990)	(1.156)	25.935
Marcas e patentes	956	–	(293)	–	663
Acordo de não competição	1.220	–	(265)	–	955
Comissão de Obtenções de Vendas (e)	–	45.920	(18.399)	–	27.521
Total outros ativos intangíveis	**731.542**	**93.596**	**(53.293)**	**(1.581)**	**770.264**

a) Teste de perda por redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01, os ágios das empresas adquiridas e demais intangíveis devem ser submetidos ao teste de "impairment", no mínimo, anualmente. A Companhia efetuou esse teste para todos as aquisições de investimentos e intangíveis realizados até 31 de dezembro de 2022. O teste foi baseado no valor recuperável das unidades geradoras de caixas, apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa baseado nas projeções financeiras aprovadas pela Administração:

	PREMISSAS UGC ADESÃO
Receitas	Para o exercício de 2023 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia. Para os demais anos foram considerados premissas macroeconômicas e de mercado de acordo com o plano de longo prazo da Companhia.
Despesas	Para o exercício de 2023 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os demais anos, as despesas fixas foram reajustadas em função dos índices de inflação projetados para o período, tais como folha, serviços de terceiros, ocupação decorrente de aluguéis.
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxas entre 9% e 12,5% levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC) de 11,8%.
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 5% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
Fontes	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA, Bloomberg e demais Bancos (Itaú, Bradesco, BTG e Santander) informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas por ela.

b) Refere-se ao acordo comercial firmado em 1 de fevereiro de 2022 no montante de R$ 2.561 entre a controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. com a Clube Care Brasil Administradora de Benefícios Ltda. c) Refere-se a gastos com a aquisição de licenciamentos de softwares e softwares operacionais em uso. d) Referem-se aos contratos de direito de exclusividade e obrigações realizados: Em 1 de novembro de 2022 foi firmado o contrato no montante de R$ 5.000 entre a controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e a Associação Médica Espírita Cristã. Em 11 de agosto de 2021 foi firmado o contrato no montante de R$ 22.000 entre a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A com a Seguros Unimed. Os pagamentos foram realizados ao longo do ano de 2022, com saldo remanescente a pagar em 14 parcelas. e) Refere-se a comissão de obtenção de novas vendas. Após a adoção do CPC 47 através da RN 528/2022 a Companhia avaliou os impactos e gerou uma capitalização de R$ 6.120 na controladora e R$ 22.277 no consolidado, de adoção inicial de comissões atreladas a vendas novas conforme nota explicativa 2.iii. **14. Débitos de Operações de Assistência à Saúde:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Prêmios e planos de saúde a repassar (a)	160.661	176.490	191.743	211.011
Receita Antecipada de Contraprestações/ Prêmios	61.122	70.926	69.798	78.030
Contraprestações/Prêmios a Restituir	53.901	–	53.901	–
Comercialização sobre Operações	1.075	20.517	1.075	20.517
Total	**276.759**	**267.933**	**316.517**	**309.558**

a) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2022 para os valores de 2022 e 31 de janeiro de 2021 para os valores de 2021.

15. Débitos Diversos:	Controladora		Consolidado	
Circulante:	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (a)	63.786	39.413	63.786	39.413
Reembolso de despesas a pagar (b)	32.840	9.259	32.849	9.259
Devolução Beneficiário (RN412)	19.332	13.913	19.332	13.913
Obrigação com Pessoal	10.810	7.428	12.370	9.266
Aquisição de intangível a pagar	6.410	17.854	8.910	17.854
Depósitos não identificados (c)	3.783	4.942	3.783	4.942
Fornecedores Diversos	2.741	4.115	3.042	4.540
Arrendamento a pagar (d)	2.690	–	3.552	–
Contas a Pagar por Aquisição / Earn-Out	592	–	592	–
Outros	8.277	7.595	8.284	7.734
Total circulante	**151.262**	**104.519**	**156.500**	**106.921**
Não Circulante:				
Opção de compra (e)	45.631	37.179	45.631	37.179
Valores Retidos para Indenização - LP	–	3.640	–	3.640
Aquisição de Intangível a Pagar - LP	1.704	1.800	1.704	1.800
Arrendamento a pagar - LP (d)	3.881	–	6.033	–
Outros - LP	1.045	–	1.045	–
Contas a Pagar por Aquisição/Earn-Out - LP	–	592	–	592
Total não circulante	**52.261**	**43.211**	**54.412**	**43.211**
Total Geral	**203.523**	**147.730**	**210.913**	**150.132**

a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. b) Refere-se a valores de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 11. c) O saldo refere-se, substancialmente, a depósitos não identificados. d) Refere-se ao valor de arrendamento a pagar, vide nota explicativa nº 16. **16. Arrendamentos:** a) Direito de Uso: Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	–	–
Adoção inicial de norma	2.132	5.627
Reajustes e renovações contratuais	375	938
Adição direito de uso (novos contratos)	7.828	7.828
Depreciação no período	(2.827)	(3.903)
Baixa de arrendamentos	(331)	(522)
Saldo no fim do período	**7.177**	**9.968**

b) Arrendamentos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	–	–
Adoção inicial de norma	1.778	5.210
Reajustes e renovações contratuais	375	938
Adição direito de uso (novos contratos)	7.828	7.828
Juros apropriado no período	865	1.258
Baixa de arrendamentos	(1.441)	(1.591)
Pagamentos realizados	(2.834)	(4.060)
Saldo no fim do período	**6.571**	**9.583**

c) Demonstração de resultado: No decorrer do período foram registrados os seguintes montantes em resultado: i) Juros sobre atualização do passivo de arrendamento totalizam R$ 1.258 no consolidado e R$ 865 na controladora e estão registrados em despesa financeira, conforme nota explicativa nº 21. ii) As depreciações dos arrendamentos totalizam R$ 3.903 no consolidado e R$ 2.827 na controladora e estão registradas em despesas administrativas, nota explicativa nº 20. iii) Em virtude das remensurações e baixas do passivo de arrendamento e consequente baixas de ativo, tivemos um efeito líquido no resultado de R$ 1.069 no consolidado. **17. Provisão para Ações Judiciais:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cíveis (a)	35.374	35.922	40.052	38.743
Regulatório - ANS (b)	9.481	9.097	9.629	9.332
Trabalhistas e previdenciárias (c)	1.626	2.169	3.227	3.583
Tributárias (d)	–	–	5.227	2.797
Total	**46.481**	**47.188**	**58.135**	**54.455**

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Cíveis (a)	38.743	7.091	(5.782)	40.052
Regulatório - ANS (b)	9.332	972	(675)	9.629
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.583	564	(920)	3.227
Tributárias (d)	2.797	2.430	–	5.227
Total	**54.455**	**11.057**	**(7.377)**	**58.135**
	31/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2021**
Cíveis (a)	32.078	9.830	(3.165)	38.743
Regulatório - ANS (b)	22.100	1.232	(14.000)	9.332
Trabalhistas e previdenciárias (c)	7.189	2.494	(6.100)	3.583
Tributárias (d)	4.637	1.656	(3.496)	2.797
Total	**66.004**	**15.212**	**(26.761)**	**54.455**

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2022: a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$35.374 e R$40.052 na controladora e consolidado, respectivamente (R$35.022 e R$38.743 em 2021 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como possível o desembolso de caixa R$35.688 na controladora e no consolidado, (R$42.186 em 2021 na controladora e no consolidado, respectivamente) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos. Sejam eles reajustes anuais ou por faixa etária. (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS. (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado. b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R$9.481 e R$9.629 na controladora e consolidado, respectivamente (R$9.097 e R$9.332 em 2021, na controladora e consolidado, respectivamente avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$2.925 na controladora e no consolidado (R$2.930 em 2021 na controladora e no consolidado) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões. c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R$1.626 e R$ 3.227 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R$2.169 e R$ 3.583 em 2021 Controladora e Consolidado, respectivamente). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R$298 Controladora e Consolidado (R$2.476 em 2021 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões. d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento. Entretanto, não foram constituídas provisões, pois não existem contingências cuja perda foi avaliada como provável na controladora. No consolidado, verifica-se o montante provisionado de R$5.227 (R$ 2.797 em 2021), referente às controladas Plural e Elo. **Contingência tributária sob auto de infração classificadas como possível:** A Companhia possui passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foram constituídas provisões. Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R$ 1.188.458 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 668.437 em 2021), conforme detalhado a seguir: a. O valor total de R$ 130.123 (R$ 120.666 em 2021) refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio no ano-calendário de 2011. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; b. O valor total de R$ 436.778 (R$ 402.549 em 2021) refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendários de 2012 a 2014. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; c. O valor de R$ 102.413 refere-se ao auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendário de 2016 a 2018. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; d. O valor total de R$ 3.100 (R$ 2.862 em 2021) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a exigência de contribuições previdenciárias relativamente a distribuições de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa; e. O valor total de R$ 47.627 (R$ 43.927 em 2021) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e da Contribuição para o PIS/PASEP ("PIS"), relativas aos períodos de dezembro de 2012, janeiro a dezembro de 2013 e janeiro a dezembro de 2014. A legitimidade do auto de infração está sendo discutida na esfera administrativa; f. O valor total de R$ 7.682 (R$ 7.075 em 2021) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e de multa proporcional, relativos aos períodos de dezembro/2012 a dezembro/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa; g. O valor total de R$ 85.627 (R$ 78.976 em 2021) refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 e 2014. A legitimidade do auto de infração está sendo discutida na esfera administrativa; h. O valor de R$ 5.003 (R$ 4.606 em 2021) refere-se a autos de infração lavrados para exigência de contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT), além de contribuições para outras entidades e fundos (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação), relativas ao mesmo ano-calendário de 2015, e relacionadas ao plano de *stock options*; i. O valor total de R$ 370.106 refere-se a autos de infração envolvendo a definição do local de recolhimento do ISS devido pela Companhia, exigência de TFE e imputação relativos aos anos de 2016 e 2018. A Companhia interpôs recurso em face dessas autuações, que atualmente se encontra pendente de julgamento na esfera administrativa; **18. Patrimônio Líquido:** Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R$ 314.006 representado por 496.715.989 ações ordinárias pertencentes ao Grupo Qualicorp. Distribuição de resultados e outras reservas de lucros: O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório. Segue abaixo quadro que será levado para aprovação da Assembleia na proposta de distribuição de dividendos de 2022 com pagamento até 31 de dezembro de 2023:

Destinação do Lucro líquido	2022	2021
Lucro líquido do exercício	282.764	344.811
(–) Constituição de reserva legal	(14.138)	(17.241)
Base de cálculo dos dividendos	**268.626**	**327.570**
Dividendos antecipados	(217.999)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	3.276
Dividendo proposto a pagar	50.627	324.294

A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 28 de abril de 2023, e estão demonstrados na rubrica "Dividendo Proposto". Reserva legal: Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R$ 62.802 (R$ 60.042 em 2021). **19. Programa de Ações Restritas:** O Grupo Qualicorp possui programa de outorga ações e ações restritas. São elegíveis a esse plano os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. O saldo em 31 de dezembro de 2022, da quantidade de ações passíveis de serem outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas da Companhia é o seguinte:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Programa de ações restritas	525.291	677.668

Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019 o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações ("Plano de entrega de ações restritas"). As principais características do novo plano são as seguintes: a) As ações restritas passarão a ser devida aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de aniversário de celebração do contrato; b) O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria. c) O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. d) O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. Em contrato celebrado em 26 de dezembro de 2019, foi constituída uma nova outorga de 516.000 ações restritas aos novos membros da administração do Grupo Qualicorp, nas mesmas características do plano outorgado em 9 de maio de 2019, atendendo todas as características do plano acima descrito exceto o item a. na proporção de 33% ações ao ano. Em abril de 2021 o Grupo Qualicorp aprovou um novo Plano de Concessão de Ações Restritas, que foram entregues a determinados executivos e sujeitas a um período de restrição (lock-up) de 1 ano, onde por conta desse período o Grupo Qualicorp considerou a contabilização desse novo plano como uma despesa antecipada a ser apropriada pelo período de doze meses e registrada na rubrica de outros ativos. Com outorgas anuais e de modo a promover o estímulo do desempenho dos potenciais beneficiários ano após ano, da permanência no Grupo Qualicorp ou nas sociedades por ela controladas, bem como o alinhamento entre os interesses dos mesmos e dos acionistas da Companhia, esse novo Programa tem como principal objetivo garantir à Companhia um importante e dinâmico elemento no fomento da criação e fortalecimento de nossa cultura de meritocracia, garantindo que esses executivos estejam motivados a performar ano após ano, justificando assim sua potencial seleção ao recebimento de Ações Restritas. Em abril de 2022 o Grupo Qualicorp realizou uma nova outorga, que foram entregues a SUBSTITUIR POR: O GRUPO QUALICORP. O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins deste Plano, foi o preço de cotação de cada Ação Restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga. O custo dessas ações foi de R$11.336 (R$ 6.890 alocado no patrimônio líquido e R$ 4.446 no passivo a pagar até a devida transferência), por conta do período de lock-up de 1 ano, o Grupo Qualicorp considerou a contabilização desse novo plano como despesa antecipada a ser apropriada pelo período de doze meses e registrada na rubrica de outros ativos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida no resultado despesa no montante de R$ 4.897, registrado na rubrica de despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2022, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas pelo Grupo Qualicorp e/ou por suas controladas no montante total de R$ 7.539 alocado no patrimônio líquido.

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
09/05/2019	17,2	09/05/2023	5.700.000	809.454	(3.396.355)	(2.987.808)	125.291
26/12/2019	38,1	26/12/2022	516.000	33.107	(549.107)	–	186.244
01/04/2021	30,4	01/04/2022	170.000	–	(170.000)	–	–
29/04/2022	13,0	29/04/2024	930.000	–	(530.000)	–	400.000
			7.316.000	**842.561**	**(4.645.462)**	**(2.987.808)**	**525.291**

Para 31 de dezembro de 2022, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 400 dias (457 em 31 de dezembro de 2021). **20. Despesas por Natureza:** A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde				
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	167.038	96.981	167.038	106.522
Provisão de perdas operacionais (b)	47.390	–	47.390	–
Ganhos (Perdas) operacionais (c)	(657)	24.697	(657)	24.709
Aporte de sinistralidade (d)	10.882	15.437	13.200	15.437
Despesas Judiciais	(164)	(4.907)	2.352	(3.484)
Outros custos de serviços prestados	3.952	10.374	3.981	12.589
Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	**228.441**	**142.582**	**233.304**	**155.773**
Despesas de comercialização				
Comissão de Terceiros	4.517	6.324	10.600	27.832
Comissão de Terceiros (Vitalício)	9.771	2.829	9.771	10.237
Provisão Comissão	1.022	3.128	1.022	3.137
Comissão de Terceiros (Co-corretagem)	–	185	–	2.241
Outras despesas comerciais	–	1	6.993	4
Total de despesas de comercialização	**15.310**	**12.467**	**28.386**	**43.451**
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	144.930	145.874	164.118	169.404
Gastos com serviços de terceiros (e)	100.076	122.269	105.578	127.546
Depreciações e amortizações (f)	51.170	45.789	67.631	51.139
Processos Judiciais	26.637	20.532	27.397	20.867
Auto de infração ANS	5.764	5.939	5.962	6.360
Gastos com localização e funcionamento	10.013	11.570	20.343	20.951
Gastos com publicidade e propaganda	15.952	21.879	18.570	24.929
Outras despesas administrativas (g)	14.452	21.291	14.444	21.647
Total de despesas administrativas	**368.994**	**395.143**	**424.042**	**442.843**
Total despesas por natureza	**612.745**	**550.192**	**685.732**	**642.067**

a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão. A Companhia revisou os contratos com as entidades de classe e realizou uma provisão de R$ 39.820 em 31 de dezembro de 2022. b) Conforme nota explicativa 10.a). c) Trata-se das diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar. d) Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade firmado junto as operadoras. e) Refere-se, substancialmente, a serviços de "call center", consultoria, advogados, auditoria, "service desk" e logística. f) Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações. g) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, seguros, patrocínios, taxas e contribuições. **21. Resultado financeiro líquido:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas financeiras:				
Rendimentos com aplicações financeiras	55.336	34.463	58.306	35.737
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	31.667	27.445	35.061	31.984
Atualização monetária	7.894	–	7.894	–
Outras receitas	8.861	3.846	9.152	4.048
Total de receitas financeiras	**103.758**	**65.754**	**110.413**	**71.769**
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(11.343)	(18.785)	(13.801)	(25.224)
Descontos concedidos	(11.349)	(17.743)	(11.349)	(18.325)
Atualização monetária sobre debêntures	–	(9.738)	–	(9.738)
Ajuste a Valor Presente	(75)	–	(75)	–
Outras despesas	(11.201)	(938)	(16.916)	(1.933)
Total de despesas financeiras	**(33.968)**	**(47.204)**	**(42.141)**	**(55.220)**
Resultado financeiro	**69.790**	**18.550**	**68.272**	**16.549**

a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	**394.747**	**526.507**	**411.175**	**547.606**
Participações sobre o Lucro	(2.004)	(1.615)	(2.004)	(1.665)
Equivalência patrimonial	(9.293)	(23.442)	–	(424)
Subtotal	**385.450**	**501.450**	**409.171**	**546.365**
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(131.053)	(170.493)	(139.118)	(185.684)
Perdas com Créditos Incobráveis	(5.475)	(12.348)	(6.055)	(12.493)
Despesas não dedutíveis	(1.479)	(2.288)	(2.244)	(2.367)
JCP	15.257	–	15.257	–
Recuperação de Perdas	5.754	2.916	9.284	3.443
Lei do Bem	1.902	2.047	1.902	2.047
PAT em Dobro	228	1.476	287	1.556
Outros	2.888	(1.391)	(2.948)	(2.842)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	**(111.978)**	**(180.081)**	**(123.635)**	**(196.340)**
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	**29,05%**	**35,91%**	**30,22%**	**35,94%**

23. Informações Sobre o Segmento: a) Descrição dos serviços que são responsáveis pelas receitas do segmento: A Companhia e sua controlada são responsáveis pela gestão e administração dos benefícios coletivos por adesão relacionados aos planos de saúde e/ou odontológicos, nas quais as principais atividades desempenhadas são: a reunião de pessoas jurídicas contratantes; contratação de plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante ou administrador, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes; apoio técnico na discussão de aspectos operacionais; apoio à área de recursos humanos na gestão de benefícios do plano; terceirização de serviços administrativos; movimentação cadastral; conferência de faturas; cobrança ao beneficiário por delegação; consultoria para prospectar o mercado, sugerir desenho de plano e modelo de gestão. b) Mensuração de lucro, ativos e passivos por segmento operacional: As práticas contábeis do Segmento Afinidades são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3. A Companhia avalia o desempenho do segmento reportável com base no lucro antes dos juros, resultado financeiro, depreciação, amortização e provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Não faz parte do resultado por segmento as provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatório, e as despesas administrativas compartilhadas não são alocadas aos segmentos. c) Fatores utilizados pela Administração para identificar o segmento: O Segmento Afinidades é a unidade de negócio que concentra 93,06% do resultado da Companhia. Esta unidade, no Grupo Qualicorp, é gerenciada separadamente dentro do modelo de gestão utilizado pelos administradores da Companhia. O Segmento Afinidades utiliza a maior parte dos recursos da Companhia, como por exemplo, movimentação cadastral dos beneficiários juntos às operadoras/seguradoras, faturamento e cobrança dos benefícios, baixa dos recebimentos e quitação das faturas e dos repasses financeiros às entidades de classe, etc. Todas as receitas e despesas diretas dos segmentos são identificadas no Sistema ERP - SAP S/4 Hana Hec, que possui arquitetura de centro de custos elaborada exclusivamente para a identificação dos segmentos e demais despesas não alocadas. d) Informações geográficas do segmento reportado - consolidado: A Companhia possui todas as suas atividades no mercado interno e segmento afinidades apresenta a distribuição do seu faturamento líquido de cancelamentos nas seguintes unidades federativas:

	31/12/2022		31/12/2021	
Segmentação Regionalizado (Consolidado)	**Vidas**	**% Partic. Mercado**	**Vidas**	**% Partic. Mercado**
Sudeste	892.148	68,25%	1.020.192	68,89%
Nordeste	191.199	14,63%	213.463	14,42%
Centro Oeste	85.998	6,58%	99.814	6,74%
Sul	70.475	5,39%	72.137	4,87%
Norte	67.341	5,15%	75.186	5,08%
Total do segmento Afinidades	**1.307.161**	**100,00%**	**1.480.792**	**100,00%**

Informações sobre os principais clientes: Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, os três principais clientes do segmento Adesão originaram faturamentos de R$184.549, R$90.286 e R$80.530 o que corresponde a uma participação de 10,16%, 4,97% e 4,43% sobre o faturamento do segmento e 9,46%, 4,63% e 4,13% sobre o faturamento consolidado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os três principais clientes do segmento Adesão originaram faturamentos de R$133.137, R$129.068 e R$114.704 o que corresponde a uma participação de 6,26%, 6,07% e 5,40% sobre o faturamento do segmento e 5,85%, 5,67% e 5,04% sobre o faturamento consolidado. **24. Compromissos:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes: a) Compromissos para prestação de serviços de "*call center*" assumidos de R$26.829 para o ano de 2023 (não auditados). As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2022 foram de R$29.246 (R$46.876 em 2021). **25. Seguros:** A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importâncias segurada
Garantia de débitos de natureza tributária (*)	Garantia de crédito tributário - Órgão Público	640.559
Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	342

• A Companhia e suas controladas firmaram seguros sobre garantia de débitos de natureza tributária. Estas apólices garantem, exclusivamente, débitos provenientes da discussão sobre a dedução de despesas da amortização do ágio da base de cálculo do IRPJ e CSLL nos anos calendário de 2012 a 2018. **26. Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional:** Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2022	2021	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	394.743	524.892	409.171	545.941
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	51.170	45.789	67.631	51.139
Perda por redução ao valor recuperável	49	224	49	224
Equivalência patrimonial	(9.293)	(23.442)	–	–
Ações restritas	8.377	11.159	8.377	11.159
Receitas/Despesas financeiras	–	10.064	–	10.179
Provisão (reversão) para riscos	(707)	(8.654)	3.680	(7.608)
Provisão de reajuste	–	10.994	–	13.485
Participações no resultado	–	1.615	–	1.665
	444.339	**572.641**	**488.908**	**626.184**
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Redução (aumento) de créditos de operações com planos de assistência à saúde	24.193	(14.928)	20.373	(25.800)
Aumento de impostos e contribuições a recolher	(1.992)	733	(1.921)	1.677
Redução provisão para IR e CSLL	16.795	(8.209)	16.994	(332)
Redução (aumento) de débitos de operações de administração de benefícios	(15.829)	18.712	(19.268)	25.207
Aumento de contraprestações/prêmios a restituir	33.581	896	33.581	1.637
Redução (aumento) de despesas antecipadas	1.187	(1.800)	573	(2.333)
Aumento (redução) bens e títulos a receber	(21.045)	(7.606)	(20.762)	(33.073)
Aumento (redução) comercialização sobre Operações	878	(208)	878	(199)
Aumento de débitos diversos	49.613	11.066	44.582	35.147
Redução (aumento) de depósitos judiciais	3.932	222	3.548	(1.332)
Redução de receita antecipada de contraprestações/prêmios	(9.804)	1.583	(8.232)	(93)
Aumento (redução) outros créditos a receber a longo prazo	(4.774)	5.065	(22.365)	5.054
Aumento (redução) de créditos tributários e previdenciários	(3.838)	(4.554)	(3.839)	(17.693)
Aumento de aplicações financeiras	(31.361)	21.550	(31.959)	13.599
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	**485.875**	**595.163**	**501.092**	**627.650**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93.878)	(119.873)	(106.112)	(138.116)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**391.997**	**475.290**	**394.979**	**489.534**

27. Eventos Subsequentes: Em 1 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Elo Administradora de Benefícios Ltda., tendo como efeito a extinção da controlada incorporada. A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificação de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais. O critério de avaliação do patrimônio líquido na incorporação foi o valor contábil dos ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação aprovado pela ANS em 28 de novembro de 2022. **28. COVID-19:** A Companhia não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis. **29. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2023 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022, quando aplicável.

A DIRETORIA

Elton Hugo Carluci – Diretor Presidente

Eduardo Ribeiro Farias de Oliveira – Diretor

Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto – Diretor Financeiro e de Relações com o Investidor

Contador

Adriana Ricardo Arrais – CRC 1SP213332/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Conselho de Administração da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O
Alessandra Aur Raso
CRC SP-248878/O

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL – PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001912-06.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Coimbra, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Natália Maranhão de Castro Moraes RG nº 37.622.279-7 e CPF nº 351.589.338-55 e Michel de Castro Moraes, RG 34808949-1 CPF nº 354.573.608-30 por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2023. 29 e 30/03

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. PRAZO DE 10 DIAS. ABecker Empreendimentos Imobiliários Ltda, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA **REINALDO ADAO CALDEIRA**, que se encontra em lugar incerto e/ou não sabido, para comparecer ao seu escritório, situado na Rua Expedicionário Holz, 550, 18° andar, Sala 1802, bairro América, Joinville, Santa Catarina, Edif. Helbor Dual Offices & Corporate, no horário de 13h00 às 17h00, no prazo legal de 10 (dez) dias, para fins de regularização das obrigações contratuais, referente a compra do lote 05, QUADRA D13, - LOTEAMENTO JARDIM MARESIAS E/OU PARQUE SAMBAQUI (SFS). O não comparecimento no prazo estipulado ensejará a rescisão unilateral do contrato de Compra e Venda firmada, com todo ônus dela decorrente. Cidade, data da publicação. (SÃO PAULO – SP)

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0016942-35.2013.8.26.0008**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Gew Comercio Ltda ME e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0016942-35.2013.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. O Dr. Paulo Guilherme Amaral Toledo, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP, Faz Saber a Wanderlei Felipe da Silva Júnior (CPF. 179.165.208-50), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 7.477,49, junto ao Bradesco Seguros S/A. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2023. 29 e 30 / 03 / 2023.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 35.300.028.252

AVISO AOS ACIONISTAS

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500, Matão/SP, CEP 15.993.000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022. Matão, 28/03/2023. **Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração.** (28,29,30)

AGRO REUNIDAS S/A

CNPJ/MF n.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

AVISO AOS ACIONISTAS

Agro Reunidas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes, 858, Centro, Matão/SP, CEP 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022. Matão, 28/03/2022. **Cleber Baldan - Presidente do Conselho de Administração**. (28,29,30)

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

AVISO AOS ACIONISTAS

Transbia Transportes Baldan S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes, 848, Centro, Matão/SP, CEP 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022. Matão, 28/03/2023. **Walter Baldan Filho - Diretor.** (28,29,30)

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.087

Edital de Convocação

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, Sra. Heloísa Helena Kretzer de Almeida, com fundamento no Estatuto Social, na Lei 6.404/1976 e Lei 10.303/2001, convoca todos os acionistas da **Almeida Junior Shopping Centers S.A.,** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 16º andar, conj. 1604, Edif. Plaza Iguatemi, bairro Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP: 01.452-000, no dia 18 de abril de 2023, às 09:00 horas, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Análise, discussão e aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2023. São Paulo, 27 de março de 2023. **Heloisa Helena Kretzer de Almeida -** Presidente do Conselho de Administração.

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35300384466

Aviso aos Acionistas

A **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Grupo Ambipar" ou "Companhia") (B3: AMBP3), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 28 de abril de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Avenida Pacaembu, nº 1.088, Pacaembu, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01234-000, e no endereço eletrônico da Companhia (https://ri.ambipar.com/), tendo sido enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 28 de março de 2023. **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.**

Thiago da Costa Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SINDICATO DOS AGENTES VISTORES E AGENTES DE APOIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SAVIM

R.Cel. Xavier de Toledo, 316 – 12º and. – Cj. 120 – Centro

São Paulo – SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos dos artigos 6º, 7º; 9º, 10, 11, 53 e 58 e demais disposições dos Estatutos Sociais atinentes à espécie, ficam os Srs. Associados convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 11/04/2023, com início às 10h00, em primeira chamada, na sede do Sindicato. **ORDEM DO DIA**: 1 – Alterações do Estatuto; 2 – Valor da contribuição mensal. São Paulo, 30 de março de 2023. MARIO ROBERTO FORTUNATO - Diretor Presidente.

FORO CENTRAL - 28ª VARA CÍVEL - Pça. João Mendes s/nº - 10º andar - Fone: 2171-6000 - E-mail: upj26a30cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. nº **1074402-60.2022.8.26.0100.** A **Dra. ANA LÚCIA XAVIER GOLDMAN**, MMª Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, na forma da lei. **FAZ SABER** à **TRIUMPH ADMINISTRATION LIMITED** (CNPJ 33.338.653/0001-34), na pessoa de seu representante legal, que **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PRINCIPADO DE MÔNACO** lhe move ação de **EXECUÇÃO** para cobrança de R$11.423,03 (no ajuizamento), a ser atualizada e acrescida das cominações legais, dívida esta representada por despesas condominiais vencidas, além das que se vencerem até o pagamento, relativas ao apartamento nº 10 (101) Grace, localizado na Al. Jauaperi, 1467, Indianópolis (matr.152.714 do RI competente). Encontrando-se a executada em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL**, para que, após o prazo deste, em **03 dias, PAGUE** o débito ou em **15 dias, OFEREÇA EMBARGOS** ou ainda, **RECONHECENDO** o crédito do exequente e **DEPOSITANDO 30%** do valor da execução, inclusive custas e honorários, **PAGUE** o **RESTANTE** em **6 PARCELAS MENSAIS**, atualizadas, **SOB PENA** de **PENHORA** de tantos de seus bens quantos bastem para solução da dívida. Fica ciente também de que no silêncio lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2023.

29 e 30/03

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 563ª, 564ª, 565ª, 566ª, 567ª, 568ª, 569ª, 570ª, 571ª, 572ª, 573ª E 574ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 563ª, 564ª, 565ª, 566ª, 567ª, 568ª, 569ª, 570ª, 571ª, 572ª, 573ª e 574ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGTCRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de abril de 2023, às 16h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado, pela Securitizadora, aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** apresentação, pela Emissora, dos atos praticados e das medidas adotadas pela Securitizadora no âmbito da administração do Patrimônio Separado, o que inclui, mas sem limitação, as eventuais medidas adotadas no âmbito da ação cautelar ajuizada pela Gramado Parks e outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico em trâmite na 2ª Vara Judicial da Comarca de Gramado / RS sob o nº 5001925-69.2023.8.21.0101; **(ii)** a aprovação, ou não, da exigência da Recompra Total dos Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e declaração de Vencimento Antecipado Total das Debêntures ("Recompra Total e Vencimento Antecipado"), nos termos das Cláusulas 6.6 do Contrato de Cessão e 4.4 da Escritura de Emissão de Debêntures, respectivamente, em virtude da ocorrência das Hipóteses de Recompra Total dos Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e das Hipóteses de Vencimento Antecipado Total previstas nas **Cláusulas 6.4(c) e 6.4(t) do Contrato de Cessão e nas Cláusulas 4.2(b) e 4.2(t) da Escritura de Emissão de Debêntures**, respectivamente, devido ao descumprimento, pela Prime Foz: **(a)** da obrigação assumida na Cláusula 3.3 do Contrato de Cessão, de repassar pagamentos de Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e de Créditos Imobiliários Cedidos Fiduciariamente recebidos em contas bancárias distintas da Conta Centralizadora, em inobservância do prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tal obrigação se tornou devida, mesmo após o recebimento de reiteradas notificações enviadas pela Securitizadora; e **(b)** da obrigação assumida na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão, de complementar valores faltantes para fins de cumprimento das obrigações previstas na Ordem de Pagamentos, o que inclui as obrigações previstas nas Cláusulas 3.16 e 3.18 da Escritura de Emissão de Debêntures, de pagar as Debêntures, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado podendo ser necessária a exigência, pela Emissora, da Recompra Total e Vencimento Antecipado anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iii)** caso aprovado o item (ii) acima, a aprovação, ou não: **(a)** do ajuizamento de ação de execução de título executivo extrajudicial em face da Prime Foz e/ou da Gramado Parks, na qualidade de fiadora e devedora solidária, com o objetivo de demandar o cumprimento das obrigações de pagar o Valor da Recompra Total (conforme definido no Contrato de Cessão) e o Valor de Liquidação das Debêntures; **(b)** da excussão das Garantias; **(c)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual processo de recuperação judicial ou de falência da Prime Foz e/ou da Gramado Parks; **(d)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual procedimento arbitral requerido pela Prime Foz e pela Gramado Parks ou pela Securitizadora; e **(e)** caso seja identificada qualquer conduta criminosa por parte de qualquer dos sócios e/ou membros da administração da Prime Foz, da Gramado Parks e/ou de qualquer dos membros de seu grupo econômico, do pedido de instauração de inquérito policial, bem como da representação junto ao Ministério Público competente ou do ajuizamento de queixa-crime, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas acima listadas, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iv)** caso aprovado o item (iii) acima, a aprovação, ou não, da contratação do **Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes**, na qualidade de assessor legal que irá representar a Emissora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, nos atos indicados nos itens (ii) e (iii) acima, conforme proposta de honorários constante do Anexo I ao presente edital, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas listadas no item (iii) acima, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(v)** a aprovação, ou não, de autorização prévia para eventual contratação, a exclusivo critério da Securitizadora: **(a)** de assessor legal com notórios conhecimento e experiência para eventuais pleitos de natureza criminal que se façam necessários; e **(b)** de empresa especializada em serviços de investigação patrimonial e de eventuais não-conformidades relacionadas à Cedente e aos Fiadores com notória experiência; **(vi)** a aprovação, ou não, do procedimento de prestação de contas referentes às despesas incorridas na administração e na defesa do Patrimônio Separado previsto no Anexo II ao presente Edital; e **(vii)** a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados aos CRI, inclusive, mas sem limitação, o ajuizamento de ação de execução de qualquer dos Documentos da Operação, e/ou a excussão de qualquer das Garantias. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail*: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 2507-1949 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 29 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 575ª, 576ª, 577ª, 578ª, 579ª, 580ª, 581ª, 582ª E 583ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 575ª, 576ª, 577ª, 578ª, 579ª, 580ª, 581ª, 582ª e 583ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGTCRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de abril de 2023, às 13h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado, pela Securitizadora, aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** apresentação, pela Emissora, dos atos praticados e das medidas adotadas pela Securitizadora no âmbito da administração do Patrimônio Separado, o que inclui, mas sem limitação, as eventuais medidas adotadas no âmbito da ação cautelar ajuizada pela Gramado Parks e outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico em trâmite na 2ª Vara Judicial da Comarca de Gramado / RS sob o nº 5001925-69.2023.8.21.0101; **(ii)** a aprovação, ou não, da exigência da Recompra Total dos Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e declaração de vencimento antecipado das Debêntures ("Recompra Total e Vencimento Antecipado"), nos termos das Cláusulas 6.6 do Contrato de Cessão e 4.4 da Escritura de Emissão de Debêntures, respectivamente, em virtude da ocorrência das Hipóteses de Recompra Total dos Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e das Hipóteses de Vencimento Antecipado Total previstas nas **Cláusulas 6.4(c) e 6.4(t) do Contrato de Cessão e nas Cláusulas 4.2(c) e 4.2(t) da Escritura de Emissão de Debêntures**, respectivamente, devido ao descumprimento, pela Gramado Parks: **(a)**, da obrigação assumida na Cláusula 3.3 do Contrato de Cessão, de repassar pagamentos de Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e de Créditos Imobiliários Cedidos Fiduciariamente recebidos em contas bancárias distintas da Conta Centralizadora, em inobservância do prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tal obrigação se tornou devida, mesmo após o recebimento de reiteradas notificações enviadas pela Securitizadora; e **(b)** da obrigação assumida na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão, de complementar valores faltantes para fins de cumprimento das obrigações previstas na Ordem de Pagamentos, o que inclui as obrigações previstas nas Cláusulas 3.16 e 3.18 da Escritura de Emissão de Debêntures, de pagar as Debêntures, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado podendo ser necessária a exigência, pela Emissora, da Recompra Total e Vencimento Antecipado anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iii)** caso aprovado o item (ii) acima, a aprovação, ou não: **(a)** do ajuizamento de ação de execução de título executivo extrajudicial em face da Gramado Parks, com o objetivo de demandar o cumprimento das obrigações de pagar o Valor da Recompra Total e o Valor de Resgate das Debêntures por Vencimento Antecipado; **(b)** da excussão das Garantias; **(c)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual processo de recuperação judicial ou de falência da Gramado Parks; **(d)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual procedimento arbitral requerido pela Gramado Parks ou pela Securitizadora; e **(e)** caso seja identificada qualquer conduta criminosa por parte de qualquer dos sócios e/ou membros da administração da Gramado Parks e/ou de qualquer dos membros de seu grupo econômico, do pedido de instauração de inquérito policial, bem como da representação junto ao Ministério Público competente ou do ajuizamento de queixa-crime, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas acima listadas, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iv)** caso aprovado o item (iii) acima, a aprovação, ou não, da contratação do **Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes**, na qualidade de assessor legal que irá representar a Emissora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, nos atos indicados nos itens (ii) e (iii) acima, conforme proposta de honorários constante do Anexo I ao presente edital, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas listadas no item (iii) acima, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(v)** a aprovação, ou não, de autorização prévia para eventual contratação, a exclusivo critério da Securitizadora: **(a)** de assessor legal com notórios conhecimento e experiência para eventuais pleitos de natureza criminal que se façam necessários; e **(b)** de empresa especializada em serviços de investigação patrimonial e de eventuais não-conformidades relacionadas à Cedente e aos Fiadores com notória experiência; **(vi)** a aprovação, ou não, do procedimento de prestação de contas referentes às despesas incorridas na administração e na defesa do Patrimônio Separado previsto no Anexo II ao presente Edital; e **(vii)** a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados aos CRI, inclusive, mas sem limitação, o ajuizamento de ação de execução de qualquer dos Documentos da Operação, e/ou a excussão de qualquer das Garantias. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail*: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 2507-1949 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 29 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 638ª e 639ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das **638ª e 639ª** Séries da **1ª** Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Geral ("AGTCRI" ou "Assembleia") a ser realizada, em 2ª (segunda) convocação, em **18 de abril de 2023**, **às 14h00**, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis; e **(ii)** a aprovação, ou não, da alteração do Termo de Securitização para: **(a)** que as convocações de Assembleias possam ocorrer, a critério da Emissora: (a.1) mediante publicação de edital em jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias, por 3 (três) vezes em dias consecutivos, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias; **ou** (a.2) por meio de edital publicado no sítio eletrônico da Emissora, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, sem prejuízo do quanto previsto na Resolução CVM 60 a respeito da convocação de Assembleias; e **(b)** inclusão, na Cláusula XII do Termo de Securitização, de item no seguinte sentido: "*Exclusivamente para fins da aprovação de Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado (conforme abaixo definido), não é necessária a segunda convocação na hipótese de não instalação da Assembleia cuja Ordem do Dia contenha deliberação sobre a aprovação de demonstrações financeiras do Patrimônio Separado ("Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado") acompanhadas de opinião não modificada do auditor independente, caso no qual as demonstrações financeiras serão consideradas automaticamente aprovadas conforme previsto no artigo 25, §2º da Resolução CVM 60.*" Ficam os senhores Titulares de CRI cientes de que, caso a Assembleia não seja instalada em virtude do não comparecimento de Titulares de CRI, as Demonstrações Financeiras serão consideradas automaticamente aprovadas, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br/home) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. A Assembleia instalar-se-á, em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, excluídos os Titulares de CRI que eventualmente não possuírem direito de voto conforme previsto no Termo de Securitização. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail*: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 2507-1949 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 28 de março de 2023. FORTE SECURITIZADORA S.A.

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 457ª, 458ª, 459ª, 460ª, 461ª E 462ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 457ª, 458ª, 459ª, 460ª, 461ª e 462ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGTCRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de abril de 2023, às 17h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado pela Securitizadora aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** apresentação, pela Emissora, dos atos praticados e das medidas adotadas pela Securitizadora no âmbito da administração do Patrimônio Separado, o que inclui, mas sem limitação, as eventuais medidas adotadas no âmbito da ação cautelar ajuizada pela Devedora e outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico e em trâmite na 2ª Vara Judicial da Comarca de Gramado / RS sob o nº 5001925-69.2023.8.21.0101; **(ii)** a aprovação, ou não, da exigência da Recompra Total dos Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e declaração de vencimento antecipado da CCB ("Recompra Total e Vencimento Antecipado"), nos termos da Cláusula 6.7 do Contrato de Cessão e da Cláusula 10.2 da CCB, respectivamente, em virtude da ocorrência das Hipóteses de Recompra Total dos Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas **Cláusulas 6.4(b) e 6.4(v) do Contrato de Cessão e nas Cláusulas 10.1(b) e 10.1(u) da CCB**, respectivamente, devido ao descumprimento, pela GTR, da obrigação pecuniária assumida na Cláusula 3.3 do Contrato de Cessão, correspondente à não realização de repasse de pagamentos de Créditos Imobiliários Frações Imobiliárias e de Créditos Imobiliários Cedidos Fiduciariamente recebidos em contas bancárias distintas da Conta Centralizadora, não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tal obrigação se tornou devida, mesmo após o recebimento de reiteradas notificações enviadas pela Securitizadora, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a exigência, pela Emissora, da Recompra Total e Vencimento Antecipado anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iii)** caso aprovado o item (ii) acima, a aprovação, ou não: **(a)** do ajuizamento de ação de execução de título executivo extrajudicial em face da GTR e/ou dos Fiadores, com o objetivo de demandar o cumprimento das obrigações de pagar o Valor da Recompra Total (conforme definido no Contrato de Cessão) e o Valor de Liquidação da CCB por Vencimento Antecipado; **(b)** da excussão das Garantias; **(c)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual processo de recuperação judicial ou de falência da GTR e/ou de qualquer dos Fiadores; **(d)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual procedimento arbitral requerido pela GTR e/ou por qualquer dos Fiadores ou pela Securitizadora; e **(e)** caso seja identificada qualquer conduta criminosa por parte de qualquer dos sócios e/ou membros da administração da GTR e/ou por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer dos membros de seu grupo econômico, do pedido de instauração de inquérito policial, bem como da representação junto ao Ministério Público competente ou do ajuizamento de queixa-crime, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas acima listadas, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iv)** caso aprovado o item (iii) acima, a aprovação, ou não, da contratação do **Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes**, na qualidade de assessor legal que irá representar a Emissora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, nos atos indicados nos itens (ii) e (iii) acima, conforme proposta de honorários constante do Anexo I ao presente edital, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas listadas no item (iii) acima, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(v)** a aprovação, ou não, de autorização prévia para eventual contratação, a exclusivo critério da Securitizadora: **(a)** de assessor legal com notórios conhecimento e experiência para eventuais pleitos de natureza criminal que se façam necessários; e **(b)** de empresa especializada em serviços de investigação patrimonial e de eventuais não-conformidades relacionadas à Cedente e aos Fiadores com notória experiência; **(vi)** a aprovação, ou não, do procedimento de prestação de contas referentes às despesas incorridas na administração e na defesa do Patrimônio Separado previsto no Anexo II ao presente Edital; e **(vii)** a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados aos CRI, inclusive, mas sem limitação, o ajuizamento de ação de execução de qualquer dos Documentos da Operação, e/ou a excussão de qualquer das Garantias. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (www.simplificpavarini.com.br) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br, com assunto "Doc Representação | CRI Termas Resort" preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail*: agentefiduciario@vortx.com.br, com assunto "Doc Representação | CRI Termas Resort" para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* agentefiduciario@vortx.com.br ou pelo telefone (11) 3030-7177 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 29 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 699ª E 700ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 699ª e 700ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGTCRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de abril de 2023, às 10h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado, pela Securitizadora, aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** apresentação, pela Emissora, dos atos praticados e das medidas adotadas pela Securitizadora no âmbito da administração do Patrimônio Separado, o que inclui, mas sem limitação, as eventuais medidas adotadas no âmbito da ação cautelar ajuizada pela Gramado Parks e outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico em trâmite na 2ª Vara Judicial da Comarca de Gramado / RS sob o nº 5001925-69.2023.8.21.0101; **(ii)** a aprovação, ou não, da exigência da Recompra Total dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.7 do Contrato de Cessão, em virtude da ocorrência das Hipóteses de Recompra Compulsória previstas nas **Cláusulas 6.4(b) e 6.4(q) do Contrato de Cessão**, devido ao descumprimento, pela Cedente: **(a)** da obrigação assumida na Cláusula 3.3 do Contrato de Cessão, de repassar pagamentos de Créditos Imobiliários Totais recebidos em contas bancárias distintas da Conta Centralizadora, em inobservância do prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tal obrigação se tornou devida, mesmo após o recebimento de reiteradas notificações enviadas pela Securitizadora; e **(b)** da obrigação assumida na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão, de complementar valores faltantes para fins de cumprimento das obrigações previstas na Ordem de Pagamentos, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado podendo ser necessária a exigência, pela Emissora, da Recompra Total dos Créditos Imobiliários anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iii)** caso aprovado o item (ii) acima, a aprovação, ou não: **(a)** do ajuizamento de ação de execução de título executivo extrajudicial em face da Cedente e/ou dos Fiadores, com o objetivo de demandar o cumprimento da obrigação de pagar o Valor da Recompra Total; **(b)** da excussão das Garantias; **(c)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual processo de recuperação judicial ou de falência da Cedente e/ou da Fiadora; **(d)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual procedimento arbitral requerido pela Cedente e/ou pela Fiadora ou pela Securitizadora; e **(e)** caso seja identificada qualquer conduta criminosa por parte de qualquer dos sócios e/ou membros da administração da Cedente e/ou pela Fiadora e/ou por qualquer dos membros de seu grupo econômico, do pedido de instauração de inquérito policial, bem como da representação junto ao Ministério Público competente ou do ajuizamento de queixa-crime, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas acima listadas, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iv)** caso aprovado o item (iii) acima, a aprovação, ou não, da contratação do **Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes**, na qualidade de assessor legal que irá representar a Emissora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, nos atos indicados nos itens (ii) e (iii) acima, conforme proposta de honorários constante do Anexo I ao presente edital, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas listadas no item (iii) acima, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(v)** a aprovação, ou não, de autorização prévia para eventual contratação, a exclusivo critério da Securitizadora: **(a)** de assessor legal com notórios conhecimento e experiência para eventuais pleitos de natureza criminal que se façam necessários; e **(b)** de empresa especializada em serviços de investigação patrimonial e de eventuais não-conformidades relacionadas à Cedente e aos Fiadores com notória experiência; **(vi)** a aprovação, ou não, do procedimento de prestação de contas referentes às despesas incorridas na administração e na defesa do Patrimônio Separado previsto no Anexo II ao presente Edital; e **(vii)** a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados aos CRI, inclusive, mas sem limitação, o ajuizamento de ação de execução de qualquer dos Documentos da Operação, e/ou a excussão de qualquer das Garantias. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail*: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 2507-1949 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 29 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 584ª E 585ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 584ª e 585ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGTCRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de abril de 2023, às 15h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado, pela Securitizadora, aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** apresentação, pela Emissora, dos atos praticados e das medidas adotadas pela Securitizadora no âmbito da administração do Patrimônio Separado, o que inclui, mas sem limitação, as eventuais medidas adotadas no âmbito da ação cautelar ajuizada pela Gramado Parks e outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico em trâmite na 2ª Vara Judicial da Comarca de Gramado / RS sob o nº 5001925-69.2023.8.21.0101; **(ii)** a aprovação, ou não, da declaração de Vencimento Antecipado Total das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.4 da Escritura de Emissão de Debêntures, em virtude da ocorrência da Hipótese de Vencimento Antecipado Total prevista na **Cláusula 4.2(b) da Escritura de Emissão de Debêntures**, devido ao descumprimento, pela Devedora: **(a)** da obrigação pecuniária de depositar os valores necessários ao reenquadramento da Razão de Garantia do Saldo Devedor no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação enviada pela Securitizadora nesse sentido, prevista na Cláusula 4.8.3 do Contrato de Cessão Fiduciária; e **(b)** da obrigação assumida na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão Fiduciária, de complementar valores faltantes para fins de cumprimento das obrigações previstas na Ordem de Pagamentos, o que inclui as obrigações previstas nas Cláusulas 3.16 e 3.18 da Escritura de Emissão de Debêntures, de pagar as Debêntures, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado podendo ser necessária a exigência, pela Emissora, do Vencimento Antecipado Total anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iii)** caso aprovado o item (ii) acima, a aprovação, ou não: **(a)** do ajuizamento de ação de execução de título executivo extrajudicial em face da Devedora, com o objetivo de demandar o cumprimento das obrigações de pagar o Valor de Liquidação das Debêntures; **(b)** da excussão das Garantias; **(c)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual processo de recuperação judicial ou de falência da Devedora; **(d)** da defesa da Securitizadora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, no âmbito de eventual procedimento arbitral requerido pela Devedora ou pela Securitizadora; e **(e)** caso seja identificada qualquer conduta criminosa por parte de qualquer dos sócios e/ou membros da administração da Devedora e/ou de qualquer dos membros de seu grupo econômico, do pedido de instauração de inquérito policial, bem como da representação junto ao Ministério Público competente ou do ajuizamento de queixa-crime, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas acima listadas, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(iv)** caso aprovado o item (iii) acima, a aprovação, ou não, da contratação do **Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes**, na qualidade de assessor legal que irá representar a Emissora, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado, nos atos indicados nos itens (ii) e (iii) acima, conforme proposta de honorários constante do Anexo I ao presente edital, observado que, caso o risco de perecimento imediato dos direitos e bens vinculados ao Patrimônio Separado torne necessária a adoção, pela Emissora, de qualquer das medidas listadas no item (iii) acima, anteriormente à realização da Assembleia, a eventual aprovação dos Titulares dos CRI dar-se-á em caráter retroativo e de ratificação; **(v)** a aprovação, ou não, de autorização prévia para eventual contratação, a exclusivo critério da Securitizadora: **(a)** de assessor legal com notórios conhecimento e experiência para eventuais pleitos de natureza criminal que se façam necessários; e **(b)** de empresa especializada em serviços de investigação patrimonial e de eventuais não-conformidades relacionadas à Devedora com notória experiência; **(vi)** a aprovação, ou não, do procedimento de prestação de contas referentes às despesas incorridas na administração e na defesa do Patrimônio Separado previsto no Anexo II ao presente Edital; e **(vii)** a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados aos CRI, inclusive, mas sem limitação, o ajuizamento de ação de execução de qualquer dos Documentos da Operação, e/ou a excussão de qualquer das Garantias. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. A Assembleia instalar-se-á: **(i)** em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação; e **(ii)** em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, excluídos os Titulares de CRI que eventualmente não possuírem direito de voto conforme previsto no Termo de Securitização. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT CRI, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima, sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI. Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 3514-0000 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 29 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ODONTO empresas · CNP Seguros

ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

ANS - nº 310981

Relatório de Administração - Exercício de 2022

Prezados Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (a "Sociedade"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Principais Informações Financeiras

O exercício de 2022 mostra um mercado de planos exclusivamente odontológicos se consolidando e acumula um crescimento de 7,57% em número de beneficiários, totalizando 30,52 milhões. Na Odonto Empresas, mantivemos vasta carteira de planos empresariais. Mediante este cenário, a Sociedade encerrou o ano de 2022 registrando receitas com as operações de assistência odontológica de R$ 58,8 milhões, enquanto o custo de eventos avisados foi de R$ 18,2 milhões. O patrimônio líquido da Sociedade findou o exercício em R$ 24,7 milhões.

Reestruturação Societária

A CNP Assurances finalizou em dezembro a aquisição das ações da Caixa Seguridade na Sociedade, passando a deter 100% das ações da empresa. A transação realizada faz parte das aquisições anunciadas em 14 de setembro de 2022, nas quais a CNP Assurances acertou a compra da participação da Caixa Seguridade em cinco empresas: Holding Saúde, Previsul, Odonto Empresas, CNP Cap e CNP Consórcios.

Considerações Finais e Agradecimentos

A **ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA.** agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a **ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA.** reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de seus parceiros, Correios e Caixa Econômica Federal. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 29 de março de 2023

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		**42.731**	**39.653**
Disponível		**105**	**124**
Realizável		**42.626**	**39.529**
Aplicações Financeiras	4	**31.692**	**28.556**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		7.344	6.660
Aplicações Livres		24.348	21.896
Créditos de operações com planos de assistência à Saúde	5	**4.510**	**4.364**
Contraprestação pecuniária a receber		4.510	4.364
Despesas diferidas		**757**	**964**
Créditos Tributários e Previdenciários	6	**5.380**	**5.412**
Bens e Títulos a Receber		**151**	**204**
Despesas antecipadas		**136**	**29**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**3.468**	**1.414**
Realizável a longo prazo		**1.928**	**853**
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	1.928	853
Imobilizado	7	**1.380**	**253**
Imobilizado de uso próprio		**161**	**253**
Imobilizado Não Odontológicos		161	253
Outras imobilizações		31	–
Direito de uso de arrendamentos		1.188	–
Intangível	7	**160**	**308**
TOTAL DO ATIVO		**46.199**	**41.067**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		**16.347**	**10.711**
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	8	**6.188**	**6.459**
Provisões de Contraprestações		**2.159**	**2.107**
Provisão de Contraprestação Não Ganha PPCNG		2.159	2.107
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		**2.176**	**2.267**
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		**1.853**	**2.085**
Débitos de operações de assistência à saúde		**1.492**	**142**
Receita Antecipada de contraprestações		64	–
Comercialização sobre operações		1.428	142
Tributos e Encargos Sociais a recolher	9	**444**	**574**
Débitos diversos	10	**8.223**	**3.536**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.150**	**4.184**
Provisões		**4.422**	**4.184**
Provisões para Ações Judiciais	11	4.422	4.184
Débitos diversos	10	**728**	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**24.702**	**26.172**
Capital social		30.400	30.400
Prejuízos acumulados		(5.698)	(4.228)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**46.199**	**41.067**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência a Saúde		**56.004**	**57.521**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**58.778**	**60.414**
Contraprestações líquidas	15.a	58.778	60.414
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(2.774)	(2.893)
Eventos indenizáveis Líquidos		**(17.947)**	**(17.804)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	15.b	(18.179)	(18.329)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		232	525
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE		**38.057**	**39.717**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		18	–
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	15.c	**(9.534)**	**(4.238)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(7.338)	(3.256)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(2.196)	(982)
Outras Despesas Oper. de Assist. a Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(387)	–
RESULTADO BRUTO		**28.154**	**35.479**
Despesas de Comercialização	15.d	(9.578)	(11.643)
Despesas Administrativas	15.e	(20.604)	(20.512)
Resultado Financeiro Líquido	15.f	**3.704**	**1.138**
Receitas Financeiras		4.097	1.370
Despesas Financeiras		(393)	(232)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**1.676**	**4.462**
Imposto de Renda	16	(1.038)	(443)
Contribuição Social	16	(445)	(184)
Participações sobre o Lucro		(1.663)	1.490
RESULTADO LÍQUIDO		**(1.470)**	**5.325**
Quantidade de quotas		3.040.049.342	3.040.049.342
Resultado líquido por lote de mil ações - R$		(0,48)	1,75

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2022	31/12/2021
Resultados do exercício	**(1.470)**	**5.325**
Total dos resultados abrangentes para o exercício	**(1.470)**	**5.325**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**30.400**	**(9.553)**	**20.847**
Lucro Líquido do Exercício	–	5.325	5.325
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**30.400**	**(4.228)**	**26.172**
Prejuízo Líquido do Exercício	–	(1.470)	(1.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**30.400**	**(5.698)**	**24.702**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Odontológicos	56.672	51.652
Resgate de Aplicações Financeiras	6.990	20.252
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2	1
Outros Recebimentos Operacionais	1.449	129
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(17.717)	(17.855)
Pagamento de Comissões	(8.334)	(6.805)
Pagamento de Pessoal	(7.899)	(6.092)
Pagamento de Serviços Terceiros	(10.781)	(9.396)
Pagamento de Tributos	(8.308)	(8.283)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(236)	(1.026)
Pagamento de Aluguel	(344)	–
Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.346)	–
Aplicações Financeiras	(7.090)	(21.811)
Outros Pagamentos Operacionais	(2.414)	(990)
Caixa líquido nas atividades operacionais	**644**	**(224)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento de Aquisição de Ativo imobilizado - Outros	(41)	–
Caixa líquido das atividades de investimentos	(41)	–
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(622)	–
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(622)**	–
Variação de caixa e equivalente de caixa	**(19)**	**(224)**
Caixa - saldo inicial	**124**	**348**
Caixa - saldo final	**105**	**124**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Odonto Empresas" ou "Companhia"), sediada na Avenida Tamboré, 267 15º andar conjunto 151B, Barueri - SP, tem por atividade a administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde suplementar no segmento de odontologia na modalidade de pré-pagamento, relacionados com a prestação de serviços de operação de planos odontológicos para empresas, associações e grupos de pessoas fidelizadas (*affinity groups*) e pessoas físicas por meio de seus clientes.

A Odonto Empresas possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de odontologia de grupo e encontra-se autorizada para funcionamento desde 18 de janeiro de 2008.

1.1. Cisão

1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.

1.1.2. Restruturações internas

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.

No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações em Seguros Ltda. (anteriormente denominada Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.), para a CNP Seguros Holding Brasil S.A.

No dia 12 de dezembro de 2022, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A, que era desde o dia 31 de outubro de 2022, a controladora direta da Companhia, transferindo o investimento para os acionistas indiretos, conforme proporção a seguir:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- Caixa Seguridade - 48,25%

No dia 22 de dezembro de 2022, a CNP passou a deter 100% das ações da Companhia, a operação foi concluída após a aquisição de 48,25% das cotas detidas pela Caixa Seguridade, a partir dessa data, a composição acionária da Companhia, passou a ser:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- CNP Assurances Participações Ltda. - 48,25%

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.12.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 29 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos (disponível)

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos sujeitos à negociação (valor justo por meio do resultado), antes de seu vencimento, têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda. A Companhia não possui títulos classificados nas categorias "mantidos até o vencimento" e "disponível para venda".

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desse fundos.

2.5. *Impairment*

2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment:

Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN n° 528/2022 e alterações posteriores.

Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.5.2. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) Imóveis - 10% a.a.; Móveis, máquinas, utensílios e demais equipamentos - de 10% a 20% a.a.; ii) benfeitoria em imóveis de terceiros de 20% a.a., e veículos - 20% a.a..

O intangível é composto de sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.7. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Eventos a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método *Chain Ladder*, com observações de 18 meses.

A Provisão para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 393/2015 e demais alterações apurando a parcela de contribuições não ganhas, cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

2.8. Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme requerido pela Resolução ANS 528/2022, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixas futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme modalidade de contratação, sendo contratos Individuais e contratos Coletivos, estabelecidos em regulamentação.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados o cupom Pré-fixada da ANBIMA, conforme estabelecido no item 10.12.2.1 do Anexo da RN 528/2022;

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes dos produtos, foram apuradas sinistralidades com base no histórico médio observado da carteira, totalizando 30%;

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observado para a carteira;

d) Despesas: a estimativa das despesas foi utilizada a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados.

2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.10. Apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços prestados no curso normal das atividades.

As contraprestações emitidas são apropriados ao resultado em bases lineares no período de cobertura do risco.

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta odontológica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

As despesas de comercialização diferidas são aplicadas para os planos empresariais, e são compostas por todos os gastos diretamente incrementais e relacionados à emissão de faturas, e que possam ser avaliados com confiabilidade e apropriados ao resultado no prazo de até 12 (doze) meses. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.12. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 2.8 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos;

Nota 4 - Aplicações; e

Nota 11 - Provisões judiciais.

2.13. Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)

A adoção ao normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo. Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período. Os ativos de direito de uso (em grande parte aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

As notas explicativas nº 7 e nº 10.1 apresentam as informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2022. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. Foram analisados os ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. Foi utilizado o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.14. Novas normas e interpretações

IFRS9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/ CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), tendo em vista que suas operações são predominantemente relacionadas a seguros.

O direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local, no que não contrariam esta norma, aplicam-se integralmente as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 48, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a partir do exercício de 2023, permanecendo válidos para o exercício de 2022 as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 38, revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares da *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia;

No que tange a regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.1. Controles de risco

A Gestão de Riscos permite que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

3.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela alta administração: apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos.

3.3. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

Sensibilidade	31/12/2022 Impacto Monetário	31/12/2021 Impacto Monetário
Taxa +1% (a)	0,00%	0,00%
Taxa -1% (a)	0,00%	0,00%
Sinistralidade +5% (b)	50,57%	19,95%
Sinistralidade -5% (b)	-50,57%	-19,95%
Inflação +1% ©	0,00%	0,00%
Inflação -1% (c)	0,00%	0,00%

Notas:

a) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +– 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de *stress* considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = *Resultado antes dos impostos e participações+(Sinistros Ocorridos–Sinistros A) Resultado antes dos Impostos e participações–1;*

c) Os impactos da variação da inflação, 100 *basis points* para cima ou para baixo, foram calculados de acordo com os ativos financeiros pós fixados;

3.4. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

3.5. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

Composição dos ativos	31/12/2022 Sem Rating	31/12/2022 Total	31/12/2022 Sem Rating	31/12/2022 Total
Valor justo por meio do resultado	**31.692**	**31.692**	**28.556**	**28.556**
Fundos de investimentos abertos	31.692	**31.692**	28.556	**28.556**
Créditos de operações com planos de assistência odontológica	4.510	**4.510**	4.364	**4.364**
Títulos e créditos a receber	151	**151**	204	**204**

3.6. Risco de mercado

3.6.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se o risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

3.6.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O Saldo apresentado de *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 2 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1).

4. Aplicações

	31/12/2022 Valor de Mercado	31/12/2022 Valor do Custo Atualizado	31/12/2021 Valor de Mercado	31/12/2021 Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Percentual
Valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento abertos	31.692	31.692	28.556	28.556	31.692	100,00%

4.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**28.556**	**25.768**
Aplicações	7.090	21.811
Resgates	(7.535)	(20.247)
Rendimentos	3.581	1.224
Saldo final	**31.692**	**28.556**

continua →

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ODONTO empresas — CNP Seguros

ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

4.2. Abertura por nível

A seguir apresenta-se a classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;

O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 31.692 (31 de dezembro de 2021 - R$ 28.556).

5. Créditos das operações com planos de assistência odontológica

5.1. Contraprestação pecuniária

Apresentamos a seguir as contraprestações a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contraprestações a receber	PDD	Total	Contraprestações a receber	PDD	Total
Odonto empresarial	2.478	(259)	2.219	2.840	(180)	2.660
Odonto pessoa física	3.924	(1.633)	2.291	2.313	(609)	1.704
Total	**6.402**	**(1.892)**	**4.510**	**5.153**	**(789)**	**4.364**

5.2. Movimentação das contraprestações a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**4.364**	**4.584**
Contraprestações emitidas	59.440	59.990
Contraprestações canceladas	(1.518)	(9.738)
Recebimentos	(56.672)	(51.652)
Constituição/(reversão) de provisão para perdas	(1.103)	1.180
Saldo final	**4.510**	**4.364**

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações a vencer		
De 1 a 30 dias	3.605	3.936
Contraprestações vencidas		
De 1 a 30 dias	767	324
De 31 a 60 dias	120	94
De 61 a 120 dias	18	10
Saldo final	**4.510**	**4.364**

5.4. Despesas diferidas

O saldo das Despesas diferidas referem-se substancialmente ao diferimento de comissão. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 757 (31 de dezembro de 2021 - R$ 964).

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários da Companhia estão integralmente originários por tributos a compensar, e estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Contribuição Social	965	837
Imposto de Renda	4.396	4.555
Outros Tributos	19	20
Total	**5.380**	**5.412**

6.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Adições temporárias	5.975	3.654
Prejuízo fiscal	21.592	22.312
Total	**27.567**	**25.966**

7. Imobilizado e intangível

O saldo de imobilizado está totalmente representado por veículos, instalações e equipamentos de informática. O intangível refere-se integralmente a gastos com sistemas informatizados.

A seguir apresentamos a movimentação do Imobilizado e Intangível:

Imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Novos contratos	Transferência	Depreciações	Saldo final
Imóveis	10	32	–	–	–	(31)	(2)	1
Equipamentos	10 a 20	–	36	–	–	–	(13)	23
Móveis, máquinas e utensílios	10	175	–	–	–	–	(55)	120
Veículos	20	46	–	–	–	–	(27)	19
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20	–	5	–	–	31	(5)	31
Ativo de direito de uso *(i)*	30,77	–	–	–	1.716	–	(528)	1.188
Total		**253**	**41**	**–**	**1.716**	**–**	**(630)**	**1.380**

Intangível	Taxa anual de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Novos contratos	Transferência	Amortização	Saldo final
Sistemas de computação	20	308	–	–	–	–	(148)	160
Total		**308**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(148)**	**160**

(i) O Ativo de direito de uso Refere-se substancialmente a imóveis locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.13). A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2022 uma taxa de 30,77 % a.a.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir a movimentação das provisões técnicas:

31/12/2022	Provisão para Eventos a Liquidar (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (i)	Total
Saldo inicial	**2.267**	**2.085**	**2.107**	**6.458**
Constituições/Avisos de sinistros	18.077	26.544	1.145	45.766
Reversões	(217)	(26.776)	(1.093)	(28.086)
Pagamentos de sinistros	(17.951)	–	–	(17.951)
Saldo final	**2.176**	**1.853**	**2.159**	**6.187**

31/12/2021	Provisão para Eventos a Liquidar (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (i)	Total
Saldo inicial	**2.192**	**2.610**	**1.970**	**6.772**
Constituições/Avisos de sinistros	18.379	–	702	19.081
Reversões	(131)	(525)	(565)	(1.222)
Pagamentos de sinistros	(18.173)	–	–	(18.173)
Saldo final	**2.267**	**2.085**	**2.107**	**6.458**

i) Refere-se a movimentação de constituição/reversão no exercício.

9. Tributos e encargos sociais a recolher

Apresentamos a seguir a composição dos tributos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF terceiros a recolher	80	96
PIS/PASEP/COFINS	152	171
ISS a recolher	63	76
INSS a recolher	6	34
IRPJ líquido das antecipações a recolher	46	89
CSLL líquido das antecipações a recolher	29	34
FGTS a recolher	47	43
Outros tributos e encargos sociais a recolher	21	31
Total	**444**	**574**

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	380	704
Obrigações com pessoal a pagar	2.579	1.259
Comissões e bonificações a pagar	1.055	945
Passivos de arrendamento *(i)*	1.247	–
Provisão honorários advocatícios	351	351
Provisão de contas a pagar	2.400	–
Aluguéis	4	–
Outras contas a pagar	930	277
	8.951	**3.536**

***(i)** Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.*

10.1. Movimentação do passivo de arrendamento

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**2.645**	**(425)**	**2.220**
Apropriação de juros transcorridos	–	119	119
Pagamentos	(622)	–	(622)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.023**	**(306)**	**1.717**
Circulante	**622**	**(206)**	**417**
Não circulante	**1.400**	**(60)**	**1.340**

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**–**	**–**	**–**
Apropriação de juros transcorridos	–	153	153
Constituições/reavaliações de contratos	2.022	(306)	1.716
Pagamentos	(622)	–	(622)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.400**	**(153)**	**1.247**
Circulante	**622**	**(103)**	**519**
Não circulante	**778**	**(50)**	**728**

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,64 % a.a. em 31 de dezembro de 2022.

11. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

A composição dos depósitos judiciais e provisões para ações judiciais, está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Natureza cível (i)	1.928	853	2.729	2.792
Natureza fiscal - Contingências	–	–	1.693	1.392
Totais	**1.928**	**853**	**4.422**	**4.184**

(i) Os valores de depósitos judiciais referem-se aos processos de execuções fiscais nº 5002039-91.2019.4.03.6144 e 33910.025564/201706, referentes aos processos administrativos movidos pela ANS.

A movimentação das provisões para ações judiciais pode ser resumida como segue**:**

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Natureza cível	2.792	542	(910)	305	2.729
Natureza fiscal - Contingências	1.392	–	–	301	1.693
	4.184	**542**	**(910)**	**606**	**4.422**

As provisões judiciais cíveis correspondem, substancialmente, a cobertura de danos morais, materiais, que estão em discussão judicial.

As provisões fiscais, referem-se a tributos federais, com solicitação administrativa de pedido de restituição e/ou compensação junto a Receita Federal do Brasil.

A segregação em função da probabilidade de perda pode ser resumida como segue**:**

31/12/2022	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	2.188	–	2.729	4.917
Natureza fiscal - Contingências	83.011	3.485	1.693	88.189
	85.199	**3.485**	**4.422**	**93.106**

31/12/2021	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	–	–	2.792	2.792
Natureza fiscal - Contingências	78.701	3.384	1.392	83.477
	78.701	**3.384**	**4.184**	**86.269**

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 30.400 (31 de dezembro de 2021 - R$ 30.400), e está representado por 3.040.049.342 (três bilhões, quarenta milhões, quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma.

13. PLA e margem de solvência

Em atendimento à Resolução normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição da PLA e Margem de Solvência:

	31/12/2022	31/12/2021
a) Patrimônio líquido ajustado		
1 - Adições	**24.702**	**26.172**
Patrimônio Líquido	24.702	26.172
2 - Deduções	**1.053**	**1.301**
Despesas de comercializações diferidas	757	964
Despesas antecipadas	136	29
Intangível	160	308
Patrimônio líquido ajustado (1 - 2)	**23.649**	**24.871**
b) Margem de solvência		
0,20 prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	11.756	12.083
0,33 sinistro retido anual médio - últimos 36 meses	5.922	6.639
Margem de solvência calculada: Valor máximo entre I e II	**11.756**	**12.083**
Congelamento da Margem de Solvência 75% (i)	**75%**	**75%**
Margem de Solvência Exigida	**8.817**	**9.062**
Solvência de capital - (PLA - MS Exigida)	**14.835**	**15.810**
Capital base	**10.883**	**9.727**
Capital de risco de crédito	2.814	2.678
Capital de risco de subscrição	2.941	3.129
Capital de risco de mercado	968	–
Capital de risco de operação	1.495	1.510
Benefício da correção entre risco	(1.738)	(773)
Capital baseado em risco	**6.480**	**6.544**

(i) A operadora optou pela adoção antecipada da nova regra de capital baseado em riscos conforme protocolo 439804796552247971896 de 29/05/2020. O congelamento do percentual de exigência da margem de Solvência ocorre até o final de 2022.

13.1. Provisões técnicas/ativos garantidores

Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória.

Apresentamos a seguir a composição:

Provisão Técnica	31/12/2022	31/12/2021
PEONA 100%	1.853	2.085
PPCNG	2.159	2.107
PESL		
PSL - MAIOR QUE 30 Dias	549	571
PSL - MENOR QUE 30 Dias	1.627	1.696
Total das provisões técnicas	6.188	6.458
(–) Soma das deduções permitidas	(1.627)	(1.696)
Total líquido das provisões a vincular	**4.561**	**4.762**
Total Ativos Garantidores vinculados	**7.344**	**6.660**
Suficiência de Vinculação	**2.783**	**1.898**

Os ativos dados em garantias as referidas provisões técnicas são registrados em câmaras de custódia em conta de reserva técnica.

14. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Assurances Participações Ltda., controladora indireta CNP Assurances, demais Companhias ligadas a sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como “pessoal-chave” da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. *(i) (iii)*	–	(372)	–	(79)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(vi)*	–	(2)	–	–
CNP Capitalização S.A. *(iv)*	–	–	6	(1)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	15	–	25	–

	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A.*(i) (iii)*	2.323	(1.439)	1.020	(1.665)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(vi) (iii)*	88	(6)	114	–
CNP Capitalização S.A. *(iii) (iv)*	14	–	20	–
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A.*(iii)*	66	–	81	–
Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A. *(iii)*	13	–	15	–
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)*	40	(512)	206	(700)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(vi)*	–	(23)	–	–
XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(iii)*	66	–	–	–
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda.*(vii)*	–	(79)	–	–
Jadlog Logística S.A. *(viii)*	–	(65)	–	–

(i) Refere-se a compartilhamento e custo;
(ii) Refere-se a valor de tarifa sobre os serviços prestados;
(iii) Plano odontológico oferecido aos funcionários;
(iv) Refere-se aos produtos acoplados de incentivo as vendas;
(v) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;
(vi) Operações de seguros;
(vii) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;
(viii) Refere-se a manuseio de material de postagem e arquivos;

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

15. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde		
Plano coletivo por adesão	5.694	5.493
Plano coletivo empresarial	21.974	23.206
Plano individual/familiar	31.110	31.715
Total	**58.778**	**60.414**
b) Eventos Indenizáveis líquidos		
Plano coletivo por adesão	(3.495)	(3.570)
Plano coletivo empresarial	(6.635)	(7.012)
Plano individual/familiar	(8.049)	(7.747)
Total	**(18.179)**	**(18.329)**
c) Outras Despesas Operacionais		
Provisão para risco de crédito	(2.196)	(982)
Despesas de cobrança	(806)	(731)
Despesas com mídia produto	(879)	(321)
Central de relacionamento	(2.020)	(1.846)
Campanhas comerciais	(1.289)	(117)
Refaturamento comercial	(1.840)	–
Outras despesas operacionais	(504)	(241)
Total	**(9.534)**	**(4.238)**
d) Despesas de Comercialização		
Comissão	(7.214)	(9.332)
Agenciamento	(1.445)	(1.195)
Arrendamento de balcão	(919)	(762)
Outras despesas de comercialização	–	(354)
Total	**(9.578)**	**(11.643)**
e) Despesas Administrativas		
Pessoal próprio	(12.251)	(13.936)
Serviços de terceiros	(3.599)	(2.058)
Localização e funcionamento	(4.248)	(4.160)
Publicidade e propaganda	(199)	(98)
Taxa de saúde suplementar	(252)	(280)
Tributos	(14)	(393)
Provisão para contingência	174	767
Outras despesas administrativas	(215)	(354)
Total	**(20.604)**	**(20.512)**
f) Resultado financeiro líquido		
Receitas com fundos de investimentos	3.581	1.228
Recebimento em atraso	87	50
Descontos concedidos	(10)	(68)
Receita de juros e atualizações	420	64
Juros de arrendamento	(153)	–
Outras receitas financeiras	8	28
Outras despesas financeiras	(229)	(164)
Total	**3.704**	**1.138**

16. Imposto de renda e contribuição social

A abertura do imposto de renda e contribuição social e suas respectivas alíquotas efetivas são apresentas a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	13	13	5.953	5.953
(–) Outras variações *(i)*	(2.117)	(2.117)	(876)	(876)
Base de cálculo	**(2.104)**	**(2.104)**	**5.077**	**5.077**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**189**	**526**	**(457)**	**(1.269)**
Ajustes do lucro real	7.043	7.043	(3.034)	(3.034)
Total dos ajustes a base de cálculo	**7.043**	**7.043**	**(3.034)**	**(3.034)**
Tributos sobre os ajustes	**(634)**	**(1.761)**	**273**	**759**
Incentivos fiscais	–	197	–	67
Despesa contabilizada	**(445)**	**(1.038)**	**(184)**	**(443)**
Taxa efetiva *(ii)*	**21,13%**	**49,36%**	**3,62%**	**8,73%**

(i) Compensação de Prejuízo Fiscal de exercícios anteriores;
(ii) A elevação da taxa efetiva de 2022, foi em função de valores de provisões que são temporariamente indedutível e que a Companhia não atende os requisitos necessários para constituição do crédito tributário, vide nota 6.2.

17. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é copatrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

Neste exercício a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 447 (31 de dezembro de 2021 R$ 700).

18. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva

Evandro Gonçalves
Diretor Presidente

Contadora

Maria Fernanda dos Santos Cabral
Contador CRC SP 1SP-180999/O-8

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.
Barueri SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

3ª VARA CÍVEL DO FORO DE FERRAZ DE VASCONCELOS-SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1000554-58.2022.8.26.0191. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara, do Foro de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo, Dr(a). João Luis Calabrese, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **RTS JTS COBRANÇAS LTDA ME**, CNPJ 13414294000140, que lhe foi proposta uma ação de Ação de Exigir Contas por parte de **MACHINE AMPLIFICADORES LTDA ME**, ante o transito em julgado da sentença proferida em 19/07/2016, às fls. 562/563, na ação de Exigir contas nº 0009274-46.2013.8.26.0191. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para determinar à ré a prestação de contas no prazo de 15 dias, a fluir após o decurso do presente edital, na forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e os investimentos, se houver, sob pena de tal direito ser franqueado à parte autora (CPC, art. 550, § 6º). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADAMAIS**. Dado e passado nesta cidade de Ferraz de Vasconcelos, aos 04 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1025456-05.2018.8.26.0001**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: North Fit Academia de Ginastica Eireli e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1025456-05.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Anderson Suzuki, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NORTH FIT ACADEMIA DE GINÁSTICA EIRELI (CNPJ 26.388.976/0001-77) e JOSÉ ANDERSON DA SILVA PEREIRA (CPF. 464.477.278-05), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 201.990,38 (agosto de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro n° 011413097. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 84.798,01. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2023. 29 e 30 / 03 / 23.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Daniel de Sá Scoleso, foi lhe apresentado, para registro, a escritura de 20 de janeiro de 2023 do 26º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 4.448/fls. 157/160), pela qual **Daniel de Sá Scoleso**, educador físico, RG nº 34.777.052-SSP/SP, CPF nº 307.589.598-93, assistido de sua mulher Natalie Afif Scoleso, nutricionista, RG nº 34.609.655-SSP/SP, CPF nº 322.098.078-32, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n° 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Travessa Antônio Etzel nº 46, Vila Clementino, INSTITUIU EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM PRÉDIO E RESPECTIVO TERRENO situado na Rua Antonio Etzel nº 46, Travessa Primeiro de Março nº 04, Lote 1-A parte do lote 15 da área A nº 01, na Saúde - 21º Subdistrito, pertencente à 14ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, com a área de 102,37m². Perfeitamente registrado sob o n° 02 na matrícula n° 158.498, em 28 de abril de 2004. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí n° 50, 7° andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 28 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1070076-65.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SÉRGIO SILVEIRA SCHNEIDER**, **Brasileiro, RG 17.127.546-9, CPF 101.295.038-78,** que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Editora Cered Centro de Recursos Educacionais Ltda., objetivando a cobrança de R$ 3.822,08 (setembro/2018), referente ao inadimplemento do contrato de compra e venda de materiais didáticos, vendidos nos anos letivos 2015, 2016 e 2017. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2023. 30 e 31.03

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1012247-91.2017.8.26.0004**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Jose Florentino dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012247-91.2017.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO DE CASTRO CARVALHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSE FLORENTINO DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 989.146.188-20, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a cobrança da quantia de R$ 24.768,92 (maio de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário sob nº 264.602.891. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1012247-91.2017.8.26.0004. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2023. 29 e 30 / 03 / 2023.

CTRENS - Companhia de Manutenção

CNPJ/MF nº 11.656.505/0001-25

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo/ Circulante	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	**24.468**	51.407
Contas a receber de clientes	4	**312.489**	290.488
Estoques	5	**12.199**	6.020
Impostos a recuperar	6	**6.491**	4.634
Despesas antecipadas		**1.253**	1.359
Outros créditos		**190**	120
Total do ativo circulante		**357.090**	**354.028**
Não circulante			
Contas a receber de clientes	4	**889.170**	923.953
Aplicações financeiras	3	**62.204**	56.366
Impostos a recuperar	6	**36.002**	40.440
Direito de uso	8	**6.419**	8.835
Imobilizado	7	**1.200**	592
Outros créditos		**1.015**	1.020
Total do ativo não circulante		**996.010**	**1.031.206**
Total do ativo		**1.353.100**	**1.385.234**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			
Fornecedores		**4.263**	3.540
Fornecedores - Partes relacionadas	11	**8.198**	15.337
Empréstimos - Partes relacionadas CP	11	**1.476**	891
Financiamento bancário CP	12	**100.728**	93.900
Arrendamentos a pagar	9	**3.319**	2.834
Obrigações tributárias	10	**8.584**	6.851
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**2.299**	2.028
Provisão para riscos CP	13	**–**	1.363
Juros sobre o capital próprio a pagar e dividendos	11 e 14.c	**8.846**	29.136
Outras obrigações		**207**	359
Total do passivo circulante		**137.920**	**156.239**
Não circulante			
Empréstimos - Partes relacionadas	11	**33.801**	33.734
Financiamento bancário	12	**262.466**	357.776
Arrendamentos a pagar LP	9	**3.683**	6.481
Provisão para riscos	13	**933**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**221.516**	207.575
Total do passivo não circulante		**522.399**	**605.566**
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	14.a	**288.750**	288.750
Reserva legal	14.b	**57.750**	56.197
Lucros acumulados		**346.281**	278.482
Total do patrimônio líquido		**692.781**	**623.429**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.353.100**	**1.385.234**

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	**112.160**	**99.004**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	**(97.250)**	(89.465)
Lucro bruto		**14.910**	**9.539**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	**(5.536)**	(3.423)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	**1.367**	267
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**10.741**	**6.383**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	**252.873**	220.277
Despesas financeiras	16	**(42.237)**	(37.533)
Variação cambial, líquida		**26**	–
Lucro antes do IR e da CS		**221.403**	189.127
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	15	**(47.300)**	(44.348)
Diferidos	15	**(13.941)**	(10.604)
Lucro líquido do exercício		**160.162**	**134.175**
Lucro líquido do exercício por ação - R$		**0,5547**	**0,4647**
Quantidade de ações no fim do exercício		**288.750.000**	288.750.000

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**160.162**	134.175
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**160.162**	**134.175**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**288.750**	**49.489**	**320.568**	**658.807**
Lucro líquido do exercício		–	–	134.175	134.175
Constituição de reserva legal		–	6.708	(6.708)	–
Distribuição de juros sobre o capital próprio		–	–	(27.247)	(27.247)
Distribuição de dividendos		–	–	(142.306)	(142.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**288.750**	**56.197**	**278.482**	**623.429**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**160.162**	**160.162**
Constituição de reserva legal	14.b	**–**	**1.553**	**(1.553)**	**–**
Distribuição de juros sobre o capital próprio	14.c	**–**	**–**	**(40.810)**	**(40.810)**
Distribuição de dividendos	14.c	**–**	**–**	**(50.000)**	**(50.000)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**288.750**	**57.750**	**346.281**	**692.781**

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		**160.162**	134.175
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido Gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação imobilizado	7 e 19	**139**	92
Baixa de itens do ativo imobilizado	7 e 20	**–**	144
Amortização arrendamentos	8 e 19	**2.960**	2.599
Provisão estoque giro lento	5	**912**	815
IR e CS diferidos	15	**13.941**	10.604
Ajuste financeiro - Contrato de Concessão	16	**(242.220)**	(215.382)
Provisão para perdas de crédito esperadas	20	**938**	(1.511)
Ajuste valor contas a receber	20	**–**	2.127
Provisão para riscos	13	**(430)**	209
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	11 e 16	**5.286**	2.581
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	12	**34.829**	33.294
Rendimentos de aplicações financeiras	16	**(10.559)**	(4.359)
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**254.064**	264.016
Estoques		**(7.091)**	(631)
Impostos a recuperar		**2.581**	4.233
Despesas antecipadas		**106**	(876)
Outros créditos		**(65)**	(143)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		**723**	1.885
Fornecedores - partes relacionadas		**(7.139)**	5.723
Obrigações tributárias		**44.911**	41.551
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**271**	81
Outras obrigações		**(3.009)**	(2.091)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**251.310**	279.136
Pagamento de juros sobre empréstimos com partes relacionadas		(4.634)	**(2.020)**
Pagamento de juros de financiamento bancário	12	**(32.109)**	(33.306)
IR e CS pagos		**(44.738)**	(40.035)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**169.829**	203.775
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	**(747)**	(321)
Resgate de aplicações financeiras		**4.721**	2.144
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**3.974**	**1.823**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de financiamento bancário - Principal	12	**(91.202)**	(86.835)
Juros sobre o capital próprio pagos	14.c	**(59.540)**	(20.671)
Dividendos pagos	14.c	**(50.000)**	(142.306)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(200.742)**	(249.812)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(26.939)**	(44.214)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**51.407**	95.621
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**24.468**	51.407
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(26.939)**	**(44.214)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Ctrens - Companhia de Manutenção ("Companhia"), com sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 81, é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico, constituída em 18/02/2010, com o objetivo exclusivo de explorar a concessão administrativa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral, bem como de modernização da frota da Linha 8 - Diamante, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, o objeto social da Companhia não poderá, sob nenhuma hipótese, ser alterado, e qualquer alteração societária, fusão, cisão ou incorporação também deverá ser submetida à aprovação da CPTM. A Companhia é investida das empresas CAF Investment Projects S.A. ("CAF IP"), Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. ("CAF Espanha") e CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("CAF Brasil"), conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 14. Contrato de Concessão Administrativa: Em 19/03/2010, a Companhia e a CPTM celebraram o Contrato de Concessão Administrativa, com prazo de 20 anos, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, conforme detalhes a seguir: • Manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, totalizando 288 carros ferroviários, com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, consistindo em três etapas, conforme segue: • A primeira etapa compreendeu a manutenção preventiva e corretiva de 204 carros ferroviários que compunham a frota operante, no estado em que se encontravam. Essa fase foi encerrada em janeiro de 2012. • A segunda etapa compreendeu, além da manutenção preventiva e corretiva prevista no item anterior, a manutenção preventiva e corretiva da frota operante já modernizada, até a completa modernização da frota. Essa fase foi encerrada em abril de 2013. • A terceira etapa compreende a manutenção preventiva e corretiva de toda a frota operante modernizada (288 carros ferroviários), totalmente renovada, até o fim do prazo da concessão, que é de 20 anos a partir da assinatura do Contrato. A contraprestação da manutenção preventiva e corretiva e da revisão geral é remunerada mensalmente e de acordo com a quantidade de trens disponibilizados, o tipo do serviço efetuado e o coeficiente de mensuração de desempenho avaliado pela CPTM, cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC-FIPE. • Modernização, que consiste na renovação (fornecimento de trens novos) total da frota dedicada à Linha 8 - Diamante da CPTM. A contraprestação da renovação da frota é remunerada mensalmente, a partir do 20º mês da concessão, por ocasião do recebimento do primeiro trem novo até o fim do prazo da concessão, nos termos constantes do Contrato de Concessão Administrativa. Os preços e as condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados anualmente com base na variação do IPC-FIPE. De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, o pagamento das contraprestações mensais citadas é objeto de garantias prestadas pela CPTM. Em julho de 2019 foi assinado um aditivo contratual com a CPTM pelo qual se estabelece que os trens da frota modernizada entregue pela Companhia também podem ser utilizados na linha 9 - Esmeralda da CPTM, sem qualquer alteração nas contraprestações definidas no Contrato de Concessão Administrativa. Em outubro de 2021 foi assinado novo aditivo contratual com a CPTM pelo qual se estabelece que os trens da frota modernizada entregue pela Companhia passem ser utilizados na linha 11 - Coral da CPTM e que os serviços de manutenção preventiva e corretiva passem a ser executados nas dependências da CPTM nos Abrigos Luz e Roosevelt, sem qualquer alteração nas contraprestações definidas no Contrato de Concessão Administrativa. A transferência da operação do Abrigo de Presidente Altino (Osasco/SP) para o Abrigo da Luz (São Paulo/SP) foi concluída em 01/12/2021. Entre outras obrigações contratuais, a Companhia deve apresentar um capital inicial subscrito de, no mínimo, R$288.750, devendo ser integralizados R$30.000 antes da assinatura do Contrato, 12 parcelas de R$18.750 do 7º ao 18º mês, 4 parcelas de R$7.500 do 19º ao 22º mês e 1 parcela de R$3.750 no 23º mês. Em 31/12/2022, a Companhia estava adimplente com essa obrigação contratual. A Companhia não poderá reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo antes especificado sem autorização da CPTM. A partir do 3º ano até o fim da concessão administrativa, o patrimônio líquido da Companhia deverá corresponder ao maior valor entre: (a) 10% do ativo permanente; e (b) valor mínimo de R$30.000, atualizado pelo IPC-FIPE. Em 31/12/2022, a garantia prestada pela Companhia, no valor de R$49.533 (R$46.138 em 31/12/2021), sob forma de fiança bancária, tendo como beneficiária a CPTM, destina-se ao ressarcimento de custos e despesas incorridas por esta, em face do eventual inadimplemento da Companhia. Todos os bens vinculados à concessão administrativa, exceto bens de capital, adquiridos, produzidos e implantados pela Companhia para execução da prestação de serviços objeto do Contrato, serão revertidos à CPTM, sem nenhuma contraprestação adicional. Contratos entre partes relacionadas: A Companhia contratou serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior para ser auxiliada na execução do Contrato de Concessão Administrativa anteriormente citado, cujos detalhes estão descritos a seguir: • Prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens - tem como objetivo principal a assessoria da CAF Brasil à Companhia, em relação ao contrato de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota comentado anteriormente. Os serviços prestados pela CAF Brasil à Companhia abrangem assessoria técnica ("know-how"), supervisão da mão de obra contratada pela Companhia, assessoria na gestão de compras e utilização de materiais adquiridos e empregados nos serviços prestados à CPTM, de forma que a Companhia obtenha o equilíbrio financeiro conforme definido nesse Contrato. A remuneração por essa assessoria ocorre mensalmente de acordo com a quantidade de trens disponibilizados pela CPTM à Companhia, para prestação de serviços cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados mensalmente com base na variação do IPC-FIPE. A CAF Brasil assume as responsabilidades quanto aos serviços prestados pela Companhia à CPTM, desde que estejam sob sua gerência e assessoria. • Prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens - tem como objetivo principal a assessoria da CAF S.A. à Companhia, em relação ao contrato de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota comentado anteriormente. Os serviços prestados pela CAF S.A. à Companhia abrangem investigação técnica de problemas de confiabilidade e disponibilidade, desenvolvimento de planos de ação para aumento de confiabilidade, desenvolvimento da área de engenharia de manutenção, configuração e implementação do sistema de gerenciamento de manutenção, auditoria para certificação de fornecedores e qualquer outro "know-how" relacionado com a manutenção de trens e atividades correlatas. A remuneração por essa assessoria ocorre mensalmente representando um percentual das receitas da Ctrens pela prestação de serviços de manutenção prestados à CPTM. • Prestação de serviços especializados de manutenção e revisão geral de equipamentos - tem como objetivo principal a prestação de serviços da CAF Brasil à Companhia, em relação à revisão geral de equipamentos tais como truques motor, truques reboque, conjunto de válvulas pneumáticas, máquinas de ar-condicionado, pantógrafos, engates, baterias e motores. A remuneração por esses serviços ocorre mensalmente de acordo com a medição dos trabalhos executados pela CAF Brasil cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no Contrato e são reajustados mensalmente com base na variação do IPC-FIPE. • Locação de imóvel não residencial - tem como objeto a locação de parte do espaço do imóvel da CAF Brasil localizado em Hortolândia pelo período de julho de 2020 a dezembro de 2024. A remuneração pela locação ocorre mensalmente de acordo com um valor fixo estipulado no contrato entre as partes e é reajustado mensalmente com base na variação do IPC-FIPE. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Em conformidade com o OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, a Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras e os principais julgamentos e estimativas contábeis adotados pela Administração. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos e o cálculo da margem interna de retorno do modelo econômico relativo ao Contrato de Concessão Administrativa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) *Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita:* A operação de concessão administrativa é registrada segundo a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual estabelece o tratamento contábil para esse tipo de operação. Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. As despesas e os custos foram reconhecidos quando incorridos. A Companhia reconheceu as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral de trens, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre estas. b) *Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:* Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais - R$, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. c) *Transações e saldos em moeda estrangeira:* As transações em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional da Companhia (reais - R$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Variação cambial, líquida". d) *Instrumentos financeiros:* Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Conforme a CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros mensurados a custo amortizado: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "Impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "Impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívidas ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Sob a CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível na CPC 48). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. e) *Caixa e equivalentes de caixa:* Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos e da variação cambial auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. f) *Contas a receber de clientes e estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa:* São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica do Grupo, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável, além de garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. g) *Estoques*: Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustado ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. h) *Contrato de Concessão:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico, constituída exclusivamente para a exploração da concessão administrativa celebrada com a CPTM, a qual é registrada com base na interpretação técnica ICPC 01 (R1). Adicionalmente, a Companhia reconheceu as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral de trens são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47. A contraprestação a ser recebida pela Companhia para os serviços de modernização de trens e de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota é um recebível reconhecido como um ativo financeiro. O ativo financeiro é mensurado ao valor justo de serviços de modernização e manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral da frota disponibilizada à CPTM no reconhecimento inicial. Sobre o recebível referente aos serviços de modernização da frota disponibilizada à CPTM, que será recebido ao longo do prazo do Contrato de Concessão Administrativa, os juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva são reconhecidos mensalmente no resultado como receita financeira. A liquidação do recebível referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral de trens é de curto prazo e, consequentemente, não há reconhecimento de juros no resultado. i) *Imobilizado*: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. j) *Passivos circulantes e não circulantes:* Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. k) *Provisões:* Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. l) *Juros sobre o capital próprio:* Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido como despesa financeira e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - Correntes". m) *Obrigações por contratos onerosos*: Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. n) *Tributação - imposto de renda e contribuição social:* Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis ao exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos do exercício: O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15. o) Lucro básico / diluído por ação: Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício Novas normas e interpretações: Algumas alterações nos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, descritos abaixo, tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício corrente. A Administração avaliou tais alterações e concluiu que não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia. - Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios; - Alterações no CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. - Alterações no CPC 27: Ativo Imobilizado. - Alterações no CPC 29: Ativo Biológico e Produto Agrícola. - Alterações no CPC 37 (R1): Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. - Alterações no CPC 48: Instrumentos Financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e contas-correntes no País	**1.118**	6.508
Aplicações financeiras	**23.577**	45.397
Provisão possíveis perdas ativo financeiro (i)	**(227)**	(498)
Total	**24.468**	**51.407**

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e aplicações em Compromissadas, com liquidez imediata e rentabilidade de acordo com taxas praticadas pelo mercado e remuneradas por taxas a 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil. (i) Refere-se às perdas estimadas na realização dos ativos financeiros, reconhecidos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48.

b) Aplicações financeiras

	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas	**62.791**	56.922
Provisão possíveis perdas ativo financeiro (i)	**(587)**	(556)
Total	**62.204**	**56.366**

Aplicação referente às obrigações assumidas em conexão com o contrato de financiamento assinado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (nota explicativa nº 12), garantia que a Companhia deverá manter até o fim do contrato, previsto para abril de 2026, motivo pelo qual essa aplicação está classificada no ativo não circulante. Essa conta é administrada pelo Banco Santander e remunerada em cerca de 100% do CDI. (i) Refere-se às perdas estimadas na realização dos ativos financeiros, reconhecidos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48.

4. Contas a receber de clientes:

	2022	2021
Contas a receber - CPTM (a)	**37.150**	34.604
Trabalhos em andamento (b)	**1.172.627**	1.188.653
Provisão contas a receber (c)	**(8.118)**	(8.816)
Total	**1.201.659**	**1.214.441**
Circulante	**312.489**	290.488
Não circulante	**889.170**	923.953

(a) O saldo de contas a receber em 31/12/2022 refere-se a parcelas com vencimento em janeiro de 2023. (b) Em 31/12/2022 e de 2021, refere-se ao ativo financeiro reconhecido em consonância com o ICPC 01 relacionado à concessão de serviços de modernização. (c) Em 31/12/2022 e de 2021, referem-se às perdas estimadas na realização dos ativos financeiros, reconhecidos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48.

5. Estoques:	**2022**	**2021**
Material para manutenção	**15.004**	7.913
Provisão para itens de giro lento	**(2.805)**	(1.893)
Total	**12.199**	**6.020**

Movimentação da provisão para itens de giro lento:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	**1.893**	1.078
Complementos	**912**	815
Saldo no fim do exercício	**2.805**	**1.893**

6. Impostos a recuperar:	**2022**	**2021**
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	**34.788**	36.908
Programa de integração social - PIS	**7.551**	8.012
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	**154**	**154**
Total	**42.493**	**45.074**
Circulante	**6.491**	4.634
Não circulante	**36.002**	**40.440**

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados e a provisão para perdas necessária de acordo com as projeções de utilização desses créditos. Os impostos classificados no não circulante tem a seguinte previsão de recuperação:

	2022
2024	5.019
2025	5.193
2026	5.372
2027	5.556
2028	5.745
2029	5.940
2030	3.177
Total	**36.002**

7. Imobilizado e intangível:

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo (2022)	Depreciação acumulada (2022)	Valor residual (2022)	Valor residual (2021)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	(*)	**605**	**(26)**	**579**	98
Máquinas e equipamentos	10	**294**	**(69)**	**225**	204
Ferramentas	10	**228**	**(83)**	**145**	86
Móveis e utensílios	10	**58**	**(17)**	**41**	4
Equipamentos de informática	20	**322**	**(112)**	**210**	189
Imobilizado em andamento		**–**	**–**	**–**	11
Total		**1.507**	**(307)**	**1.200**	**592**

(*) Duração do contrato

A movimentação do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	**592**	507
Aquisições	**747**	321
Baixas	**–**	(144)
Depreciação	**(139)**	(92)
Saldo no fim do exercício	**1.200**	**592**

Em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia não possuía bens imobilizados dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, nem arrolados em defesa de processos judiciais. **8. Direito de uso:**

	Prazo médio dos contratos de arrendamento	Custo (2022)	Depreciação acumulada (2022)	Valor líquido (2022)
Edifício (a)	**54 meses**	**12.626**	**(6.605)**	**6.021**
Veículos	**36 meses**	**573**	**(175)**	**398**
Total		**13.199**	**(6.780)**	**6.419**

Custo	**Edifícios**	**Veículos**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	12.157	498	12.655
Adições	**469**	**75**	**544**
Baixas	**–**	**–**	**–**
Saldo final em 31/12/2022	**12.626**	**573**	**13.199**
Depreciação			
Saldo em 31/12/2021	(3.801)	(19)	(3.820)
Adições	**(2.804)**	**(156)**	**(2.960)**
Baixas	**–**	**–**	**–**
Saldo final em 31/12/2022	**(6.605)**	**(175)**	**(6.780)**
Direito de uso líquido			
Saldo em 31/12/2021	8.356	479	8.835
Saldo em 31/12/2022	**6.021**	**398**	**6.419**
Taxa anual média de depreciação	22%	33%	

(a) Refere-se ao contrato de arrendamento com a parte relacionada CAF Brasil conforme descrito na nota explicativa nº 1.

9. Arrendamentos a pagar: A Companhia possui contratos de arrendamentos relacionados ao direito de uso de edifícios e veículos que possuem encargos anuais pré-fixados, conforme segue:

	Vencimentos	2022	2021
Moeda nacional: Arrendamento	2021 a 2025	**7.002**	9.315
Total		**7.002**	9.315
Apresentados em: Circulante		**3.319**	2.834
Não circulante		**3.683**	6.481

10. Obrigações tributárias:	**2022**	**2021**
COFINS	**2.858**	1.279
PIS	**619**	276
IRPJ	**1.399**	2.699
CSLL	**311**	789
IRRF	**1.563**	691
Imposto Sobre Serviços - ISS	**1.200**	638
Retenções de PIS/COFINS/CSLL	**505**	352
Outras	**129**	127
Total	**8.584**	**6.851**

11. Partes relacionadas:

	Ativo 2022	Ativo 2021	Passivo 2022	Passivo 2021	Transações 2022	Transações 2021
CAF Espanha:						
Contas a pagar (a)	–	–	**1.846**	1.740	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	**88**	292	–	–
Assessoria (a)	–	–	–	–	**10.749**	10.025
CAF Brasil:						
Contas a pagar (a)	–	–	**4.824**	13.597	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	**88**	291	–	–
Direito de uso edifício (c)	**6.021**	8.356	–	–	–	–
Passivo arrendamento financeiro circulante (c)	–	–	**3.154**	2.695	–	–
Passivo arrendamento financeiro não circulante (c)	–	–	**3.437**	6.139	–	–
Assessoria (a)	–	–	–	–	**39.929**	38.591
Compras	–	–	–	–	**7.860**	3.515
Depreciação e juros de direito de uso edifício	–	–	–	–	**3.465**	3.347
CAF IP:						
Empréstimos (b)	–	–	**33.801**	33.734	–	–
Juros e encargos sobre empréstimos (b)	–	–	**1.476**	891	**5.286**	2.581
Juros sobre o capital próprio	–	–	**8.670**	28.553	–	–
CAF Rail Digital Services:						
Contas a pagar (a)	–	–	**1.528**	–	–	–
Compras	–	–	–	–	**1.528**	–
Total	**6.021**	**8.356**	**58.912**	**87.932**	**68.817**	**58.059**
Contas a pagar	–	–	**8.198**	15.337	–	–
Juros sobre o capital próprio a pagar	–	–	**8.846**	29.136	–	–
Empréstimos - Circulante	–	–	**1.476**	891	–	–
Empréstimos - Não Circulante	–	–	**33.801**	33.734	–	–
Direito de uso edifício	**6.021**	8.356	–	–	–	–
Passivo arrendamento financeiro circulante	–	–	**3.154**	2.695	–	–
Passivo arrendamento financeiro não circulante	–	–	**3.437**	6.139	–	–

(a) Os saldos e as transações com a CAF Espanha e a CAF Brasil estão relacionados principalmente aos contratos celebrados no contexto do objeto das operações descritas na nota explicativa nº 1 e se referem a faturamento de "know how", prestação de serviço de assessoria e compras de materiais. (b) Em 21/09/2011 e 27/06/2012, a Companhia captou empréstimos da CAF IP nos valores de R$11.270 e R$22.730, respectivamente, com incidência de juros indexados ao CDI e vencimento do principal em 20/12/2026 e dos juros a partir de janeiro de 2013. (c) Dos saldos de direito de uso e passivos arrendamento financeiro apenas uma parte é relacionada à operação com empresas do grupo, conforme discriminado nesta nota explicativa, o restante do saldo das referidas contas se refere a arrendamentos contratados com empresas não relacionadas. **12. Financiamento Bancário:** A Companhia firmou contrato com o BNDES, no valor de R$946.890, para financiamento do projeto de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM. O principal está sendo pago em 160 parcelas mensais, desde 15/01/2013. Até 31/12/2022, a Companhia havia captado o montante de R$894.075, deduzido de taxa de captação paga ao BNDES. O empréstimo está sujeito a juros calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e pagos mensalmente. Em 31/12/2022 e de 2021, os juros pendentes de pagamento totalizavam R$1.170 e R$1.426, respectivamente. A Companhia apresentou ao BNDES como garantias o penhor de ações e a cessão fiduciária de todos os direitos creditórios. O contrato também está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, que a manutenção do índice da geração de caixa serviço da dívida não seja inferior a 1,2, além de uma estrutura de capital superior a 0,24 (patrimônio líquido/ativo total). Em 31/12/2022, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 3, a Companhia, por força de cláusula contratual, mantém aplicação financeira como garantia da referida operação, no montante de R$62.204 em 31/12/2022, restrita até o fim do contrato, previsto para abril de 2026. A movimentação do financiamento bancário está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2020	**538.523**
Juros incorridos	33.294
Pagamento de principal	(86.835)
Pagamento de juros	(33.306)
Saldo em 31/12/2021	**451.676**
Juros incorridos	**34.829**
Pagamento de principal	**(91.202)**
Pagamento de juros	**(32.109)**
Saldo em 31/12/2022	**363.194**

As parcelas do passivo têm os seguintes vencimentos anuais:

	2022
2023	**100.728**
2024	**106.942**
2025	**115.570**
2026	**39.954**
Total	**363.194**

13. Provisão para riscos fiscais e trabalhistas: A Companhia constituiu, em 31/12/2022 e de 2021, provisão para riscos tributários, trabalhistas e diversos, os quais englobam temas legais e fiscais. O valor foi calculado com base nas melhores informações disponíveis no encerramento dos exercícios e, nos casos acompanhados por assessores legais, pelos valores que eles consideram prováveis que a Companhia desembolse nos processos em que atuam. A movimentação das provisões constituídas está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2020	**1.154**
Adições	209
Reversões	–
Saldo em 31/12/2021	**1.363**
Adições	**202**
Reversões	**(632)**
Saldo em 31/12/2022	**933**

A Companhia também possui algumas discussões judiciais de natureza trabalhista cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pelos assessores jurídicos, no montante de R$174 em 31/12/2022 (não havia discussões avaliadas como possíveis em 31/12/2021). **14. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social autorizado e subscrito, conforme Assembleia Geral realizada em 15/03/2010, é de 288.750.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00, totalmente integralizado, cujas ações estão penhoradas em favor do BNDES como garantia do financiamento bancário descrito na nota explicativa nº 12.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações
CAF Investment Projects S.A. (98%)	282.975.000
Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (1%)	2.887.500
CAF Brasil Indústria e Comércio, S.A. (1%)	2.887.500
Total	**288.750.000**

As companhias brasileiras devem registrar no Banco Central do Brasil - BACEN os investimentos estrangeiros e os respectivos lucros capitalizados, para permitir a remessa de dividendos ou a repatriação do capital. O capital estrangeiro, em 31/12/2022, estava registrado no BACEN, e a remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos à regularização do BACEN. b) Constituição de reservas e destinação do resultado: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 foi constituída a reserva legal até atingir o limite de 20% do capital social.

	2022
Lucro líquido do exercício	**160.162**
(-) Destinação para reserva legal	**1.553**
Lucro ajustado	**158.609**

O estatuto social da Companhia prevê a forma de distribuição dos lucros apurados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais, quando distribuídos, são debitados diretamente à rubrica "Lucros acumulados". c) Juros sobre o capital próprio e dividendos: Em 31/03/2022, foram reconhecidos os juros sobre o capital próprio (TJLP) referentes ao primeiro trimestre de 2022, no montante de R$9.346 (R$7.944 líquidos), os quais foram integralmente pagos em maio de 2022. Em 20/05/2022 foi aprovada a distribuição dos dividendos aos acionistas referentes aos lucros acumulados no exercício de 2019 no montante de R$20.000, os quais foram integralmente pagos em junho de 2022. Em 30/07/2022, foram reconhecidos os juros sobre o capital próprio (TJLP) referentes ao segundo trimestre de 2022, no montante de R$10.447 (R$8.880 líquidos), os quais foram integralmente pagos em agosto de 2022. Em 21/09/2022 foi aprovada a distribuição dos dividendos aos acionistas referentes aos lucros acumulados no exercício de 2019 no montante de R$30.000, os quais foram integralmente pagos em setembro e outubro de 2022. Em 30/09/2022, foram reconhecidos os juros sobre o capital próprio (TJLP) referentes ao terceiro trimestre de 2022, no montante de R$10.610 (R$9.019 líquidos), os quais foram integralmente pagos em novembro de 2022. Em 30/12/2022, foram reconhecidos os juros sobre o capital próprio (TJLP) referentes ao quarto trimestre de 2022, no montante de R$10.407 (R$8.846 líquidos), os quais estão integralmente em aberto na rubrica "Juros sobre o capital próprio a pagar". **15. Imposto de renda e contribuição social:** a) Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativo e passivo e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Impactos com contrapartida no resultado	2022	2021
Ativo não circulante:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos	**730**	1.363
Provisão para não recuperação de crédito de ICMS	**910**	910
Provisão perda de crédito	**8.932**	9.870
Provisão estoque giro lento	**2.805**	1.892
Diferença contabilização aluguéis CPC 06	**571**	479
Outras provisões	**268**	210
	14.216	14.724
Alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal	**34%**	**34%**
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**4.833**	**5.006**
Passivo não circulante:		
Ajuste financeiro pelo Contrato de Concessão Administrativa	**673.615**	632.245
Diferença de base RTT x Lei nº 12.973/14	**(7.881)**	(7.006)
Total	**665.734**	**625.239**
Alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal	**34%**	**34%**
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	**226.349**	**212.581**
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	**(221.516)**	**(207.575)**

b) Correntes: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**221.403**	**189.128**
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	**(75.277)**	**(64.304)**
Juros sobre o capital próprio	**13.876**	**9.264**
Diferenças permanentes, líquidas	**160**	**88**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(61.241)**	**(54.952)**
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	**(47.300)**	**(44.348)**
Diferidos	**(13.941)**	**(10.604)**

16. Resultado financeiro:	**2022**	**2021**
Receitas financeiras:		
Ajuste financeiro - Contrato de Concessão Administrativa - ICPC 01 (R01)	**242.220**	215.382
Rendimentos de aplicações financeiras	**10.559**	4.359
Outras receitas financeiras	**94**	536
Total	**252.873**	**220.277**
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	**(5.286)**	(2.581)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(34.829)**	(33.294)
Juros arrendamentos financeiros	**(693)**	(811)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	**(426)**	(177)
Despesa com comissões bancárias	**(224)**	(169)
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(495)**	(228)
Outras	**(284)**	(273)
Total	**(42.237)**	**(37.533)**
Variação cambial:		
Receita de variação cambial	**26**	–
Resultado financeiro	**210.662**	**182.744**

17. Instrumentos financeiros: Considerações gerais e políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, a qual é monitorada pela Tesouraria Corporativa do Grupo CAF, na Espanha. *Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos:* Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, decorrentes da importação de insumos produtivos, a Administração, seguindo diretrizes da Tesouraria Corporativa, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. No exercício findo em 31/12/2022, não foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos. As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto e longo prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar. Nas datas de encerramento dos exercícios, os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

Ativos - custo amortizado:	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	**24.468**	51.407
Aplicações financeiras	**62.204**	56.366
Outros créditos	**1.205**	1.140
Contas a receber - terceiros	**1.201.659**	1.214.441
Total	**1.289.536**	**1.323.354**
Passivos - custo amortizado:		
Fornecedores - terceiros	**4.263**	3.540
Fornecedores - partes relacionadas	**8.198**	15.337
Empréstimos e financiamentos - terceiro	**363.194**	451.676
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**35.277**	34.625
Total	**410.932**	**505.178**

Fatores de risco financeiro: a) *Risco de crédito:* O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Atualmente, a Companhia mantém transações comerciais com empresas e órgãos governamentais e também com partes relacionadas conforme detalhado na nota explicativa nº 11. Embora não exista histórico de perdas de créditos sofridas pela empresa e não há recebíveis com atraso em 31/12/2022, a Administração avalia que existe uma possibilidade de perda nos seus recebíveis a qual foi provisionada em 2022 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 48 (nota explicativa nº 4). Adicionalmente, a Companhia provisionou o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera (nota explicativa nº 3). b) *Risco de taxa de câmbio:* O risco associado decorre principalmente de compromissos de compras em moeda estrangeira com partes relacionadas e caixa mantido em moeda estrangeira. Em 31/12/2022, a Companhia não estava sujeita a relevante exposição cambial, uma vez que os empréstimos estavam denominados em reais. A Companhia não contratou instrumento financeiro derivativo em 31/12/2022 e de 2021 para proteção de sua exposição cambial. c) *Risco de liquidez*: É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31/12/ 2022:				
Financiamento bancário	**100.728**	**106.942**	**155.524**	**–**
Empréstimos - Partes relacionadas	**1.476**	**(67)**	**33.868**	**–**
	102.204	**106.875**	**189.392**	**–**
Em 31/12/2021:				
Financiamento bancário	93.900	99.052	258.724	–
Empréstimos - partes relacionadas	891	(67)	33.801	–
	94.791	**98.985**	**292.525**	**–**

d) *Gestão de capital:* Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base na evolução do seu lucro líquido e do retorno sobre o investimento ("Return on Investment - ROI"). Esse índice corresponde a:

Lucro líquido do exercício findo em 31/12/2022	**160.162**
Capital social	**288.750**
Retorno sobre o investimento	**0,5547**

e) *Risco da taxa de juros:* A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Administração gerencia o risco de taxa de juros através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos. O efeito desses riscos é mitigado por saldos mantidos em aplicações financeiras, remuneradas por taxas pós-fixadas (percentuais do CDI).

18. Receita operacional líquida:	**2022**	**2021**
Receita bruta de serviços prestados	**163.972**	141.080
Impostos incidentes sobre o faturamento	**(51.812)**	(42.076)
Total	**112.160**	**99.004**

19. Custos e despesas por natureza:	**2022**	**2021**
Despesa com serviços de manutenção contratados	**(55.044)**	(52.268)
Despesa com serviço de industrialização de trens	**(766)**	(42)
Salários e benefícios aos empregados	**(17.663)**	(16.120)
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	**(18.909)**	(15.664)
Seguros	**(1.661)**	(1.308)
Depreciação direito de uso	**(2.960)**	(2.599)
Depreciação imobilizado	**(139)**	(92)
Outras	**(5.644)**	(4.795)
Total	**(102.786)**	**(92.888)**
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	**(97.250)**	(89.465)
Despesas gerais e administrativas	**(5.536)**	(3.423)
Total	**(102.786)**	**(92.888)**

20. Outras receitas operacionais, líquidas:	**2022**	**2021**
Provisão / Reversão de provisão riscos	**430**	(209)
Provisão risco de crédito ativos financeiros	**938**	(1.511)
Ajuste valor contas a receber	**–**	2.127
Baixa de ativo imobilizado	**–**	(144)
Outras	**(1)**	4
Total	**1.367**	**267**

21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Modalidade	Cobertura	Vencimento
Riscos nomeados operacionais	600.008	31/12/2022
Terrorismo	255.000	01/02/2023
Responsabilidade civil geral	6.519	01/01/2023
Riscos engenharia	133.682	12/01/2024
Seguro garantia fiel cumprimento	49.533	14/12/2026

22. Autorização para emissão das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 23/03/2023.

DIRETORIA

Cleverson Rodrigues da Silva - Diretor Geral
Alessandre Edo Toso - Diretor
Renata Cristina Teixeira - Contadora - CRC 1SP 195024/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Administração da **CTRENS Companhia de Manutenção. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CTRENS - Companhia de Manutenção (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.· • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Guilherme Bento Radominski
Contador PR-072661/O

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

VAMCRUZ PARTICIPAÇÕES S.A. — CNPJ/MF Nº 21.514.557/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**793**	**1.613**	**22.582**	**17.421**
Caixa e equivalente de caixa	24	22	3.846	1.843
Contas a receber	–	–	10.018	9.809
Contas a receber - partes relacionadas	–	–	119	81
Impostos a recuperar	426	391	685	1.564
Dividendos - Partes relacionadas	343	1.200	–	–
Outros ativos	–	–	7.914	4.124
Não circulante	**256.267**	**262.490**	**487.871**	**489.025**
Títulos e valores mobiliários	85	154	114.670	95.371
Investimentos	256.182	262.336	–	–
Imobilizado	–	–	361.228	381.012
Intangível	–	–	11.973	12.642
Total do ativo	**257.060**	**264.103**	**510.453**	**506.446**
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**13**	**1.213**	**74.883**	**60.268**
Fornecedores	12	13	4.862	4.500
Empréstimos e financiamentos	–	–	17.400	17.122
Obrigações fiscais e trabalhistas	1	–	1.193	1.178
Dividendos - Partes relacionadas II	–	1.200	–	1.200
Mútuos - Partes relacionadas	–	–	–	505
Penalidades contratuais I	–	–	51.110	35.310
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	293	355
Passivo de arrendamentos I	–	–	25	98
Não circulante	**–**	**–**	**178.523**	**183.288**
Empréstimos e financiamentos II	–	–	143.798	157.830
Penalidades contratuais II	–	–	21.918	12.762
Provisões fiscais	–	–	2.014	1.878
Passivo de arrendamentos II	–	–	10.793	10.818
Total do passivo	**13**	**1.213**	**253.406**	**243.556**
Patrimônio líquido	**257.047**	**262.890**	**257.047**	**262.890**
Capital social	253.073	253.023	253.073	253.023
Reserva legal	1.559	1.559	1.559	1.559
Reserva de lucro	2.415	8.308	2.415	8.308
Total do passivo e patrimônio líquido	**257.060**	**264.103**	**510.453**	**506.446**

Demonstração dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	–	–	61.346	69.188
Outras receitas operacionais	–	–	2.315	–
Custos operacionais	–	–	(42.972)	(42.091)
Lucro bruto	–	–	20.689	27.097
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(52)	(46)	(2.756)	(2.622)
Outras receitas (despesas)	–	–	(103)	(101)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.811)	5.114	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	**(5.863)**	**5.068**	**17.830**	**24.374**
Despesas financeiras	(76)	(59)	(29.391)	(19.483)
Receitas financeiras	46	47	11.503	3.430
Resultado financeiro	**(30)**	**(12)**	**(17.888)**	**(16.053)**
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	**(5.893)**	**5.056**	**(58)**	**8.321**
IR e CS	–	–	(5.835)	(3.266)
Prejuízo do exercício	**(5.893)**	**5.056**	**(5.893)**	**5.055**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

		Reservas de Lucro			
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros**	**Lucros (Prejuízos) Acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2020	**253.023**	**1.306**	**4.705**	**–**	**259.034**
Prejuízo do exercício	–	–	–	5.056	5.056
Constituição de reserva legal	–	253	–	(253)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.200)	(1.200)
Lucros retidos a deliberar	–	–	3.603	(3.603)	–
Saldos em 31/12/2021	**253.023**	**1.559**	**8.308**	**–**	**262.890**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(5.893)	(5.893)
Absorção do prejuízo do exercício			(5.893)	5.893	–
Aumento de capital	50	–	–	–	50
Saldos em 31/12/2022	**253.073**	**1.559**	**2.415**	**–**	**257.047**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(5.893)**	**5.056**	**(58)**	**8.321**
Ajustes por				
Rendimento de aplicações financeiras	(7)	(7)	(11.463)	(2.803)
Resultado financeiro - Provisão de juros	–	–	21.345	18.091
Resultado em equivalência patrimonial	5.811	(5.114)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	20.602	20.571
Penalidades contratuais - provisão	–	–	18.404	6.027
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	–	–	(209)	3.020
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	(38)	(81)
Impostos a recuperar	(35)	(50)	879	1.524
Outros ativos	–	(1)	(3.790)	(2.626)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	(1)	5	363	1.201
Obrigações fiscais e trabalhistas	1	–	666	(58)
Penalidades contratuais	–	–	6.551	–
Contas a pagar – partes relacionadas	–	–	(62)	814
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(124)**	**(111)**	**53.190**	**54.001**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(15.469)	(14.588)
IR e CS pagos	–	–	(6.350)	(2.935)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**(124)**	**(111)**	**31.371**	**36.478**
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Títulos e valores mobiliários	76	61	(7.836)	(39.343)
Aquisições/Baixas de imobilizado	–	–	(140)	(73)
Dividendos recebidos	1.200	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimento	**1.276**	**61**	**(7.976)**	**(39.416)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Passivo de arrendamentos	–	–	(1.067)	(1.063)
Mútuos - Partes relacionadas	–	–	(534)	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(18.641)	(18.591)
Aumento de capital social	50	–	50	–
Dividendos pagos a acionistas	(1.200)	–	(1.200)	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de financiamento	**(1.150)**	**–**	**(21.392)**	**(19.654)**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**2**	**(50)**	**2.003**	**(22.592)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22	72	1.843	24.435
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24	22	3.846	1.843
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**2**	**(50)**	**2.003**	**(22.592)**
Transações que não afetam o caixa				
Passivos de arrendamento e direito de uso	–	–	9	844
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	1.200

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

1 Contexto e mudanças significativas. 1.1 Informações gerais: A Vamcruz Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 13/06/2015, através da Assembleia Geral de Constituição, sendo integrante do aqui denominado Grupo Vamcruz, por sua vez parte integrante do conglomerado de empresas Voltalia. A Companhia tem sua sede e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, CEP 04532-01, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir e fechar filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral. A Companhia tem por objeto a participação direta nas sociedades anônimas denominadas Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A., Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A, e o prazo de duração da Companhia é indeterminado. O objetivo das sociedades supramencionadas com participação da Companhia é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia eólica com previsão de geração de 60.000 MWh cada um dos empreendimentos, cujas demais características estão postas no quadro abaixo:

Sociedade controlada	Tipo de controle	Autorização de início da produção	Nº de ações ordinárias nominativas sem valor nominal	Capital social
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 24 MW.	71.397.900	R$ 73.927
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 24 MW.	62.972.588	R$ 65.301
Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 27 MW.	64.979.407	R$ 67.308
Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 18 MW.	44.908.957	R$ 46.418

Capital circulante líquido negativo: Em 31/12/2022, a Companhia apresentou capital circulante negativo no montante de R$ 52.301. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo. Por último, os resultados e fluxos de caixa em 31 de dezembro demonstram a melhora nos indicadores financeiros e de performance do Grupo Vamcruz. **Autorização da Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A. ("Parque Eólico Junco I"):** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 389 de 02/07/2012 autorizou o Parque Eólico Junco I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 03/07/2012 e o término em 03/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Junco I. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.286, na qual altera as características técnicas da usina para 24.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 8 unidades geradoras de 3.000 kW cada. A data em que o Parque Eólico Junco I entrou em operação comercial foi 10/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 3.981/2015. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Junco I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. **Autorização da Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. ("Parque Eólico Junco II"):** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 417 de 11/07/2012 autorizou o Parque Eólico Junco II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Junco II. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.287, na qual altera as características técnicas da usina para 24.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 8 unidades geradoras de 3.000 kW cada. A data em que o Parque Eólico Junco II entrou em operação comercial foi 10/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 3.981/2015. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Junco II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. **Autorização da Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A. ("Parque Eólico Caiçara I"):** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 388 de 26/06/2012 autorizou o Parque Eólico Caiçara I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28/06/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 16/06/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.284, na qual altera as características técnicas da usina para 27.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 9 unidades geradoras de 3.000 kW cada. A data em que o Parque Eólico Caiçara I entrou em operação comercial foi 15/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 4.014/2015. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Caiçara I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. Em 07/06/2017, foi manifestada a intenção em participar do processo de paralisação temporária do fornecimento de energia MCSD (Mecanismo de Realocação de Sobras e Déficits, definido pela CCEE e estabelecido pelo artigo 29, Decreto Federal nº 5.163/2004), para o período de julho a dezembro de 2017. Em 14/07/2017, conforme comunicado CCEE nº 279-17, foi divulgado aos participantes os resultados preliminares do processamento do MCSD e em 24 de julho foi divulgado o resultado final deste processamento, permitindo os participantes a descontratarem 100% do CCEARS do período de julho de 2017 a dezembro de 2017. Foi fechado em 14/07/2017 o contrato bilateral no mercado livre e esse fechamento estava condicionado ao resultado final em 24 de julho, entrando em vigor em 01/07/2017 até 31/12/2017. **Autorização da Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A. ("Parque Eólico Caiçara II"):** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 418 de 11/07/2012 autorizou o Parque Eólico Caiçara II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Caiçara II. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.285, na qual altera as características técnicas da usina para 18.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 6 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015, foi alterada a Garantia Física da usina para 15,1 MWmed, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. A data em que o Parque Eólico Caiçara II entrou em operação comercial foi 10/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 4.009/2015. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. ***Aprovação das demonstrações financeiras:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03/02/2023. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2 Estimativas críticas e riscos:** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Depreciação e amortização do imobilizado e intangível:*** A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em considerações as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e, como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento:*** Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ricardo Cesar Gonçalves
(CRC/RJ-109527/O-7)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Vamcruz Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamcruz Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 2023.

Mazars Auditores Independente

"As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da **Vamcruz Participações S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/."

Centrale Compra, Venda e Locação de Imóveis Ltda.

CNPJ n° 04.251.958/0001-06 - NIRE 35.216.727.412

Edital de convocação para assembleia de sócios a ser realizada em 05/04/2023 às 11h00

Centrale Compra, Venda e Locação de Imóveis Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista, n° 1.294, sala 1, Esc 2B, Bela Vista, Cidade de São Paulo/SP, CEP 01310-915, inscrita no CNPJ sob n° 04.251.958/0001-06 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob NIRE 35.216.727.412, em sessão de 23.01.2001, neste ato representada por seu administrador, Sr. Edgard Gomes Corona, brasileiro, casado, RG nº 5.886.057-5-SSP/SP, CPF nº 000.846.408-12 ("**Sociedade**"), vem, por meio desta, conforme cláusula 7ª, parágrafo segundo, do contrato social da Sociedade, **CONVOCAR** os sócios da Sociedade para assembleia de sócios da Sociedade a se realizar na sede social, no dia 05 de abril de 2023, às 11:00 horas, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado relativamente ao exercício social findo em 31.12.2022. Os documentos necessários para a deliberação acerca das matérias constantes da ordem do dia acima, notadamente o balanço patrimonial, a demonstração do resultado - DRE e a demonstração das mutações do patrimônio líquido da Sociedade, serão entregues tempestivamente para os sócios. Sendo o que nos cumpria para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente, Centrale Compra, Venda e Locação de Imóveis Ltda. - Edgard Gomes Corona.

Saraiva Livreiros S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 60.500.139/0001-26 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da **Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia" ou "Saraiva"), que se realizará presencialmente no dia **28 de Abril de 2023,** às **7h**, **na sede social da Companhia,** localizada na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 3º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05.413-909, para deliberarem sobre a seguinte "Ordem do Dia": **Em Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar a remuneração global da Administração referente ao exercício social de 2023; (iv) Se solicitado, promover eleição em separado de membros do Conselho Fiscal; (iv.i) Definir o número de membros do Conselho Fiscal; (iv.ii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv.iii) Fixar a remuneração do Conselho Fiscal referente ao exercício social de 2023; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (v) Deliberar sobre a modificação do jornal de grande circulação no qual a Companhia faz suas publicações; e (vi) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas em AGOE. **Instruções Gerais:** Observadas as demais instruções constantes da Proposta da Administração ("Proposta da Administração"), a AGOE será realizada presencialmente na sede da Companhia e a participação do acionista poderá ser (i) pessoal (ou por representante legal, conforme o caso); (ii) por procurador devidamente constituído; ou (iii) via boletim de voto a distância encaminhado por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução 81"). Nos termos do art. 6º da Resolução 81, a Companhia solicita que os acionistas que têm a intenção de se fazer representar por procurador devidamente constituído depositem as respectivas procurações e demais documentações necessárias, nos termos da Proposta da Administração e deste Edital de Convocação, na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, em dias úteis, das 09h às 18h, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da AGOE. Será aceita a remessa de procurações e demais documentações necessárias para o endereço eletrônico admri@saraiva.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da AGOE. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelos serviços de ações escriturais da Companhia, e/ou agente de custódia, consoante o artigo 126 da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"). Os acionistas deverão apresentar à Companhia, na forma da Proposta da Administração, os seguintes "Documentos": Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia após o prazo estabelecido na Proposta da Administração; Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia após o prazo estabelecido na Proposta da Administração; Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia após o prazo estabelecido na Proposta da Administração. A Saraiva informa, ainda, que os documentos elencados no artigo 133 da LSA foram publicados resumidamente no jornal físico "O Dia SP", em 28 de março de 2023, sendo disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico "O Dia SP" na mesma data, na forma do artigo 289 da LSA, conforme redação dada pela Lei nº 13.818/2019. Por fim, a Saraiva ressalta que estão disponíveis na sede da Companhia e no seu endereço eletrônico (www.saraivari.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 (www.b3.com.br), para consulta dos acionistas, cópias dos documentos a serem discutidos na AGOE, bem como aqueles exigidos pela Resolução 81. São Paulo/SP, 28 de março de 2023. **Olga Maria Barbosa Saraiva -** Presidente do Conselho de Administração.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 2490-2

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE"), a ser realizada em 28 de abril de 2023, às 10:00h. A AGOE será realizada **de modo exclusivamente digital,** por meio da plataforma eletrônica "*Microsoft Teams",* conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e disciplinada na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras"), acompanhadas: **(a)** do relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(b)** do relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia; **(c)** do relatório anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; **(d)** do parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as Demonstrações Financeiras; **(e)** da declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes; **(f)** da declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras; e **(ii)** a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** reconduzir os membros do Conselho de Administração; e **(v)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** autorizar a administração da Companhia, nos termos do art. 4º, inciso I, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77"), a celebrar, após a liquidação do *"Contrato Global de Derivativos"* atualmente vigente, novas operações de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap*) de liquidação financeira, tendo por referência ações ordinárias de emissão da Companhia ("Operações de Swap"); e **(ii)** caso o item "i" acima seja aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, autorizar que a Companhia preste garantia fiduciária em relação às obrigações assumidas nas Operações de Swap. **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos:** Os acionistas que desejarem atender à AGOE deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital "*Microsoft Teams"*, nos termos descritos no presente Edital de Convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da AGOE deverá, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da AGOE (ou seja, até o final do dia 26 de abril de 2023),** para fins de: **(a)** realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para participação e representação na AGOE, conforme descrito neste Edital de Convocação; e **(b)** especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à AGOE. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 26 de abril de 2023, nos termos aqui previstos, não poderão participar da AGOE. Adicionalmente, uma vez que AGOE seria realizada **de modo exclusivamente digital**, a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da AGOE. **Documentação de Representação:** Nos termos do parágrafo 1º, artigo 9º do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da AGOE dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima, deverão apresentar: **(i)** um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; **(ii)** os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; **(iii)** comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGOE; e **(iv)** se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGOE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sem a necessidade de que tal pessoa seja administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da AGOE, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital "*Microsoft Teams"*. Visando à segurança da AGOE, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na AGOE serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGOE, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na AGOE até as 17:00h do dia 27 de abril de 2023, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da AGOE. Os acionistas que participarem da AGOE poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 28 da Resolução CVM 81: **(i)** simplesmente participar da AGOE, sem votar, tenha ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou **(ii)** participar e votar na AGOE. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na AGOE, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da AGOE, deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da AGOE através da plataforma digital "*Microsoft Teams"* serão considerados presentes na AGOE e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 47 da Resolução CVM 81. **Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na AGOE. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista: **(i)** diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); **(ii)** ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou **(iii)** à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido **até 7 (sete) dias corridos antes** da data da AGOE. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia, bem como as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A AGOE será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGOE que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na AGOE, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da AGOE, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81.

São Paulo/SP, 28 de março de 2023

Pedro Barros Mercadante Oliva - Presidente do Conselho de Administração

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª e 2ª SÉRIE DA 79ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ***(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)***

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Série da 79ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora" respectivamente) e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**. ("Agente Fiduciário"), a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 19 de abril de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 16.10 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 22 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar ou não a sustação dos efeitos do Vencimento Antecipado da CCB DI (conforme abaixo definido) e CCB IPCA (conforme abaixo definido) e consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 9 da CCB DI e da CCB IPCA e cláusula 6.3.1, (iv) do Termo de Securitização, bem como a não declaração do Resgate Antecipado dos CRI, nos moldes da cláusula 6.3 do Termo de Securitização, em consequência do descumprimento pela **PORTE ENGENHARIA E URBANISMO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 56.233.935/0001-72 ("Devedora"), e pela **PORTE RADIAL III EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.992.944/0001-25, do prazo estabelecido na cláusula 3.2 do "*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças"* ("Alienação Fiduciária de Imóvel"), para a formalização e constituição em garantia do Imóvel Radial perante o 7º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo - SP; concedendo ainda, caso sustado os efeitos do Vencimento Antecipado da CCB, prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da assinatura da ata da assembleia, para que à Devedora proceda com o registro da Alienação Fiduciária de Imóvel; **b)** Aprovar ou não a inclusão no Termo de Securitização, a ser replicada na CCB DI e na CCB IPCA, bem como nos demais Documentos da Operação, conforme aplicável, mediante Assembleia Geral de Titulares dos CRI nos termos do quórum de deliberação apresentado na cláusula 16.9 do Termo de Securitização, de novo imóvel, conforme descrito a seguir, a ser objeto de destinação de recursos futura, além daquele inicialmente previsto no Termo de Securitização; **c)** Caso aprovado o item (b) acima, aprovar que seja realizada a alteração da *Cédula de Crédito Bancário nº 0003274190/PEE* ("CCB DI") a fim de que, após a referida alteração, os recursos representados através da CCB DI passem a ser integralmente utilizados em destinação futura de recursos ao Empreendimento Alvo e ao empreendimento imobiliário habitacional, no imóvel denominado Condomínio Urman, localizado na Rua Alcântara Machado – Belenzinho, cidade de São Paulo- SP, matrícula nº 219.809 do 7º Oficio de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, de titularidade da Sociedade de Propósito Específico Porte Radial III Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.992.944/0001-25 ("SPE Porte Radial"); **d)** Caso aprovado o item (b) acima, aprovar ou não a alteração da *Cédula de Crédito Bancário nº 0003274136/PEE* ("CCB IPCA") a fim de que, após a referida alteração, os recursos representados através da CCB IPCA passem a ser integralmente utilizados em destinação futura de recursos ao Empreendimento Alvo e ao empreendimento imobiliário habitacional, no imóvel denominado Condomínio Urman, localizado na Rua Alcântara Machado – Belenzinho, cidade de São Paulo- SP, matrícula nº 219.809 do 7º Oficio de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, de titularidade da SPE Porte Radial; e **e)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br, bem como será disponibilizado aos Titulares dos CRI que solicitarem à Emissora. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que a segunda convocação da Assembleia se instala com qualquer número, conforme cláusula 16.5 do Termo de Securitização, e as deliberações serão tomadas por Titulares dos CRI que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 16.9 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestão@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para ahg@vortx.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, emitida dentro do prazo de 12 (doze) meses anteriores a data da convocação da Assembleia , obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 29 de março de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 9h00min, de modo exclusivamente digital, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(A)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(B)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(C)** sem prejuízo do disposto no artigo 141, §7º, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), deliberar sobre a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 9 (nove), para o mandato de 2 (dois) anos contados da Assembleia Geral; **(D)** eleger o Conselho de Administração; **(E)** deliberar sobre o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(F)** deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social para incluir novas atividades no objeto social da Companhia, quais sejam **(i)** a exploração da atividade de operador portuário, incluindo a logística em terminais marítimos ou fluviais, armazenagem, movimentação, administração, carga e descarga de embarcações, gestão e gerenciamento de equipamentos e mercadorias destinados a carga e descarga, bem como outras atividades auxiliares, **(ii)** a prestação de serviços de correspondente bancário, e **(iii)** a prestação de serviços de atividades de publicidade e marketing; **(G)** deliberar sobre a alteração do artigo 19 do Estatuto Social para esclarecer que a Companhia poderá elaborar balancetes semestrais, trimestrais ou em período inferior, e declarar, com base nos referidos balancetes, por deliberação do Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio; **(H)** deliberar sobre a alteração do artigo 20 do Estatuto Social para aumentar o número máximo de diretores da Companhia para 11 (onze); **(I)** deliberar sobre a alteração do artigo 23 do Estatuto Social para revisão dos poderes de representação da Companhia; **(J)** deliberar sobre o aperfeiçoamento de redação do artigo 25 do Estatuto Social ("Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Dividendos"); **(K)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas nos itens (F) a (J) da Ordem do Dia, bem como autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas. Em atendimento ao artigo 5º, I, da Resolução CVM 81/2022 e ao artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Destacamos que os pedidos de voto múltiplo devem ser feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos acionistas, observado o prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Os acionistas também poderão participar da Assembleia Geral por meio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.armac.com.br). Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração, os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão enviar previamente à Companhia, até 9h00min de 26/04/2023: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos: **a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; **b)** Pessoas Jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. **c)** Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação virtual na Assembleia Geral por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração (observando os requisitos do art. 126, §1º da LSA) e dos documentos que comprovem a identidade do procurador, no mesmo prazo indicado no parágrafo acima. Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Companhia (ri.armac.com.br), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do telefone +55 11 4628-1681 e (ii) do e-mail: ri@armac.com.br. Barueri, 29 de março de 2023. Conselho de Administração.

Este Juízo FAZ SABER a Viggo Motors Comercio de Veiculos Eireli, Leonardo Gobbo, Viggo Intermediação de Vendas Eireli e José Carlos Gobbo, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida ação obrigação de fazer referente a adimplemento contratual por Alessandra Darcie Rodrigues Rizzi e Oriel Rodrigues, alegando em síntese, inadimplemento contratual e ocorrência de danos materiais e morais. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na formada lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1018045-60.2022.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Pitelli da Guia, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Instituto de Idiomas Breckenridge Ltda, CNPJ20958616000187, com endereço à Rua das Perobas, 225, Vila Parque Jabaquara, CEP 04321-120,São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Consignação em Pagamento por parte de Viviane Barros Coelho, com o seguinte objeto: Consignação em pagamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2023.

A **ELECTROLUX DO BRASIL S/A** torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Licença Ambiental de Operação nº 22000501, válida até 31/03/2024, para Fabricação de fogões, refrigeradores, máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios, situada à Rua Ministro Gabriel Passos, 360, Guabirotuba – Curitiba PR.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0008651-12.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Inah de Lemos e Silva Machado, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Natália Machado Razuk, RG 36.556.102-22, CPF 343.189.008-35, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero – Ec Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 48.292,94 (fevereiro/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2023

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DO EDITAL: 20 DIAS. PROCESSO Nº 0013999-79.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Bernardi Baccarat, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Adailton Apolinário dos Santos, RG 520413106, CPF 451.943.758-08, e Adauto Apolinário dos Santos Júnior, RG 52041438X, CPF 451.944.098-00, que foi instaurado o presente Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, instruído por parte de Money Plus SCMEPP Ltda., autora nos autos principais em face da pessoa jurídica OC Games Ltda, CNPJ 27.407.093/0001-20, objetivando que o patrimônio pessoal dos sócios supramencionados, diante da ausência de bens penhoráveis da executada originária e do alegado desvio de finalidade da atividade empresária por ela desempenhada, passe a responder pela dívida perseguida na execução em apenso (R$ 1.268.496,13 até março de 2021). Encontrando-se os requeridos em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, ofereçam resposta e requeiram as provas cabíveis (art. 135, do CPC). Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, considerando-se o réu revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2023. 30 e 31.03

Santa Cruz Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 07.614.088/0001-80

Demonstrações Financeiras 2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2022 e consideram também a legislação societária brasileira. **Perfil:** A Santa Cruz Geração de Energia S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil, foi constituída em 1º de agosto de 2005. **Sistema Elétrico e Operação:** A Companhia possui duas centrais geradoras hidroelétricas (CGHs) em operação, com capacidade instalada de 1,8 MW ou 15 GWh/ano. **Resultado do Exercício:** A Companhia atua no segmento de geração de energia e apresentou prejuízo após os impostos de R$ 3.290 mil no exercício de 2022. **Recursos Humanos:** A Companhia oferece a seus colaboradores, planos de benefícios destinados à alimentação, assistência médica e odontológica, participação nos resultados e plano de previdência privada com contribuição definida através da Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM).

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	59	285
Aplicações financeiras	3.443	2.956
Concessionários e permissionários	–	130
Tributos a recuperar	34	14
Ativo financeiro de indenização	385	4.025
Outras contas a receber	132	134
	4.053	7.544
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativo financeiro de indenização	–	335
Depósitos judiciais e outros	478	536
	478	871
Imobilizado	877	927
	877	927
Total ativo não circulante	1.355	1.798
Total do ativo	5.408	9.342

	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	212	166
Tributos e contribuições sociais a pagar	518	444
Outros passivos	127	117
	857	727
Não circulante		
Provisões	804	1.578
	804	1.578
Total do passivo	1.661	2.305
Patrimônio líquido		
Capital social	12.153	12.153
Prejuízo acumulado	(8.406)	(5.116)
Total do patrimônio líquido	3.747	7.037
Total do passivo e patrimônio líquido	5.408	9.342

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Operações continuadas		
Receita líquida dos produtos vendidos	158	1.344
Custo dos produtos vendidos	(2.117)	(2.554)
	(1.959)	(1.210)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(623)	(1.181)
Outras receitas operacionais	1	1
	(622)	(1.180)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(2.581)	(2.390)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	954	2.845
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.627)	455
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.663)	(1.613)
Prejuízo do exercício	(3.290)	(1.158)
Ações em circulação ao final do exercício	12.153	12.153
Prejuízo diluído por lote de mil ações - em R$	(270,72)	(95,29)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 1 º de Janeiro de 2021	12.153	(3.958)	8.195
Prejuízo do exercício	–	(1.158)	(1.158)
Em 31 de Dezembro de 2021	12.153	(5.116)	7.037
Em 1 º de Janeiro de 2022	12.153	(5.116)	7.037
Prejuízo do exercício	–	(3.290)	(3.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.153	(8.406)	3.747

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(3.290)	(1.158)
Total do resultado abrangente do exercício	(3.290)	(1.158)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.627)	455
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	50	53
Juros sobre aplicações financeiras	(360)	(132)
Ganho pelo valor do ativo financeiro de indenização	(596)	(2.747)
	(2.533)	(2.371)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Concessionários e permissionários	130	(7)
Ativo financeiro de indenização	4.571	4.557
Depósitos judiciais e outros	58	(29)
Outros ativos	(18)	(12)
Decréscimo (acréscimo) em passivos		
Fornecedores	46	111
Tributos e contribuições sociais	74	26
Pesquisa e desenvolvimento		(1.167)
Provisões	(774)	495
Outros passivos	10	2
Caixa gerado pelas operações	1.564	1.605
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.663)	(1.613)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(99)	(8)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(127)	119
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(127)	119
Redução/Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(226)	111
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	285	174
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59	285

Diretoria

Ricardo Rodrigues de Carvalho - Presidente
Luciano Francisco Alves - Diretor
Alexandre Vianna da Silva - Diretor
Renato Maia Lopes - Diretor
Fernando Varella Guimaraes - Diretor
Roseli Maria de Souza Milagres - Diretora
Andressa Rissato Brolacci Lamana - Diretora

Contador

Rodrigo Teixeira Cocchi - CRC 1SP243650/O-2

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ/MF nº 54.224.423/0001-14 - NIRE 353 0006926 9

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da **PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS** convocados a comparecer às Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no próximo dia 29 de abril de 2023, às 8:00 horas, na sede social da Companhia, localizada nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Honório Soares, nº 80, Centro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) distribuição no decorrer do ano de 2023, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio imputados como dividendos, calculados na forma da lei; (iii) eleição dos membros da diretoria e fixação das remunerações; **2 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros; (ii) conforme descrito abaixo e melhor detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante: a) ao capital social; b) Capitulo III Administração – Artigo 14º, Parágrafo Terceiro - A alienação ou compra e o recebimento, em doação, de bens imóveis, (iii) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais**: (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art.133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) os acionistas poderão ser representados nas Assembléias, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ser enviados para o endereço de e-mail acionista@pinhalense.com.br até as 12:00 horas do dia 28 de abril de 2023; (iii) as Assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, ou em segunda convocação com qualquer número de acionistas. Espírito Santo do Pinhal-SP., 27 de março de 2023.

João Paulo Cipoli Viegas - Diretor Financeiro/ RH

GRUPO SBF S.A.

Companhia aberta

CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São Paulo, 28 de março de 2023. Convocamos os senhores acionistas da **Grupo SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital,** em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 28 de abril 2023, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, considerando candidatos identificados na Proposta da Administração; e **(iv)** a aprovação da remuneração global da administração da Companhia para o biênio de 2023/2024; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para **(a)** atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e **(b)** alterar o endereço da sede da Companhia, que passará a estar localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, nº 7.221, 3º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital,** os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais: (I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; e **(c)** parecer dos auditores independentes da Companhia. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia*, a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital,** de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância ("Boletins") por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e, em todos os casos, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 21 de abril de 2023, conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 26 de abril de 2023, inclusive, devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=BD0742DE3DDA, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023), não poderão participar da AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da Plataforma somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O *link* e senha recebidos serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do Acionista. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 09h00 do dia 27 de abril de 2023), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 27 de abril de 2023, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos Acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais: III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os Acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 26 de abril de 2023, além do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto/contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto/contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. **III.4.** A Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de **5%**, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 98546-6336 ou via e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

VAMCRUZ I PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ/MF Nº 21.514.543/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**2.962**	**3.817**	**25.540**	**19.537**
Caixa e equivalente de caixa	998	209	4.844	2.052
Contas a receber	–	–	10.018	9.809
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	119	81
Impostos a recuperar	800	744	1.483	2.308
Dividendos - Partes relacionadas a receber	–	1.200	–	–
Mútuo - Partes relacionadas	–	505	–	–
Outros ativos	1.164	1.159	9.076	5.287
Não circulante	**263.066**	**268.068**	**493.890**	**494.204**
Títulos e valores mobiliários	–	–	114.670	95.371
Investimento	257.047	262.889	–	–
Imobilizado	–	–	361.228	381.012
Intangível	6.019	5.179	17.992	17.821
Total do ativo	**266.028**	**271.885**	**519.430**	**513.741**
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**45**	**1.293**	**74.924**	**59.861**
Fornecedores	16	68	4.874	4.573
Empréstimos e financiamentos	–	–	17.400	17.122
Obrigações fiscais e trabalhistas	2	4	1.195	1.182
Dividendos - Partes relacionadas a pagar	–	1.200	–	1.200
Penalidades contratuais I	–	–	51.110	35.310
Contas a pagar - Partes relacionadas	27	21	320	376
Passivo de arrendamentos I	–	–	25	98
Não circulante	**–**	**–**	**178.523**	**183.288**
Empréstimos e financiamentos II	–	–	143.798	157.830
Penalidades contratuais II	–	–	21.918	12.762
Provisões fiscais	–	–	2.014	1.878
Passivo de arrendamentos II	–	–	10.793	10.818
Total do passivo	**45**	**1.293**	**253.447**	**243.149**
Patrimônio líquido	**265.983**	**270.592**	**265.983**	**270.592**
Capital social	262.664	262.664	262.664	262.664
Reserva legal	1.559	1.559	1.559	1.559
Reserva de lucro	1.760	6.369	1.760	6.369
Total do passivo e patrimônio líquido	**266.028**	**271.885**	**519.430**	**513.741**

Demonstrações dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	**–**	**–**	**61.346**	**69.188**
Outras receitas operacionais	**–**	**–**	**2.315**	**–**
Custos operacionais	**–**	**–**	**(42.972)**	**(42.091)**
Resultado bruto	**–**	**–**	**20.689**	**27.097**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(69)	(79)	(2.822)	(2.697)
Outras receitas (despesas)	–	–	(104)	(105)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.893)	5.055	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	**(5.962)**	**4.976**	**17.763**	**24.295**
Despesas financeiras	(13)	(4)	(29.379)	(19.482)
Receitas financeiras	168	82	11.644	3.507
Resultado financeiro	**155**	**78**	**(17.735)**	**(15.975)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**(5.807)**	**5.054**	**28**	**8.320**
IR e CS	(2)	(1)	(5.837)	(3.267)
Lucro (prejuízo) do exercício	**(5.809)**	**5.053**	**(5.809)**	**5.053**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	262.664	1.306	2.769	–	266.739
Lucro do exercício	–	–	–	5.053	5.053
Constituição de reserva legal	–	253	–	(253)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	3.600	(3.600)	–
Lucros retidos a deliberar	–	–	–	(1.200)	(1.200)
Saldos em 31/12/2021	262.664	1.559	6.369	–	270.592
Reserva de lucros exercício anteriores	–	–	1.200	–	1.200
Prejuízo do exercício	–	–	–	(5.809)	(5.809)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(5.809)	5.809	–
Saldos em 31/12/2022	262.664	1.559	1.760	–	265.983

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(5.807)**	**5.056**	**28**	**8.319**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações:				
Rendimento de aplicações financeiras	(66)	–	(11.529)	(2.803)
Resultado financeiro - Provisão de Juros	–	–	21.316	18.092
Resultado em equivalência patrimonial	5.893	(5.055)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	20.602	20.571
Penalidades contratuais - provisão	–	–	18.404	6.027
Diminuição (aumento) nos ativos				
Contas a receber	–	–	(209)	3.021
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	(38)	(81)
Impostos a recuperar	(56)	(75)	830	(700)
Outros ativos	(5)	1	(3.794)	(479)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	(52)	5	302	1.218
Obrigações fiscais e trabalhistas	(4)	4	662	(58)
Penalidades contratuais	–	–	6.551	–
Contas a pagar - partes relacionadas	6	21	(56)	330
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(91)**	**(43)**	**53.069**	**53.457**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(15.469)	(14.588)
IR e CS pagos	–	–	(6.350)	(2.936)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**(91)**	**(43)**	**31.250**	**35.933**

Fluxos de caixa das atividades de investimento	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Títulos e valores mobiliários	15	–	(7.770)	(39.343)
Aquisições/baixas de imobilizado	–	–	(140)	(73)
Aquisições/baixas de intangível	(840)	(749)	(840)	(749)
Dividendos recebidos	1.200	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimento	**375**	**(749)**	**(8.750)**	**(40.165)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Mútuos - Partes relacionadas	505	(505)	–	–
Passivo de arrendamentos	–	–	(1.067)	(1.063)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(18.641)	(18.594)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de financiamento	**505**	**(505)**	**(19.708)**	**(19.657)**
Aumento/Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**789**	**(1.297)**	**2.792**	**(23.889)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	209	1.506	2.052	25.941
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	998	209	4.844	2.052
Aumento/Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**789**	**(1.297)**	**2.792**	**(23.889)**
Transações que não afetam o caixa				
Passivos de arrendamento e direito de uso	–	–	9	844

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

1 Contexto e mudanças significativas. 1.1 Informações gerais: A Vamcruz I Participações S.A. ("Companhia") é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 13/06/2014, através da Assembleia Geral de Constituição. Integrante do aqui denominado Grupo Vamcruz, por sua vez parte integrante do conglomerado de empresas Voltalia. A Companhia tem sua sede e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, CEP 04532-01, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir e fechar filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades e seu prazo de duração é indeterminado. A Companhia participa diretamente na sociedade anônima denominada Vamcruz Participações S.A., possuindo a totalidade do seu capital social de R$ 253.023, composto pelo número de 253.022.845 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Essa controlada Vamcruz Participações S.A. tem como objetivo social a participação direta e indireta nas sociedades anônimas denominadas Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A., Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A.; sociedades as quais a Companhia possui participação indireta. O objetivo das sociedades supramencionadas com participação da Companhia é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia eólica com previsão de geração de 60.000 MWh cada um dos empreendimentos, cujas demais características estão postas no quadro abaixo:

Sociedade controlada	Tipo de controle	Autorização de início da produção	Nº de ações ordinárias nominativas sem valor nominal	Capital social
Vamcruz Participações S.A.	Direto - 100%	N/A - Trata-se de subholding do grupo Vamcruz	253.072.845	R$ 253.073
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 24 MW.	71.397.900	R$ 73.927
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 24 MW.	62.972.588	R$ 65.301
Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 27 MW.	64.979.407	R$ 67.308
Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANELL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 18 MW.	44.908.957	R$ 46.418

Capital circulante líquido negativo: Em 31/12/2022, a Companhia apresentou capital circulante negativo no montante de R$ 49.384 (em 31/12/2021 R$ 40.324). A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo. Sendo assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. ***Autorização do Parque Eólico Junco I:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 389 de 02/07/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Junco I SPE S/A ("Junco I") a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 03/07/2012 e o término em 03/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Junco I. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.286, na qual altera as características técnicas da usina para 24.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 8 unidades geradoras de 3.000 kW cada. A data em que a Junco I entrou em operação comercial foi 10/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 3.981/2015. A energia elétrica produzida pela Junco I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. ***Autorização do Parque Eólico Junco II:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 417 de 11/07/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Junco II SPE S/A ("Junco II") a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Junco II. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.287, na qual altera as características técnicas da usina para 24.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 8 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 10/12/2015, a Junco II entrou em operação comercial de acordo com o Despacho Aneel nº 3.981/2015. A energia elétrica produzida pela Junco II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. ***Autorização do Parque Eólico Caiçara I:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 388 de 26/06/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S/A ("Caiçara I") a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28/06/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Caiçara I. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.284, na qual altera as características técnicas da usina para 27.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 9 unidades geradoras de 3.000 kW cada. A data em que a Companhia entrou em operação comercial foi 15/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 4.014/2015. A energia elétrica produzida pela Caiçara I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. ***Autorização do Parque Eólico Caiçara II:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 418 de 11/07/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S/A ("Caiçara II") a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.285, na qual altera as características técnicas da usina para 18.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 6 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015, foi alterada a Garantia Física da usina para 15,1 MWmed, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. Em 10/12/2015, a Caiçara II entrou em operação comercial de acordo com o Despacho Aneel nº 4.009/2015. A energia elétrica produzida pela Caiçara II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. ***Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03/02/2023. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2 Estimativas críticas e riscos:** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos**: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Depreciação e amortização do imobilizado e intangível:*** A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em considerações as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e, como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento:*** Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ricardo Cesar Gonçalves
(CRC/RJ-109527/O-7)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Vamcruz I Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamcruz I Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz I Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 2023.

Mazars Auditores Independentes

"As demonstrações financeiras completas da **Vamcruz I Participações S.A.** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/."

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio - CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ANÚNCIO

A Diretoria da **AGROSTAHL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO** anuncia que as Demonstrações Financeiras do ano de 2022 e eventual Relatório da Administração se encontram à disposição dos acionistas na sede da empresa Localizada na Rodovia Raposo Tavares KM 67.

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecer à AGO que se realizará na sede da Companhia, em SP/SP, na Av. Alfredo Egidio de Souza Aranha, 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, no dia 28/04/23, 9hs, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/22; e **(ii)** deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/22. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 27/04/23, até às 18hs. (b) A documentação relativa aos itens da ordem do dia, tais como o relatório da administração sobre os negócios sociais, os principais fatos administrativos do exercício findo e a cópia das demonstrações financeiras, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, conforme disposto no art. 133, caput da Lei nº 6.404/76. SP/SP, 30/03/23. Luis Humberto Diaz Jouanen, Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04/2023)

Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.314/0001-14 - NIRE 35.300.389.379 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São José dos Campos, 29 de março de 2023.

Marcelo Vieira Werneck

Diretor de Relações com Investidores

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**1005850-20.1997.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ronnie Herbert Barros Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAIRA, CNPJ 54.199.013/0001-60, nos autos do Cumprimento de Sentença, apresentado por ESPÓLIO DE PETER JOSEF HOFFMANN0, que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) respectiva(s) INTIMAÇÃO(ÕES), por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir após o prazo deste edital, efetue(m) o pagamento do débito atualizado da quantia de R$ 2.880.709,34 (fev//2023), acrescido de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, e também honorários advocatícios. Ciente(s), ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o(a)(s) executado(a) (s), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente(m), nos próprios autos, a(s) respectiva(s) impugnação(ões). Não sendo a(s) impugnação (ões) apresentada(s), em prol do(a)(s) executado(a)(s) será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2023. |30,31|

CAPTALYS GESTÃO LTDA - CNPJ/ME nº 13.703.306/0001-56 - NIRE 35.225.436.522

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo, 10.03.2023. À **Captalys Gestão Ltda. Ref.:** Renúncia ao cargo de Membro da Diretoria. Eu, **Douglas Shibayama**, brasileiro, solteiro, administrador, (RG) nº 0025668109 SSP/SP, (CPF/ME) nº 287.502.788-35, com endereço comercial em São Paulo/SP, venho por meio desta, nos termos do artigo 151 da Lei nº 6.404/76, formalizar minha **Renúncia**, com efeitos a partir da presente data, ao cargo de Diretor da **Captalys Gestão Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, (CNPJ/ME) nº13.703.306/0001-56, (JUCESP) NIRE 35.225.436.522, eleito na 24ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Companhia, realizada em 19.01.2021, registrada na JUCESP nº 0.107.297/21-8, em 15.02.2021, outorgando à Companhia a mais ampla, total, rasa e irrevogável quitação, para nada exigir, a qualquer título ou a qualquer tempo. **Duglas Shibayama -** Margot Alyse Greenman e André de Pina dos Santos, Diretores. JUCESP nº 112.575/23-7 em 20.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente do **Sindicato dos Psicanalistas do Estado de São Paulo - SINPESP**, no uso de suas atribuições legais, convoca os(as) Srs.(as) Diretores(as) e filiados(as), para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14/04/2023, na Rua Humberto I, nº 501 – Vila Mariana, São Paulo / SP, sendo a primeira chamada das 19:00h e a segunda chamada as 19:30h, quando terá início a reunião, com qualquer número de presentes. A mesma será para apreciar **as seguintes pautas:** - Apreciação e votação do relatório anual de 2022; - Prestação de contas; - Balanço e balancete do ano de 2022. São Paulo, 01 de abril de 2023. Araceli Albino – Presidente.

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27

Sede: Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277 - 3º Andar - Jardim Santo Elias - Pirituba - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA NEXT TECNOLOGIA E SERVIÇOS DIGITAIS S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial do Next demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) Na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico (www.jornalodiasp.com.br)

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2022	2021
Circulante	**100.244**	**125.804**
- Caixa e Equivalentes de Caixa	17.940	46.800
- Contas a Receber	324	60.347
- Outros Créditos	81.980	18.657
Não Circulante	**1.340.010**	**948.561**
- Créditos Tributários	273.151	110.614
- Investimento	455.219	398.650
- Imobilizado	23.474	20.508
- Intangível	588.166	418.789
Total do Ativo	**1.440.254**	**1.074.365**

Passivo	2022	2021
Circulante	**136.042**	**186.254**
Contas a Pagar	**44.097**	**112.773**
Outras Obrigações	**91.945**	**73.481**
- Obrigações Trabalhistas	72.132	62.106
- Impostos e Obrigações a Recolher	19.813	11.375
Não Circulante	**7.793**	**7.361**
Contas a Pagar	**6.420**	**7.090**
Outras Obrigações	**1.373**	**271**
- Provisões para Contingências Trabalhistas	1.373	271
Total Passivo	**143.835**	**193.615**
Patrimônio Líquido		
- Capital Social	1.700.329	1.024.329
- Prejuízos Acumulados	(403.678)	(143.058)
- Ajuste de Avaliação Patrimonial	(232)	(521)
Total Patrimônio Líquido	**1.296.419**	**880.750**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.440.254**	**1.074.365**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2022	2021
Receitas/(Despesas) Operacionais	**689.171**	**525.988**
- Receitas de Prestação de Serviços	789.077	601.093
- Impostos e Contribuições sobre Serviços	(99.906)	(75.105)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(1.126.481)**	**(790.035)**
- Despesas Administrativas	(804.406)	(607.522)
- Despesas com Pessoal	(374.650)	(231.911)
- Resultado da Equivalência Patrimonial	56.820	51.016
- Despesas Tributárias	(3.797)	(1.615)
- Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(448)	(3)
Resultado Financeiro	**14.152**	**9.141**
- Resultado Financeiro Líquido	14.152	9.141
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro	**(423.158)**	**(254.906)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	162.538	103.997
Prejuízo do Período	**(260.620)**	**(150.909)**
Número de Ações	33.177.707	1.835.325.862
Lucro Líquido (Prejuízo) por ações em R$	(7,86)	(0,08)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2022	2021
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**(448.379)**	**(123.081)**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**(257.372)**	**(577.610)**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**676.891**	**346.613**
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(28.860)**	**(354.078)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	46.800	400.878
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	17.940	46.800
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(28.860)**	**(354.078)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Estatutária	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**675.096**	**396**	**7.455**	**-**	**-**	**682.947**
Aumento de Capital Social	349.233	-	-	-	-	349.233
Prejuízo Líquido	-	-	-	(150.909)	-	(150.909)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(521)	(521)
Destinações: - Reservas	-	(396)	(7.455)	7.851	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.024.329**	**-**	**-**	**(143.058)**	**(521)**	**880.750**
Aumento de Capital Social	676.000	-	-	-	-	676.000
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	(260.620)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	289	289
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.700.329**	**-**	**-**	**(403.678)**	**(232)**	**1.296.419**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2022	2021
Lucro/Prejuízo do Exercício	**(260.620)**	**(150.909)**
Outros Resultados Abrangentes	**289**	**(521)**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	289	(521)
Total do Resultado Abrangente	**(260.331)**	**(151.430)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., é uma Sociedade fechada que desenvolve atividades não financeiras, tais como: (a) intermediar e promover serviços relacionados ao mercado financeiro; (b) explorar atividades de correspondente bancário de instituições financeiras; (c) distribuir outros produtos e serviços financeiros admitidos pela legislação vigente; (d) prestar serviços de consultoria e assessoria em operações e na aquisição de produtos e serviços financeiros; (e) prover serviços de tecnologia da informação para melhorar a experiência do consumidor de serviços e produtos financeiros; e (f) ofertar e gerir programas de benefícios, fidelidade e pontos.

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2023.

A Sociedade está domiciliada na Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277, 3º Andar, Pirituba, São Paulo.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo, exceto quando indicado pontualmente algum elemento patrimonial mensurado pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2022	2021
Aplicação em CDB Fácil Bradesco(1)	17.940	46.800
Total do caixa e equivalentes de caixa	**17.940**	**46.800**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários e com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro 2022	2021
Intermediação de recargas	324	-
Core Next	-	48.068
Correspondente no País	-	12.279
Total do caixa e equivalentes de caixa	**324**	**60.347**

6) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro 2022	2021
Despesa antecipada	69.872	12.373
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	11.084	4.451
Adiantamento a funcionários	472	751
Dividendos a receber	540	1.079
Adiantamento a fornecedores	10	3
Outros	2	-
Total	**81.980**	**18.657**

7) INVESTIMENTOS

Em 2022, o Capital Social da Sociedade foi aumentado mediante a conferência de 2.632.579 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Composição do Investimento

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas	Participação no capital social %	Resultado ajustado	Resultado de equivalência patrimonial 2022	2021
ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	210.000	455.219	2.632.579	100,00%	56.820	455.219	398.650
Total					**56.820**	**455.219**	**398.650**

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade recebeu como integralização de capital 80% da participação no patrimônio líquido da empresa ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., empresa com sede em Osasco, estado de São Paulo, que tem por objeto desenvolver atividades de intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. Para esta movimentação societária foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, avaliado pelo seu valor patrimonial.

Em 30 de novembro de 2021 recebeu nova integralização de capital relativo a 20% da participação no patrimônio líquido da empresa ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. Para esta movimentação societária foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, avaliado pelo seu valor patrimonial.

8) INTANGÍVEL

Composição dos ativos intangíveis

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação 2022	2021
Licenças de uso	20%	97.663	(34.674)	**62.989**	**56.320**
Sistema de processamento de dados	10% e 20%	675.855	(150.710)	**525.145**	**362.262**
Direito de exploração da folha de pagamento	Pelo prazo do contrato	364	(332)	**32**	**207**
Total em 31 de dezembro de 2022		**773.882**	**(185.716)**	**588.166**	
Total em 31 de dezembro de 2021		**525.820**	**(107.031)**		**418.789**

9) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro 2022	2021
Serviços especializados	35.744	71.334
Arrendamento	10.775	9.377
Processamento	1.387	17.106
Marketing	817	13.674
Administrativo	728	6.343
Consultorias	702	1.574
Diversos	364	455
Total de contas a pagar	**50.517**	**119.863**

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes trabalhistas

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro 2022	2021
No início do período	271	-
Constituições líquidas de reversões e baixas	1.102	271
No final do período	**1.373**	**271**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição do capital social em cotas

O capital social no montante de R$ 1.700.329 mil (2021 - R$ 1.024.329 mil) está totalmente subscrito e integralizado. É composto por 33.177.707 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal (2021 - 1.835.325.862).

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido ajustado, conforme definido no estatuto da Sociedade. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Sociedade.

	Em 31 de dezembro 2022	2021
Ordinárias	33.177.707	1.835.325.862
Total	**33.177.707**	**1.835.325.862**

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de junho de 2021, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R$ 271.575 mil, elevando-o de R$ 675.096 mil para R$ 946.671 mil, com a emissão de 497.204.342 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal. Esse aumento de capital foi integralizado mediante a conferência de investimento, por 2.106.063 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., representando 80% de participação direta no investimento.

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2021, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R$ 77.657 mil, elevando-o de R$ 946.671 mil para R$ 1.024.329 mil, com a emissão de 151.557.161 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal. Esse aumento de capital foi integralizado mediante a conferência de investimento, em ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., representando os demais 20% de participação direta e totalizando 100% de participação no investimento.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas no exercício de 2022, foram aprovados aumentos de capital social no total de R$ 676.000 mil, elevando-o de R$ 1.024.329 mil para R$ 1.700.329 mil, resultando no total de 33.177.707 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas.

12) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Receitas com processamento de dados	631.729	520.383
Receitas com correspondentes bancários no País	155.981	80.710
Receitas com Intermediação de transações	1.367	-
Total	**789.077**	**601.093**

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Contribuição à COFINS	(59.970)	(45.683)
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(26.916)	(19.504)
Contribuição ao PIS	(13.020)	(9.918)
Outros impostos	(3.797)	(1.615)
Total	**(103.703)**	**(76.720)**

14) DESPESAS COM PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Proventos	(223.190)	(138.174)
Encargos sociais	(67.387)	(44.004)
Benefícios	(66.674)	(37.477)
Outros	(17.399)	(12.256)
Total	**(374.650)**	**(231.911)**

15) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Propaganda e publicidade	(356.224)	(300.852)
Processamento de dados e licenças de uso	(185.447)	(53.456)
Serviços técnicos especializados	(162.933)	(174.414)
Depreciação e amortização	(85.501)	(78.192)
Comunicação	(13.244)	(7.366)
Outros	(1.057)	6.758
Total	**(804.406)**	**(607.522)**

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não há processos judiciais de natureza cível e fiscal com saída de recursos provável ou possível a serem evidenciados nestas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021; e

b) A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Humberto Lucas Pereira da Cruz
Contador - CRC 1SP325329/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: (www.jornalodiasp.com.br).

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29 de março de 2023, sem modificações.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 14.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 18 de junho de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 19 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 30 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização - Roberto Saka -** Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 01 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 19 de abril de 2023, às 14h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 30 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka. Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **SINDICATO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS FERROVIÁRIOS E DEMAIS CATEGORIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SINDAPFER**, (CNPJ: 01.534.371/0001-16)através de sua Diretoria, nos termos do Estatuto, **CONVOCA** todos os seus associadospara participarem da **Assembleia Geral, que será realizada no dia 12 de abril de 2023 (12/02/2023), às 10,00 horas** (em primeira convocação), ou **11,00 horas** (em segunda convocação, nos termos estatutários),em sua sede social localizada na Av. Cásper Líbero, nº 522, 2º Andar, São Paulo-SP, em conformidade com os artigos: 10º, 11º e 40º do Estatuto, , com a seguinte Ordem do Dia:**1)-**Prestação de contas referente ao exercício de 2022; **2)-** Previsão Orçamentária referente ao exercício do ano de 2023. - São Paulo, 29 de março de 2023. - A DIRETORIA - LEONOR GUATROCHI DE LUNA - PRESIDENTE

Intimação. Prazo 20 dias. Proc. **0046773-31.2022.8.26.0100**. O Dr. Miguel Ferrari Junior, Juiz de Direito da 43ª Vara Cível Central/SP, Faz saber a Federação Nacional Das Entidades Sociais e Comunitárias - Matriz, CNPJ 06.121.184/0001- 24 e Federação Nacional das Entidades Sociais e Comunitarias - Filial, CNPJ 06.121.184/0002-05, que Totvs S/A requereu o cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$317.465,88 (outubro/2022). Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 13 de dezembro de 2022. |30,31|

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0051655-70.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a(o) VEFER ASSIS COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI, CNPJ 21.720.555/0001-88,** na pessoa de seu representante legal, que a Ação de Procedimento Comum, requerida pelo Banco Santander (Brasil) S.A., foi julgada procedente, condenando a ré ao pagamento de R$ 226.138,52 (nov/2021), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando a executada em lugar ignorado, expediu-se o presente, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do C.P.C.). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executada, independente de penhora ou nova intimação, ofereça suas impugnações (art. 525 do C.P.C.) Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** São Paulo, 23 de março de 2023. B - 30 e 31

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1013835-03.2021.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Itaú Unibanco S.A. Requerido: La Mansion Pizzaria e Eventos Eireli. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013835-03.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Eurico Leonel Peixoto Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LA MANSION PIZZARIA E EVENTOS EIRELI, CNPJ 27876736000184, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de Itaú Unibanco S.A., alegando em síntese que aos 06/07/2020, as partes celebraram o contrato SOB MEDIDA AVAL DEVSOL - EM ATRASO sob o nº 884080464370, para pagamento no valor total de R$ 117.689,34 em 59 parcelas mensais e consecutivas de R$ 4.045,30. Todavia, a ré encontra-se em mora pelo valor total, líquido e certo, de R$ 138.809,55 atualizado até 24/02/2021. Dessa forma, pleiteou a condenação da ré ao pagamento do valor devido, além dos ônus sucumbenciais. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de quinze dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2023. 30 e 31 / 03 / 23.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1125984-46.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIO DE SOUZA PIMENTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Priority One Rebeneficiamento de Cereais Ltda-Me, CNPJ 05.945.355/0001-77, na pessoa de seu representante legal e a Solange Maria de Oliveira Barros, CPF 096.076.398-80, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou uma Ação de Execução de Título Extrajudicial, tendo como corréu Carlos Abel de Barros, para cobrança de R$ 157.356,47 (nov/2015), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 200200000160300170. Estando as executadas em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o ?quantum? reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para oferecerem embargos, facultando as executadas nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requererem o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B - 29 e 30

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza, 1º Andar, Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O relatório da administração e as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da ShopFácil demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: (www.jornalodiasp.com.br).

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2022	2021
Circulante	**417.390**	**389.072**
- Caixa e Equivalentes de Caixa	400.126	375.441
- Contas a Receber	16.036	12.603
- Outros Créditos	1.228	1.028
Não Circulante	**59.485**	**48.606**
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	47.552	41.459
- Outros Créditos	2.918	1.770
- Imobilizado	54	74
- Intangível	8.961	5.303
Total do Ativo	**476.875**	**437.678**

Passivo	2022	2021
Circulante	**21.531**	**38.846**
Contas a Pagar	**11.899**	**3.879**
Outras Obrigações	**9.632**	**34.967**
- Obrigações Trabalhistas	384	376
- Impostos e Obrigações a Recolher	8.708	33.512
- Sociais e Estatutárias	540	1.079
Não Circulante	**126**	**183**
Outras Obrigações	**126**	**183**
- Provisões para Contingências Cíveis	65	122
- Outras Provisões	61	61
Total Passivo	**21.657**	**39.029**
Patrimônio Líquido		
- Capital Social	210.000	145.000
- Reservas de Lucros	245.450	254.170
- Ajuste de Avaliação Patrimonial	(232)	(521)
Total Patrimônio Líquido	**455.218**	**398.649**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**476.875**	**437.678**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2022	2021
Receitas/(Despesas) Operacionais	**91.932**	**187.296**
- Receitas de Prestação de Serviços	103.594	214.691
- Impostos e Contribuições sobre Serviços	(11.662)	(27.395)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(54.842)**	**(32.616)**
- Despesas Administrativas	(51.754)	(32.715)
- Despesas com Pessoal	(3.054)	(2.631)
- Despesas Tributárias	(10)	(266)
- Outras Receitas e Despesas Operacionais	(24)	2.996
Resultado Financeiro	**48.395**	**15.845**
- Resultado Financeiro Líquido	48.395	15.845
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**85.485**	**170.525**
- Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.665)	(56.985)
Lucro Líquido do Período	**56.820**	**113.540**
Número de ações	2.632.579	2.632.579
Lucro líquido por ações em R$	21,58	43,13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**31.710**	**106.882**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**(5.946)**	**(2.933)**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(1.079)**	**(1.609)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**24.685**	**102.340**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	375.441	273.101
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	400.126	375.441
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**24.685**	**102.340**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**60.922**	**14.042**	**211.745**	**(139)**	**-**	**286.570**
Aumento de Capital Social	84.078	(1.900)	(82.178)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	113.540	113.540
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(382)	-	(382)
Destinações: - Reservas	-	5.677	106.784	-	(112.461)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.079)	(1.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**145.000**	**17.819**	**236.351**	**(521)**	**-**	**398.649**
Aumento de Capital Social	65.000	-	(65.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	56.820	56.820
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	289	-	289
Destinações: - Reservas	-	2.841	53.439	-	(56.280)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(540)	(540)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**210.000**	**20.660**	**224.790**	**(232)**	**-**	**455.218**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2022	2021
Lucro/Prejuízo do Exercício	**56.820**	**113.540**
Outros Resultados Abrangentes	**289**	**(382)**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	289	(382)
Total do Resultado Abrangente	**57.109**	**113.158**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Companhia está domiciliada no núcleo Cidade de Deus S/N, prédio cinza, 1º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2023.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional (1)	58	1
Total de disponibilidades (caixa)	**58**	**1**
Certificados em Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco (2)	400.068	375.440
Total de caixa e equivalentes de caixa	**400.126**	**375.441**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

5) VALORES A RECEBER

a) Contas a receber

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços prestados a receber - intermediações de pagamentos	16.133	12.895
Perda esperada	(97)	(292)
Total	**16.036**	**12.603**

b) Contas a receber por prazo

	Em 31 de dezembro					
	2021	2022	A vencer em 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 91 dias
Intermediações nos pagamentos	12.895	16.133	15.869	26	59	180
Total de serviços prestados	**12.895**	**16.133**	**15.869**	**26**	**59**	**180**
Perda esperada	(292)	(97)	(26)	(1)	(2)	(69)
Total líquido a receber	**12.603**	**16.036**	**15.843**	**25**	**57**	**111**

6) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Em 31 de dezembro			
Títulos	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a a mercado
Letras Financeiras - LF	47.552	47.552	47.904	(352)
Total em 2022	**47.552**	**47.552**	**47.904**	**(352)**
Total em 2021	**41.459**	**41.459**	**42.248**	**(789)**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotação de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços especializados, manutenção e mídia (1)	9.217	3.702
Provisão de incentivo de *marketing* (2)	176	177
Credores diversos (3)	2.506	-
Total	**11.899**	**3.879**

(1) Referem-se a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o *marketing* da empresa;

(2) Refere-se a recurso obtido da Bandeira para utilização em campanha promocional; e

(3) Refere-se basicamente a valores de créditos bancários não identificados registrados em dezembro de 2022, identificados e classificados em janeiro de 2023, no montante de R$ 2.506.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias	2.632.579	2.632.579
Total	**2.632.579**	**2.632.579**

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 22 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 65.000, elevando-o de R$ 145.000, para R$ 210.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucro

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Reservas de lucros	**245.450**	**254.170**
- Reserva legal (1)	20.660	17.820
- Reserva estatutária (2)	224.790	236.350

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos, (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2022	% (1)	2021	% (1)
Lucro líquido do exercício	56.820		113.540	
Reserva legal	(2.841)		(5.677)	
Base de cálculo	**53.979**		**107.863**	
Dividendos mínimos obrigatórios	**540**	**1**	**1.079**	**1**

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Intermediação de meios de pagamentos	84.862	204.427
Intermediação de vendas - aplicativo	12.852	793
Intermediação de vendas	5.880	9.471
Total	**103.594**	**214.691**

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Publicidade e propaganda	34.846	21.162
Assessoria técnica em processamento de dados	8.205	4.976
Serviços de terceiros	2.693	2.238
Depreciações e amortizações	2.307	1.039
Serviços especializados	1.460	1.705
Outras despesas	2.243	1.595
Total	**51.754**	**32.715**

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Nos exercícios 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

12) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Humberto Lucas Pereira da Cruz
Contador - CRC 1SP325329/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: jornal "Jornal O DIA SP" (www.jornalodiasp.com.br).

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 29 de março de 2023, sem modificações.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

CNPJ: 02.643.896/0001-52

Demonstrações Contábeis períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: A administração da Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. divulga o relatório da administração e as informações contábeis com o relatório dos auditores independentes, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022. As informações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP) e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O relatório deve ser lido em conjunto com as informações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. A Companhia está registrada na CVM como companhia aberta, desde 14 de setembro de 1999 e desde 01 de janeiro de 2010 está como categoria B. A Real Ativos Imobiliários Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 17.261.861/0001-26), empresa do grupo WTorre, controlada pela WTorre S.A. é a controladora e detentora das 59.406 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal da Companhia. *Direitos Creditórios e Certificados de Recebíveis Imobiliários* Os direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários são indexados pelo IGPM. Nos vencimentos contratuais, cuja variação acumulada em 2022 foi de 5,45% (17,78% em dezembro de 2021), foram recebidos os direitos creditórios da Volkswagen do Brasil Ltda e liquidadas as parcelas dos certificados de recebíveis imobiliários. *Recursos Humanos* A companhia não tem funcionários e, consequentemente, não apresenta gastos e encargos nessa rubrica. A administração da companhia é exercida pela diretoria eleita e dentro da Lei e Estatuto Social e, conforme AGO realizada em 08 de abril de 2022, não receberão remuneração. *Pesquisas e desenvolvimento* A companhia não realizou e não tem novos planos de investimentos para 2022. *Resultados Líquidos* Os valores dos dividendos são apurados após o encerramento do exercício e obedecem às determinações contidas na Lei 6.404/76 e em conformidade com o artigo 31 do seu estatuto, ou seja, dos resultados apurados, são deduzidos os prejuízos acumulados e distribuídos: o saldo, se houver, após as destinações supra, terá o destino dado pela Assembleia Geral. *Desempenho* No período findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro auferido foi de R$ 3.700 (R$ 5.677, em 31 de dezembro de 2021). As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. *Conselho de administração:* Está composto a partir de 01 de julho de 2022 por: Paulo Eduardo Moreira Torre, Renato Muscari Lobo e Silvia Maria Moreira Torre, todos com mandatos vigentes até 30 de junho de 2024. *Diretoria Administrativa:* Está composta a partir de 23 de junho de 2022 por: Renato Muscari Lobo e Rodrigo Goes Pinheiro de Carvalho Klaus, ambos com mandatos vigentes até 23 de junho de 2024. *Auditores independentes* De acordo com a Instrução CVM n. 381, de 14 de janeiro de 2003, a administração não contratou outros serviços com a empresa de auditoria externa TBRT Auditores Independentes, a qual é responsável pelo exame das informações da Companhia. A política da companhia, quanto a não contratação de serviços não relacionados à auditoria, está embasada em princípios que preservam a independência do auditor. *Declaração da Diretoria* Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações contábeis relativas a 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 29 de março de 2023.

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**93.410**	**83.868**
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.061	2.508
Direitos creditórios	5	90.337	81.354
Créditos fiscais e outros ativos	6	12	6
Não circulante		**26.222**	**95.945**
Direitos creditórios	5	26.222	95.945
Total do ativo		**119.632**	**179.813**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante		**89.311**	**79.350**
Certificados de recebíveis imobiliários	7	83.402	75.097
Obrigações fiscais e outros	8	738	1.008
Dividendos a pagar	10/14	5.171	3.245
Não circulante		**26.550**	**94.715**
Certificados de recebíveis imobiliários	7	20.311	89.279
Outros passivos	9	6.239	5.436
Patrimônio líquido		**3.771**	**5.748**
Capital social	10	59	59
Reserva Legal		12	12
Dividendos adicionais propostos		3.700	5.677
Total do passivo e do patrimônio líquido		**119.632**	**179.813**

Demonstrações do resultado

	Nota	2022	2021
(Despesas)/receitas operacionais			
Administrativas	11	(335)	(318)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(37)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(335)**	**(355)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	31.160	59.257
Despesas financeiras	12	(25.255)	(50.337)
		5.905	**8.920**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**5.570**	**8.565**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	8.a	(1.870)	(2.888)
Lucro líquido do período		**3.700**	**5.677**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do período	**3.700**	**5.677**
Total do resultado abrangente do período	**3.700**	**5.677**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Reservas legal	Reserva de lucros: Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Saldo total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**59**	**12**	**3.742**	**-**	**3.813**
Dividendos distribuídos - AGO 30.04.2021 Jucesp 11.06.2021	-	-	(3.742)	-	(3.742)
Lucro líquido do período	-	-		5.677	5.677
Dividendos adicionais propostos	-	-	5.677	(5.677)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**59**	**12**	**5.677**	**-**	**5.748**
Dividendos distribuídos - AGOE 08.04.2022 Jucesp 21.06.2022	-	-	(5.677)	-	(5.677)
Lucro líquido do período	-	-	-	3.700	3.702
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.700	(3.700)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**59**	**12**	**3.700**	**-**	**3.771**

Demonstrações dos fluxos de caixa-Método Indireto

	2022	2021
,Lucro líquido do período	**3.700**	**5.677**
Ajustes por:		
Juros e Variação monetária sobre passivo financeiro	24.292	49.988
Juros e Variação monetária sobre ativo	(31.297)	(59.660)
Juros e Variação monetária sobre outros passivos	803	153
Apropriação de pagamentos operacionais	35	73
Resultado após ajustes	**(2.467)**	**(3.769)**
Aumentos/(diminuições) nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
(Aumentos)/Reduções - Direitos Creditórios	92.037	81.486
(Aumentos)/Reduções - Créditos fiscais e outros ativos	(6)	8
Passivos		
Aumentos/(Reduções) - Obrigações Fiscais e outros	(270)	5.772
Aumentos/(Reduções) - Dividendos a pagar/Partes Relacionadas	(3.751)	(7.282)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**85.543**	**76.215**
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		
Liquidações de certificados de recebíveis imobiliários	(73.086)	(60.867)
Juros Pagos de certificados de recebíveis imobiliários	(11.904)	(14.380)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	**(84.990)**	**(75.247)**
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**553**	**968**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.508	1.540
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.061	2.508
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**553**	**968**

Demostração do Valor Adicionado

	2022	2021
Insumos adquiridos de terceiros		
,Serviços prestados terceiros	(196)	(167)
Despesas com emissão de títulos	(36)	(73)
Comissões e despesas bancárias	(150)	(193)
Outras despesas operacionais	(64)	(91)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(446)**	**(524)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre aplicações financeiras e outros	198	49
Remuneração sobre direitos creditórios e outros	30.962	59.660
Valor adicionado total a distribuir	**30.714**	**59.185**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	1.909	3.366
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	25.105	50.142
Lucro líquido do período	3.700	5.677
Valor adicionado distribuído	**30.714**	**59.185**

Notas explicativas da Administração às informações contábeis - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. (“Companhia”) domiciliada em São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.705, 1º subsolo, Água Branca, CEP 05001-200. Tem como objeto social: **a)** Securitização dos créditos imobiliários oriundos ou relacionados ao Contrato de Comodato Modal (“Contrato de Comodato”) firmado em 22 de maio de 1998, com a Volkswagen do Brasil Ltda.; **b)** Emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, debêntures ou quaisquer outros títulos de crédito ou valores mobiliários lastreados nos créditos imobiliários e; **c)** Realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização de créditos imobiliários. **2 Base para elaboração e apresentação das informações contábeis:** As informações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. As informações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas informações contábeis. **a. Base de mensuração:** As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional, para a preparação e a apresentação das informações contábeis da Companhia, é o Real, apresentadas em Reais mil e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações contábeis de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, consequentemente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas, bem como as provisões, são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período e serão revisadas em quaisquer períodos futuros afetados. **3 Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis aplicadas estão consistentes a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis. **a. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem principalmente os juros e variações monetárias sobre os direitos creditórios, sendo reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras correspondem a juros e variações monetárias incidentes sobre os certificados de recebíveis imobiliários (CRI’s). **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Nessa rubrica incluímos: saldo em espécie, conta corrente bancária e aplicações financeiras resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **c. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, direitos creditórios e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, certificados de recebíveis imobiliários e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia possui são os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros que incluem os instrumentos de dívida e contas a pagar são avaliados ao custo amortizado. **c.1 Ativos financeiros não derivativos: i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação e seja designado, como tal, no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo, por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas nestes valores de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício. **ii. Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c.2 Passivos financeiros não derivativos - i. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **ii. Custo de transação:** Para possibilitar a colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários no mercado, foram incorridos gastos, que envolveram a contratação de uma instituição para coordenar o processo de divulgação e captação de recursos. Esses gastos estão registrados em conta redutora dos CRI (passivo circulante e não circulante) e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado, considerando-se a taxa interna de retorno da operação. **d. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, e são reconhecidos nas demonstrações do resultado, com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia juntamente com seus consultores jurídicos e assessores especialistas, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações fiscais com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. **e. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f. Passivos contingentes:** Um passivo contingente será reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que haverá saída de recursos financeiros da Companhia. No caso de uma possível obrigação, nenhuma provisão deverá ser reconhecida, cabendo somente a divulgação. Para uma obrigação, cuja possibilidade de saída de recursos financeiros da Companhia seja remota, não haverá reconhecimento de provisão no balanço patrimonial, assim como a divulgação não será exigida. **4 Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo está representado por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	1	809
Aplicações Financeiras	3.060	1.699
Saldo	**3.061**	**2.508**

5 Direitos creditórios

São formados pelo valor presente do fluxo dos direitos creditórios relativos aos recebíveis com a Volkswagen do Brasil Ltda., referente aos galpões localizados no Município de São José dos Pinhais – PR, a findar com último vencimento em maio de 2024. A taxa de desconto é de 12,50% ao ano e os juros são reconhecidos no resultado mensalmente. Os direitos são atualizados pelo IGP-M/FGV, conforme Prospecto da 2º Distribuição Pública de Certificados dos Recebíveis Imobiliários, página 189 parágrafo 8.2. A indenização anual, por eventual resíduo inflacionário verificado no período, é apurada mensalmente pelo índice contratual IGP-M (FGV) vencíveis anualmente. As liquidações, após vencimentos, incidirão juros moratórios de 1% ao mês e multa de 5% (Prospecto - página 194 e 197, parágrafo 8.4.1 e 8.9). O saldo dos recebíveis em 31 de dezembro de 2022 totalizam R$ 116.559 (R$ 177.299 em dezembro de 2021). Os saldos lastreiam 1 ano e 5 meses remanescentes da 2ºemissão dos CRI’s.

Descrição			31/12/2022			31/12/2021		
Credor	**Descrição**	**Vencimento do Contrato**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Volkswagen do Brasil	2º emissão	15/06/24	90.337	26.222	116.559	81.354	95.945	177.299
Total			**90.337**	**26.222**	**116.559**	**81.354**	**95.945**	**177.299**

As parcelas dos direitos creditórios têm o seguinte cronograma de recebimento:

Vencimento	2023	2024	Total
Circulante	90.337	-	**90.337**
Não circulante	-	26.222	**26.222**
Total	**90.337**	**26.222**	**116.559**

6 Créditos fiscais e outros ativos: O saldo está representado por:

Descrição	2022	2021
Outros créditos fiscais	12	6
Total	**12**	**6**

7 Certificados de recebíveis imobiliários – CRI’s - 2° Emissão: Em 3 de março de 2008, houve a 2º emissão, com a emissão de 90 (noventa) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) nominativos e escriturais, com subscrição pública e série única, perfazendo um total de R$101.922. A captação dos recursos ocorreu em 18 de abril de 2008. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão lastreados até o último vencimento, o qual será em 17 de junho de 2024, pelos direitos creditórios conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5. O saldo é corrigido anualmente e apropriado mensalmente na contabilidade a partir da data de emissão, pela variação percentual acumulada do IGP-M, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas e juros de 9,20% a.a., conforme Prospecto da 2º Distribuição Pública de Certificados Recebíveis Imobiliários, página 150 parágrafo 2.15. Os administradores da Companhia, não constituíram garantias para o CRI da 2ª Emissão, no entanto, conforme já exposto no prospecto a Emissora instituiu regime fiduciário sobre os Créditos que lastreiam a emissão. O agente fiduciário destes CRI’s é a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda. No quadro a seguir, resumimos os principais dados das emissões e cronograma de pagamentos dos CRI’s que juntamente com a leitura dos fluxos de recebimentos dos direitos creditórios (nota explicativa nº 5), demonstram que serão suficientes nas liquidações.

a) Quadro resumo da emissão:

Descrição	Emissão	Encargos Financeiros a.a.	Data de emissão	Próximo Vencimento	Último Vencimento	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total
Audi - PR	2°	9,2 % + IGPM	03/03/2008	18/10/2022	17/06/2024	83.420	20.315	103.735	75.124	89.311	164.435
Custo de Transação						(18)	(4)	(22)	(27)	(32)	(59)
Saldo						**83.402**	**20.311**	**103.713**	**75.097**	**89.279**	**164.376**

b) Cronograma de pagamentos

Ano	2023	2024	Custo de Transação	Total
Circulante	83.421	-	(19)	**83.402**
Não circulante	-	20.315	(4)	**20.311**
Total	**83.421**	**20.315**	**(23)**	**103.713**

8 Obrigações fiscais e outros

Descrição	2022	2021
IRPJ e CSLL sobre o lucro (a)	109	150
Pis e Cofins sobre receita financeira e outros	22	30
Antecipação de recebíveis	607	791
Fornecedores	-	37
Total	**738**	**1.008**

a) Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.570	8.565
Base fiscal IRPJ e CSLL	**5.570**	**8.565**
(-) Compensação de prejuízos fiscais / base negativa		
Base fiscal ajustada IRPJ e CSLL	**5.570**	**8.565**
Imposto de renda	**(1.369)**	**(2.117)**
Contribuição social s/lucro líquido	**(501)**	**(771)**
Impostos correntes	**(1.870)**	**(2.888)**

9 Outros passivos: Em 27 de setembro de 2021, a Companhia emitiu a nota promissória nº 001 à empresa PMG Investimentos Ltda. pelo valor de R$ 5.282, com vencimento em 31 de maio de 2024, data prevista para recebimento da última parcela do Direito Creditório. Sobre essa transação incidirão juros remuneratórios equivalentes a 8,5% a.a. e atualização mensal pela variação do IGPM, tendo como garantia a alienação das ações que a empresa Real Ativos possui da Companhia.

Credor	Encargos Financeiros a.a.	Data de emissão	Data de Vencimento	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total
PMG Investimentos Ltda.	8,5 % + IGPM	27/09/2021	31/05/2024	-	6.239	6.239	-	5.436	5.436
Saldo				-	**6.239**	**6.239**	-	**5.436**	**5.436**

10 Patrimônio Líquido: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 59 e está representado por 59.406 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal e que, atualmente, são integralmente detidas pela Real Ativos Imobiliários e Participações Ltda.

Acionista	Participação	Qtde. de ações em unidades
Real Ativos Imobiliários Participações Ltda	100,00%	59.406
		59.406

Dividendos: Em 2021, a Companhia possuía saldo de R$ 3.245 a pagar em relação aos dividendos distribuídos. Em 21 de junho de 2022 foi registrada a ata de Assembleia Geral Ordinária, onde foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 5.677 referente ao lucro líquido da Companhia apurado no exercício de 2021. Até 30 de dezembro de 2022, ocorreram liquidações no montante de R$ 3.750, restando assim o saldo de R$ 5.171 a pagar em relação aos dividendos distribuídos. Quadro resumo das movimentações dos dividendos distribuídos:

Movimentação	Distribuídos	Pagamentos	Saldos a pagar
Exercício 2020	3.742	3.742	-
Exercício 2021	5.677	506	5.171
Total	**9.419**	**4.248**	**5.171**

11 Despesas administrativas: As despesas administrativas estão representadas por:

Descrição	2022 Tri-mestre	2022 Acu-mulado	2021 Tri-mestre	2021 Acu-mulado
Despesas com amortização dos custos de transação	(2)	(36)	(9)	(73)
Publicações legais e outras	-	(64)	-	(55)
Serviços prestados terceiros	(84)	(196)	(30)	(166)
Outros impostos e taxas	-	(39)	-	(24)
Total	**(86)**	**(335)**	**(39)**	**(318)**

12 Resultado financeiro: Os resultados financeiros líquidos estão representados por:

	2022 Tri-mestre	2022 Acu-mulado	2021 Tri-mestre	2021 Acu-mulado
Receitas Financeiras				
Juros s/ direitos creditórios	513	2.480	800	3.572
Variação monetária s/ direitos creditórios	1.550	28.817	6.873	56.088
Outras	(3)	(137)	(65)	(403)
Total Receitas Financeiras	**2.060**	**31.160**	**7.608**	**59.257**
Despesas Financeiras				
Juros s/ certificados de recebíveis imobiliários	(801)	(4.005)	(1.313)	(5.926)
Variação monetária s/ certificados de recebíveis imobiliários	(81)	(20.287)	(4.315)	(44.062)
Outras	(52)	(963)	(213)	(349)
Total Despesas Financeiras	**(934)**	**(25.255)**	**(5.841)**	**(50.337)**
Resultado Financeiro Líquido	**1.126**	**5.905**	**1.767**	**8.920**

13 Instrumentos financeiros - a. Gerenciamento de riscos: A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real. **i. Risco de mercado:** relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. Os indexadores condicionados nos instrumentos de arrendamento são semelhantes aos utilizados nas operações estruturadas de emissão de CRI; **ii. Risco de crédito:** considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com os arrendatários, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar o risco, a Companhia celebra instrumentos de arrendamentos com empresas de grande porte, além de serem submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas; **iii. Risco de liquidez:** considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos; **iv. Pré-pagamentos:** o risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **b. Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, os administradores confirmam que a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas informações contábeis. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRI’s - Certificados de Recebíveis Imobiliários e pelos Direitos Creditórios tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Companhia. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicam igualmente em efeitos compensáveis para a Companhia. **c. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas informações contábeis em 31 de dezembro de 2022, assim como, não realizou operações com derivativos financeiros. O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial reflete, conforme avaliação da administração, a melhor estimativa de valor de mercado, pois cada instrumento contém variáveis de juros, riscos de mercado e de crédito, que na inexistência de um mercado ativo, não permitem que estes valores sejam recompostos com premissas diferentes daquelas em que as operações foram originalmente pactuadas. **i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Estão classificadas neste grupo as operações de caixa e equivalentes de caixa, os quais incluem as aplicações financeiras mantidas para administração do caixa corrente da Companhia. Os valores contabilizados estão registrados pelo seu valor justo, os quais são equivalentes ao custo atualizado e aproximam-se dos valores esperados de realização. **ii. Empréstimos e recebíveis:** Os demais ativos financeiros incluem, contratos de mútuos e demais recebíveis, os quais estão classificados como empréstimos e recebíveis. **iii. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Empréstimos e financiamentos, instrumentos de dívida e outras obrigações a pagar estão classificados e registrados ao custo amortizado. **14 Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía, de transações com partes relacionadas, dividendos a pagar no valor de R$ 5.171. A Companhia não possui plano de opção de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, às empresas sob seu controle. **15 Outras Informações - a. Demandas judiciais:** A Companhia não possui qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, conforme seus assessores jurídicos, não há contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável - passível de provisão, ou perda possível – passível de divulgação. **b. Seguros:** O contrato de comodato modal junto à Volkswagen do Brasil, por meio de cláusulas contratuais especificadas, obriga a Volkswagen a contratar seguro do imóvel e outros lucros cessantes. A renovação do seguro encontra-se em negociação com a empresa Zurich Minas Brasil Seguros S/A, conforme a apólice 01969190101, que corresponde ao período de vigência de 31/12/2021 até 31/12/2022. A Administração da Companhia julgou que as importâncias seguradas e os prazos de vigência que estão sendo negociados são suficientes para cobrir possíveis sinistros. A escolha dos riscos, respectivas coberturas, suficiência da cobertura e verificação das apólices não fazem parte do escopo de revisão dos auditores externos. **16 Outras informações:** Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/n° 02/2020, em relação aos impactos causados pela pandemia COVID-19, até o presente momento, a Companhia não identificou nenhuma alteração operacional, ou econômico-financeiro em suas atividades. **17 Eventos subsequentes:** Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não ocorreram eventos subsequentes relevantes.

A Diretoria

Renato Muscari Lobo
Diretor de Relações com Investidores

Carolina Teixeira de Freitas Ohata
Contadora CRC 1 SP-257.066/O-1

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas **Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.** (Companhia), que compreendem os balanços patrimonial, orçamentário e financeiro em 31 de dezembro de 2022, as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, bem como as Correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento das receitas e despesas financeiras:** Detalhes a respeito dos critérios de cálculos utilizados nas atualizações dos Direitos Creditórios e Certificados de Recebíveis imobiliários CRIs, e respectivo reconhecimento das receitas e despesas financeiras oriundas dos referidos cálculos estão descritos nas notas explicativas nº 05 – Direitos Creditórios, nº 07 – Certificados de Recebimentos Imobiliários – CRIs e nº 12 Resultado Financeiro. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Devido à complexidade e relevância dos valores envolvidos, concentramos nossos trabalhos na leitura dos termos de securitização, na análise dos controles internos relacionados à operação e nos cálculos que originaram as receitas e despesas financeiras, atentando para os reflexos ocorridos Os cálculos dos Direitos Creditórios e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários CRIs são apurados e contabilizados mensalmente, levando em consideração os prazos, as taxas de juros e atualização monetária contratada. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • exames dos recebimentos e liquidações financeiras dos Direitos Creditórios e dos CRIs ocorridos no exercício de 2022, via extrato bancário, com o objetivo de validarmos as bases de cálculos ativa e passiva; • examinamos os dados contratuais de taxa de juros, índice de atualização e prazos de recebimentos e pagamentos, utilizados pela Companhia para os cálculos da ponta ativa (lastro da operação) e ponta passiva, com os respectivos contratos. • obtivemos confirmação do saldo ativo, através da resposta de circularização; • obtivemos confirmação do saldo passivo através de consulta ao site do agente fiduciário. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Outros Assuntos - Demonstrações contábeis e relatório dos auditores independentes do exercício anterior:** As demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativas, foram auditadas por outros auditores, sendo emitido um relatório sem modificação, datado de 08 de março de 2022. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.

TBRT Auditores Independentes S/S
CRC 2SP021239/O-9
Nivaldo Saburo Yamamoto
Contador CRC 1SP195282/O-9

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0003366-38.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Cinara Palhares, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Dae Hee Kim, CPF 213.038.188-09, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Supero Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 11.118,67 (dezembro/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2023.

Congresso mantém Caixa como gestora do Dpvat

A Caixa Econômica Federal permanecerá como gestora do fundo Dpvat, destinado a indenizar vítimas de acidentes de trânsito. O Senado aprovou na terça-feira (29) a Medida Provisória 1.149/2022 que autoriza o banco a gerenciar o fundo em 2023. O texto já havia sido aprovado na segunda-feira (27) pela Câmara dos Deputados. Agora, segue para a promulgação.

A Caixa já gerenciava o fundo, em substituição a Seguradora Líder, que administrou o seguro até 2020. No entanto, o banco assumiu a função por meio de um contrato, sem licitação, com a Superintendência dos Seguros Privados (Susep), o que vem sendo contestado na Justiça Federal.

A aprovação da MP legaliza a atuação da Caixa na gestão do fundo e na análise de pedidos de reparação e o pagamento. De acordo com o governo, a escolha pelo banco ocorre pelo porte, capilaridade e expertise em operações complexas de pagamento.

Pela MP, as indenizações continuarão a ser pagas em conta poupança digital, relativas às ocorrências entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023.

Criado em 1974, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, chamado Dpvat ou seguro obrigatório, é usado para custear tratamento médico ou para indenização por invalidez e morte de motoristas, pedestres e passageiros vítimas de acidentes de trânsito. Os recursos são provenientes do pagamento anual de seguro obrigatório feito pelos donos de veículos, junto com o licenciamento anual.

A cobrança está suspensa desde 2021 e terá isenção em 2023. Mesmo assim, as vítimas podem continuar a solicitar as indenizações, já que o fundo dispõe de recursos excedentes. (Agencia Brasil)

Ministro anuncia R$ 400 milhões para busca ativa do CadÚnico

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, anunciou na quarta-feira (29) a liberação de R$ 400 milhões em repasse aos municípios para serem utilizados na Busca Ativa do Cadastro Único (CadUnico). Ao participar da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ocorrida em Brasília (DF), o ministro assinou a portaria que regulamenta as ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento de Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

“Nós estamos liberando hoje a primeira parcela de R$ 195 milhões para que os municípios possam ter a condição de ter dinheiro para o combustível, para contratar pessoas e fazer a busca ativa. Para que a gente possa trazer para dentro dos programas assistenciais quem tem o direito e está lá passando fome”, antecipou o ministro.

A portaria autoriza a transferência de recursos aos entes federativos para fortalecer a capacidade dos municípios, estados e o Distrito Federal de atender o Cadastro Único, para estimular a atualização dos registros com inconsistências e a inclusão cadastral por meio da busca ativa das famílias que mais precisam, especialmente população de rua, povos indígenas, pessoas com deficiência, idosos e crianças em situação de trabalho infantil.

“Um cadastro atualizado, bem-feito, eficiente, é um parâmetro para várias outras políticas. O presidente Lula lançou o Minha Casa, Minha Vida. A prioridade é o Cadastro Único. Ele também é prioridade para o Luz para Todos”, exemplificou Wellington Dias. O ministro acrescentou que 694 mil famílias passaram a fazer parte do Cadastro Único e receber o Bolsa Família somente neste mês de março (Agencia Brasil)

Alimentos típicos da Páscoa estão 14,8% mais caros este ano

Neste ano, a lista de produtos que compõem a cesta da Páscoa está 14,8% mais cara do que a do ano passado, revelou na quarta-feira (29) a Associação Paulista de Supermercados (Apas).

Um dos produtos que contribuíram para o aumento no preço da cesta foi o bacalhau, cujo preço subiu 7,4% no acumulado dos últimos 12 meses, mas a cebola liderou a alta, com 36,2% de aumento no período.

Também ficaram mais caros no acumulado entre a Páscoa do ano passado e a deste ano as cervejas, que subiram 10,9%, o refrigerante (15,7%), a batata (11,7%), o arroz (14,7%), o bombom (11,15%) e o chocolate (10,2%). O único produto da cesta que ficou mais barato nessa comparação foi a corvina, que caiu 7%.

Segundo o diretor-geral da Apas, Carlos Correa, o ideal é o consumidor pesquisar os preços antes de fazer as compras para a Páscoa. “Cada supermercado tem uma negociação diferente com a indústria. É vital que o consumidor faça a sua lista de compras e pesquise os preços no maior número de lojas possível, aproveitando ao máximo as promoções típicas da época”, disse Correa, em nota.

A Páscoa é a segunda data de maior venda para o setor supermercadista do Brasil, perdendo apenas para o Natal.

Neste ano, a Apas estima crescimento de 4,5% nas vendas de Páscoa. A entidade atribui essa possível expansão do setor à desaceleração no preço dos alimentos, aliada ao aumento da renda da população. (Agencia Brasil)

Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ nº 27.819.377/0001-23 - NIRE 35.3.0050436-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18 horas, na sede social da Interligação Elétrica Itapura S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 604, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da **Interligação Elétrica Pinheiros S.A.,** sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 603, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0036018-4, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 10.260.820.0001-76 ("IE Pinheiros"), com versão da parcela patrimonial cindida ("Acervo Cindido") à Companhia, conforme instrumento celebrado em 31 de outubro de 2022, entre a Companhia e a IE Pinheiros ("Protocolo"), o qual integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia e da IE Pinheiros, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, nos termos do Protocolo ("Incorporação"), e o aumento do capital social da Companhia decorrente da Incorporação; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, *caput,* do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da IE Pinheiros levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela IE Pinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 67.548.704,07 (sessenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e quatro reais e sete centavos), composto por participação no capital social, reserva de lucro e lucro acumulado, conforme descrito no Laudo de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Incorporação, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Incorporação, aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 31.928.240,32 (trinta e um milhões, novecentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), passando dos atuais R$ 185.401.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões e quatrocentos e um mil reais) para R$ 217.329.240,32 (duzentos e dezessete milhões, trezentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), sendo os R$ 0,32 (trinta e centavos) desprezados para fins do presente aumento, mediante a emissão de 31.928.240 (trinta e um milhões, novecentas e vinte e oito mil e duzentas e quarenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como seu Anexo II. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. **5.5.** Aprovar, em razão do aumento de capital da Companhia referido no item 5.4, a alteração do artigo 5º, *caput,* do seu estatuto social, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 217.329.240,00 (duzentos e dezessete milhões, trezentos e vinte e nove mil e duzentos e quarenta reais), divido em 217.329.240 (duzentos e dezessete milhões, trezentas e vinte e nove mil e duzentas e quarenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.888/22-0 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ/ME 27.819.377/0001-23 - NIRE 35.3.0050436-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18h40, na sede social da Interligação Elétrica Itapura S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 604, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida à **Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.,** sociedade por ações situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, conjunto 703, sala 1, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 32.318.927/0001-60, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0052987-1 ("IE Jaguar 6") ("Acervo Cindido"), conforme instrumento celebrado entre a Companhia, e a IE Jaguar 6 em 31 de outubro de 2022 ("Protocolo"), que integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, nos termos do Protocolo ("Cisão"), e a redução do capital social da Companhia decorrente da Cisão; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, caput, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo, inclusive para obtenção de autorização de terceiros interessados. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da Companhia levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela Companhia e incorporado pela IE Jaguar 6 corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 111.192.303,10 (cento e onze milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e três reais e dez centavos), composto por participação no capital social, conforme descrito no Laudo de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Cisão, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Cisão, aprovar alteração do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$ 217.329.240,00 (duzentos e dezessete milhões, trezentos e vinte e nove mil e duzentos e quarenta reais) para R$ 106.136.936,90 (cento e seis milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa centavos), uma redução, portanto, no montante de R$ 111.192.303,10 (cento e onze milhões, cento e noventa e dois mil e trezentos e três reais e dez centavos), sendo os R$ 0,90 (noventa centavos) excedentes desprezados para fins do capital social da Companhia, com o cancelamento de 111.192.304 (cento e onze milhões, cento e noventa e duas mil e trezentas e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Acionista Rui Chammas declara expressamente que não apresenta oposição à referida operação de redução de capital. **5.5.** Aprovar, em razão das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, a alteração do artigo 5°, caput, do estatuto social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte e nova redação: *"Artigo 5° - O capital social da Companhia é de R$ 106.136.936,00 (cento e seis milhões, cento e trinta e seis mil e novecentos e trinta e seis reais), dividido em 106.136.936 (cento e seis milhões, cento e trinta e seis mil e novecentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, conforme o Anexo II da presente ata, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **1. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.895/22-4 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.

CNPJ/ME nº 32.318.927/0001-60 - NIRE 35.3.0052987-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, Hora e Local. Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18h30, na sede social da Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, conjunto 703, sala 1, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia.** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da **Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.,** sociedade por ações com sede na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 601, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0037006-6, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 10.960.725/0001-85 ("IE Japi"), com versão da parcela patrimonial cindida ("Acervo Cindido") à Companhia, conforme instrumento celebrado entre a Companhia e a IE Japi em 31 de outubro de 2022 ("Protocolo"), que integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20840718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, nos termos do Protocolo ("Incorporação"), e o aumento do capital social da Companhia decorrente da Incorporação; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, caput, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo. **5. Deliberações.** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da IE Japi levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela IE Japi e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 131.091.259,37 (cento e trinta e um milhões, noventa e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), conforme descrito no Laudo de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Incorporação, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Incorporação, aprovar o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 48.372.230,27 (quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta reais e vinte e sete centavos), sendo os R$ 0,27 (vinte e sete centavos) desprezados para fins do aumento, mediante a emissão de 48.372.230 (quarenta e oito milhões, trezentas e setenta e duas mil e duzentas e trinta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais serão totalmente subscritas na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente Ata com seu Anexo II. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. **5.5.** Aprovar, em razão das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte e nova redação: *"Artigo 5° - O capital social da Companhia é de R$ 48.373.230,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e três mil e duzentos e trinta reais), dividido em 48.373.230 (quarenta e oito milhões, trezentas e setenta e três mil e duzentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.894/22-0 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.

CNPJ/ME 32.318.927/0001-60 - NIRE 35.3.0052987-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, hora e local: Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18h40, na sede social da Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, conjunto 703, Sala 1, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia:** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da **Interligação Elétrica Itapura S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 604, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0050436-4, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 27.819.377/0001-23 ("IE Itapura"), com versão da parcela patrimonial cindida ("Acervo Cindido") à Companhia, celebrado em 31 de outubro de 2022, entre a Companhia e a IE Itapura ("Protocolo"), o qual integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia e da IE Itapura, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20840718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, nos termos do Protocolo ("Incorporação"), e o aumento do capital social da Companhia decorrente da Incorporação; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, caput, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da IE Itapura levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela IE Itapura e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 111.192.303,10 (cento e onze milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e três reais e dez centavos). **5.4.** Aprovar a Incorporação, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Incorporação, aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 111.192.303,10 (cento e onze milhões, cento e noventa e dois mil e trezentos e três reais e dez centavos), passando dos atuais R$ 48.373.230,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e três mil, duzentos e trinta reais) para R$ 159.565.533,10 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e dez centavos), sendo os R$ 0,10 (dez centavos) desprezados para fins do presente aumento, mediante a emissão de 111.192.303 (cento e onze milhões, cento e noventa e duas mil e trezentas e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como seu Anexo II. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. **5.5.** Aprovar, em razão do aumento de capital da Companhia referido no item 5.4, a alteração do artigo 5º, caput, do seu estatuto social, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 159.565.533,00 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e trinta e três reais), divido em 159.565.533 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil e quinhentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **1. 6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.896/22-8 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

CNPJ nº 32.578.532/0001-84 - NIRE 35.3.0053075-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, hora e local: Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18 horas e 10 minutos, na sede social da Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 5º andar, conjunto 504, sala 2, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia:** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da **Interligação Elétrica Pinheiros S.A.,** sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 603, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0036018-4, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 10.260.820.0001-76 ("IE Pinheiros"), com versão da parcela patrimonial cindida ("Acervo Cindido") à Companhia, conforme instrumento celebrado em 31 de outubro de 2022, entre a Companhia, a IE Pinheiros ("Protocolo"), o qual integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia e da IE Pinheiros, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 20840718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, nos termos do Protocolo ("Incorporação"), e o aumento do capital social da Companhia decorrente da Incorporação; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, *caput,* do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da IE Pinheiros levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela IE Pinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 104.847.749,63 (cento e quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), composto por participação no capital social, reserva de lucro e lucro acumulado, conforme descrito no Laudo de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Incorporação, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Incorporação, aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 49.558.377,07 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e sete reais e sete centavos), passando dos atuais R$ 1.000,00 (um mil reais) para R$ 49.559.377,07 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais e sete centavos), sendo os R$ 0,07 (sete centavos) desprezados para fins do presente aumento, mediante a emissão de 49.558.377 (quarenta e nove milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil e trezentas e setenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como seu Anexo II. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. **5.5.** Aprovar, em razão do aumento de capital da Companhia referido no item 5.4, a alteração do artigo 5º, *caput,* do seu estatuto social, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 49.559.377,00 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e trezentos e setenta e sete reais), divido em 49.559.377 (quarenta e nove milhões, quinhentas e cinquenta e nove mil e trezentas e setenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.890/22-6 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.

CNPJ nº 32.318.903/0001-01 - NIRE 35.3.0052989-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações")

1. Data, hora e local: Realizada em 31 de outubro de 2022, às 18 horas e 20 minutos, na sede social da **Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.** ("Companhia"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 601, sala 2, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro de presenças dos acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rui Chammas e secretariados pela Sra. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **4. Ordem do Dia:** Deliberou-se a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciar e deliberar acerca do protocolo e justificação de cisão parcial da **Interligação Elétrica Pinheiros S.A.,** sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 603, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP") sob o NIRE 35.3.0036018-4, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 10.260.820.0001-76 ("IE Pinheiros"), com versão da parcela patrimonial cindida ("Acervo Cindido") à Companhia, conforme instrumento celebrado em 31 de outubro de 2022, entre a Companhia e a IE Pinheiros ("Protocolo"), o qual integra esta ata como Anexo I; (ii) tomar ciência da contratação e ratificar a nomeação efetuada pelos administradores da Companhia e da IE Pinheiros, da TATICCA Auditores Independentes S.A., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Geraldo Campos Moreira, 375 - 5º andar - Bairro Brooklin Novo, CEP 04571-020 - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 20.840.718/0001-01, tendo como responsável técnico o Sr. Aderbal Alfonso Hoppe, contador, portador do RG nº 55.526.534-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 541.560.250-04 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 1SC020036/O-8-T-SP ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação; (iv) deliberar sobre a incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, nos termos do Protocolo ("Incorporação"), e o aumento do capital social da Companhia decorrente da Incorporação; (v) deliberar a alteração do artigo 5°, *caput*, do estatuto social da Companhia, para refletir a alteração ao capital social decorrente da deliberação prevista no item (iv) acima; e (vi) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia, bem como praticar todos os atos necessários à implementação dos termos e condições do Protocolo. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia, colocados os documentos à disposição dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, deliberou-se por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Protocolo. **5.2.** Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, que elaborou o Laudo de Avaliação. **5.2.1.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado em balanço patrimonial da IE Pinheiros levantado dia 31 de julho de 2022. **5.3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, sem reservas, em todos os seus termos e condições, o Laudo de Avaliação anexo ao Protocolo. **5.3.1.** Consignar que, nos termos do Protocolo, o Acervo Cindido a ser cindido pela IE Pinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil total de R$ 427.440.352,16 (quatrocentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos), composto por participação no capital social, reserva de lucro e lucro acumulado, conforme descrito no Laudo de Avaliação. **5.4.** Aprovar a Incorporação, observados os termos e condições constantes do Protocolo. **5.4.1.** Em razão da Incorporação, aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 202.038.195,60 (duzentos e dois milhões, trinta e oito mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos), passando dos atuais R$ 1.000,00 (um mil reais) para R$ 202.039.195,60 (duzentos e dois milhões, trinta e nove mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos), sendo os R$ 0,60 (sessenta centavos) desprezados para fins do presente aumento, mediante a emissão de 202.038.195 (duzentos e dois milhões, trinta e oito mil e cento e noventa e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como seu Anexo II. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. **5.5.** Aprovar, em razão do aumento de capital da Companhia referido no item 5.4, a alteração do artigo 5º, *caput*, do seu estatuto social, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 202.039.195,00 (duzentos e dois milhões, trinta e nove mil e cento e noventa e cinco reais), divido em 202.039.195 (duzentos e dois milhões, trinta e nove mil e cento e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".* **5.5.1.** Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, bem como as alterações arquivadas perante à JUCESP. **5.6.** Autorizar neste ato a administração da Companhia a praticar todos os atos, cumprir todas as formalidades e assinar todos os documentos necessários para implementar as deliberações ora aprovadas e os termos e condições do Protocolo. **6. Encerramento.** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada, sendo por fim encerrada a assembleia. Mesa: Rui Chammas - Presidente; Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. Acionistas Presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 31 de outubro de 2022. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 675.892/22-3 em 01/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente Edital de Notificação e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, fica(m) **NOTIFICADO(S)** o(s) mutuário(s) abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto-Lei nº 70 de 21/11/66 e das normas complementares do S.F.H, nos termos do artigo 15 da RD 08/70 e artigos 19 e 21 da Lei nº 8.004 de 14/03/1990, e pelo credor exeqüente a dar prosseguimento e promover a **EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL** da(s) HIPOTECA(S) que oneram o(s) imóvel(is) a seguir descrito(s), em favor da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**. Fica(m) cientificado(s), outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de **28/03/2023** para purgar(em) o débito e evitar(em) a execução extrajudicial. Quaisquer informações ou providências deverá entrar em contato com a EMGEA através do telefone 0800-717-7742 ou pelo site www.emgea.gov.br, ou através do e-mail fabianasilva@afdsp.com.br, telefone nº 11-2791-2274.

Contrato: 110034024387 - SED: 1381 - CREDOR: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - AGENTE: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP DEVEDOR(ES): ANTONIO DURVALINO MACIEL COUTINHO, BRASILEIRO, BANCÁRIO, RG. Nº 436.755-MT, CPF: 142.708.031-34 E SUA MULHER MARIA DA GLORIA SIQUEIRA COUTINHO, BRASILEIRA, FONOAUDIÓLOGA, RG. Nº 2.501.310-RJ, CPF: 501.140.347-53, CASADOS SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NOS TERMOS DA LEI 6.515/77. Imóvel sito à RUA CANDIDO FONTOURA, Nº 401, APARTAMENTO Nº 04, BLOCO 02, EDIFICIO PEROBA, CONDOMINIO SOLAR DOS PINHEIROS, 13º SUBDISTRITO BUTANTA, SÃO PAULO/SP.

São Paulo, 28/03/2023.
COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP
Agente Fiduciário

28, 29 e 30/03/2023

Governo estende recadastramento de armas até 3 de maio

O governo federal prorrogou até 3 de maio o prazo de recadastramento de armas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm). O decreto foi publicado na quarta-feira (29) no Diário Oficial da União. O prazo começou em 1º de fevereiro e iria até 30 de março.

Em nota técnica, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, justificou que a prorrogação do prazo tem o propósito de assegurar "melhor adequação da Polícia Federal no cumprimento da atividade de recadastramento atribuída ao órgão policial", considerando as dimensões continentais do país.

O Sinarm, da Polícia Federal (PF), é o sistema de registro de armas de uso permitido de civis que concentra dados de armas mantidas por empresas de segurança privada, policiais civis, guardas municipais e pessoas físicas com autorização de posse ou porte. Já Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), do Exército, registra as armas de uso restrito pertencentes a colecionadores, atiradores e caçadores (CAC's).

Com o recadastramento, todas as armas de uso permitido e de uso restrito devem ser cadastradas no Sinarm, ainda que já registradas em outros sistemas.

Na terça-feira (28), em audiência pública na Câmara dos Deputados, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que o processo tem sido tão bem sucedido que o número de armas recadastradas já é maior do que o de armas originalmente cadastradas nos sistemas oficiais.

Dino não chegou a apresentar novos números, mas no último balanço, da semana passada, 81% das 762.365 armas de CACs, registradas no Sigma, haviam sido recadastradas na Polícia Federal. As mais de 613 mil armas recadastradas superam a meta do governo, que era chegar a 80% de recadastramentos feitos.

Os proprietários que não desejarem mais manter a propriedade de armas poderão entregá-las em um dos postos de coleta da Campanha do Desarmamento, autorizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Outra mudança trazida no decreto permite que o diretor-geral da PF estabeleça procedimentos especiais para a apresentação de armamentos, motivados por questões de logística e segurança. O novo texto prevê a possibilidade da exposição às equipes da PF em local distinto das respectivas delegacias.

O recadastramento foi uma determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que suspendeu, por meio de decreto, os registros para aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por CACs. Após o fim dessa etapa, uma proposta de novo decreto com regras sobre aquisição de armas, obtenção de posse ou porte e funcionamento de clubes de tiro será apresentado pelo governo.

Ao determinar a suspensão, Lula criou grupo de trabalho para tratar dessa nova regulamentação ao Estatuto do Desarmamento.

O decreto de quarta-feira também muda a composição do grupo de trabalho, que passará a contar com dois novos integrantes: uma representação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados e uma representação da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal. A participação no grupo foi solicitada pelos interessados ao ministro Flávio Dino. (Agencia Brasil)

MEC aumenta oferta de bolsas para formação de professores em 54%

O Ministério da Educação (MEC) vai aumentar em 54% o número de bolsas dos programas de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e de Residência Pedagógica (PRP), concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os benefícios passarão de 57.682 para 88.963 bolsas concedidas. O anúncio foi feito pelo ministro da Educação, Camilo Santana, na terça-feira (28)./

O Pibid terá acréscimo de 25.656 bolsas, subindo de 29.378 para 55.034, e a PRP, mais 5.625 beneficiários, totalizando aumento de 28.304 para 33.929. Para o ministro Camilo Santana, a ampliação dos programas em mais de 31 mil bolsas de estudo vai ajudar a atender essa demanda das Instituições de ensino superior do país. “Para alfabetizar melhor, precisamos melhorar também a qualidade da formação dos nossos professores. Por isso, vamos ampliar as bolsas/ dos/programas de iniciação à docência e residência”, disse.

Segundo a presidente da Capes, Mercedes Bustamante, das 253 Instituições de ensino superior com projetos aprovados para o Pibid, 187 poderão ter aumento no número de bolsas. Já nos projetos aprovados para a residência pedagógica, das 230 instituições credenciadas, 92 atendem aos critérios para receber mais benefícios. Serão abertos dois períodos para o início das atividades dos novos bolsistas: de 1º a 15 de maio de 2023 e de 1º a 15 de junho de 2023./ ”Esse aumento no número de bolsas contribuirá para a melhoria na formação dos profissionais que atuam na educação básica, o que é central para elevar a qualidade do ensino brasileiro”, diz Mercedes.

Poderão ser atendidas as instituições aprovadas na etapa da análise de mérito e que não receberam a totalidade das cotas solicitadas no projeto institucional ou as que obtiveram as bolsas solicitadas, mas não conseguiram implementá-las integralmente no prazo de início das atividades. Também estão aptas a receber mais bolsas as IES que não conseguiram iniciar os projetos no tempo estipulado ou que tenham ficado em cadastro de reserva.//

Bolsas da Capes

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação é uma das ações da Política Nacional de Formação de Professores do MEC e oferece a estudantes da primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica, no contexto em que estão inseridas./

Parte da mesma política do MEC, o Programa de Residência Pedagógica foi criado para induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura. Pelo programa, o licenciando dá início à imersão na escola de educação básica, na segunda metade do curso./

O valor das bolsas dos dois programas aumentou 75% em fevereiro deste ano. Os estudantes dos cursos de licenciatura beneficiados passaram a receber R$ 700.//(Agencia Brasil)

Toffoli defende autorregulação para combater ataques pela internet

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu, na quarta-feira (29), a autorregulação das redes sociais como uma das medidas para combater a disseminação de ataques contra a democracia e discursos de ódio.

O ministro acompanhou, no período da manhã, o segundo dia da audiência pública realizada pela Corte para debater regras do Marco Civil da Internet sobre a retirada de conteúdos ofensivos das redes sociais.

Em coletiva após a audiência, Toffoli avaliou que a autorregulação pelas empresas que administram as redes sociais é bem-vinda. Ele citou como exemplo o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), órgão privado que reúne empresas de publicidade que definem suas regras para veiculação de campanhas. “Uma autorregulação é sempre bem-vinda, porque você deixa para o Judiciário somente as exceções”, disse.

Colega de Corte de Toffoli, o ministro Luiz Fux apontou que a autorregulação também pode ser uma forma de diminuir a quantidade de ações que chegam ao Judiciário. “A autorregulação é um filtro nesse particular. Na decisão da causa, nós vamos ter de escolher um modelo. Isso, como está sub judice, não se pode adiantar”, afirmou.

Ações no Supremo

A audiência pública foi convocada por Toffoli e Fux, relatores de ações que tratam da responsabilidade de provedores na remoção de conteúdos com desinformação, disseminação de discurso de ódio de forma extrajudicial, sem determinação expressa pela Justiça.

No processo relatado pelo ministro Fux, o STF vai discutir se uma empresa que hospeda site na internet deve fiscalizar conteúdos ofensivos e retirá-los ao ar sem intervenção judicial.

No caso da ação relatada por Dias Toffoli, o tribunal vai julgar a constitucionalidade da regra do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) que exige ordem judicial prévia para responsabilização dos provedores por atos ilícitos.

A audiência seria realizada em 2020, mas, em função das restrições provocadas pela pandemia de covid-19, foi adiada e ocorreu só agora. (Agencia Brasil)

Vale fecha acordo de US$ 55,9 milhões e encerra ação sobre tragédia de Brumadinho

Em comunicado ao mercado, a Vale anunciou ter fechado acordo para encerrar nos Estados Unidos uma ação judicial relacionada com a tragédia ocorrida em Brumadinho, Minas Gerais. A mineradora vai arcar com pagamentos que totalizam US$ 55,9 milhões, mas poderá refutar as acusações. De acordo com comunicado divulgado terça-feira (28), o acordo entrará em vigor assim que for ratificado pelo Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Leste de Nova York.

A ação tramitava desde abril de 2022 e foi movida pela Securities and Exchange Comission (SEC). Trata-se do órgão responsável pela regulação do mercado de ações nos Estados Unidos. A Vale foi acusada de enganar investidores sobre a segurança de suas barragens entre 2016 e 2019, deixando-os sem informações adequadas para realizar avaliações de riscos.

A SEC sustentou que auditorias foram manipuladas para emissão de certificados de estabilidade fraudulentos, escondendo a real situação de diversas estruturas, entre as quais a que se rompeu em Brumadinho em janeiro de 2019, causando 270 mortes e danos ambientais e sociais em diversos municípios da Bacia do Rio Paraopeba. Conforme consta na ação, após a tragédia, a mineradora perdeu mais de US$ 4 bilhões na sua capitalização de mercado, gerando prejuízos para aqueles que adquiriram seus títulos.

“Há anos, a Vale sabia que a barragem de Brumadinho, construída para conter subprodutos potencialmente tóxicos das operações de mineração, não atendia aos padrões internacionalmente reconhecidos de segurança de barragens. No entanto, os relatórios de sustentabilidade públicos da Vale e outros registros públicos garantiram fraudulentamente aos investidores que a empresa aderiu às ‘mais rígidas práticas internacionais’ na avaliação da segurança de barragens e que 100% de suas barragens foram certificadas como estáveis”, denunciou a SEC ao mover a ação.

Desde o início, a mineradora negou as acusações e disse estar empenhada na reparação dos prejuízos. “A Vale segue com seu compromisso de remediar e reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho em 2019”, reiterou no comunicado ao mercado. Em janeiro deste ano, no quarto aniversário da tragédia, os atingidos cobraram maior participação .

Se fosse considerada culpada, a mineradora poderia ser condenada por violar disposições antifraude e leis federais de valores mobiliários e ser obrigada a restituir com juros os prejuízos, além de outras penalidades. Com o acordo, a ação deverá ser encerrada. Nas negociações, a SEC concordou em não se opor a uma moção onde a Vale rejeitará todas as alegações de que teria agido com intenção fraudulenta ou imprudente em relação às suas divulgações.

A emissão de laudo de estabilidade falso foi apontada em diversas investigações que ocorreram no Brasil sobre a tragédia ocorrida em Brumadinho. Na primeira etapa do inquérito da Polícia Federal, concluído em setembro de 2019, foram indiciados sete funcionários da Vale e seis da Tüv Süd, consultoria alemã que assinou o laudo de estabilidade da barragem. Eles foram acusados de falsidade ideológica e uso de documentos falsos, por ignorar os parâmetros técnicos adequados e forjar os relatórios de inspeção e a declaração de estabilidade.

A denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que resultou na ação criminal aberta na Justiça mineira, também apontou a existência de conluio entre a Vale e a Tüv Süd. As duas empresas foram acusadas de esconder do poder público e da sociedade a real situação da barragem. Esse processo foi suspenso no fim do ano passado após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que o caso não era da competência da Justiça estadual. No entanto, a denúncia produzida pelo MPMG foi reapresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça federal. (Agencia Brasil)

Presidenta da Funai elege medidas urgentes para terra Yanomami

Proteção territorial e desintrução de garimpeiros, além da aplicação correta de recursos. São medidas urgentes que devem ser tomadas no Território Yanomami, segundo avaliação da presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana.

Ela esteve na quarta-feira (29) na comissão do Senado criada para acompanhar as ações na região. Joenia Wapichana apontou o aumento das invasões e das áreas de garimpo e a desestruturação da assistência de saúde indígena, além da falta de políticas de proteção desses povos, como as causas de uma tragédia anunciada. Ela falou sobre o que deve ser feito.

“[É preciso] superar esse quadro, o desmatamento, a destruição dos ecossistemas, a contaminação do solo, da água, o assoreamento dos rios, a diminuição da população dos peixes, a contaminação de peixes por mercúrio, a diminuição da roça”, destacou.

Isso, segundo ela, falando da questão ambiental. Da parte da saúde, a preocupação é com o aumento de doenças infectocontagiosas e da contaminação por mercúrio, da desestruturação das comunidades e do tráfico de drogas.

Da parte da fiscalização das leis, o rastro do ouro precisa ser revisto. Segundo ela, acabar com a boa-fé, a possibilidade de compra do ouro sem o certificado de origem.

Representante do Ministério dos Povos Indígenas, Marcos Kaigang disse que a pasta trabalha em conjunto com outras áreas para montar um plano de atuação conjunta mas que o principal, uma das coisas que deve ser o foco, é o aumento do efetivo na região, dos servidores da Funai, da equipe de saúde e mais orçamento para as ações na região. (Agencia Brasil)

Irregularidades na concessão do serviço funerário serão alvo do TCMSP

O Tribunal de Contas do Munícipio de São Paulo (TCMSP) irá investigar irregularidades nos serviços funerários prestados pelas concessionárias depois da privatização do setor na capital paulista. Quatro consórcios privados, vencedores da licitação, assumiram, desde o último dia 7, a gestão, manutenção, exploração, revitalização e expansão de 22 cemitérios e crematório público do município de São Paulo.

Entre os problemas detectados pelo TCM estão a falta de oferta, pelas concessionárias, do sepultamento gratuito às famílias de baixa renda; assim como a não disponibilidade do funeral social – que pode ser requerido por qualquer morador do município e tem preço tabelado de R$ 566,04.

Uma mesa técnica foi chamada pelo TCM com a convocação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SPRegula), da prefeitura de capital paulista. “A mesa técnica está sendo chamada com a principal responsável pela fiscalização da execução da concessão, que é a SPRegula. Como o nome diz, é o órgão municipal de regulação das parcerias público privadas. É encarregada de fiscalizar a execução dos contratos da concessão”, destaca o conselheiro do TCM, relator do tema, Maurício Faria.

De acordo com o conselheiro, a investigação do TCM foi motivada por uma série de irregularidades, mas principalmente pelo caso de um casal de baixa renda que não recebeu o direito da gratuidade para o enterro de um bebê natimorto. “Os pais eram pessoas de pouca renda e teriam o direito à gratuidade e não foram atendidos dessa forma”, disse.

“Foi um caso grave porque ficou o registro da dor daquele casal que havia perdido o seu bebê e que ficou sem atendimento nesse momento tão difícil”, acrescentou.

Segundo Faria, o TCM buscará respostas da SPRegula sobre o não cumprimento pelas concessionárias dos termos do contrato de privatização – que previa a gratuidade a pessoas de baixa renda, e o funeral social. “Nós queremos que seja apresentada a visão da SPRegula e do serviço funerário a respeito dessas irregularidades já constatadas, já são fatos registrados, fatos existentes. Terão que ser considerados e respondidos, por que que isso aconteceu? E, principalmente, qual é o plano para que as irregularidades não voltem a acontecer, o plano de fiscalização da execução contratual?”, questionou.

De acordo com o conselheiro, a divulgação feita pela prefeitura sobre o serviço após a privatização do setor funerário da cidade está falha e não deixa claro os direitos dos de quem precisa do serviço.

“Se você entra no site da prefeitura, neste campo dos atendimentos funerários, ele é falho, não há um passo a passo didático, claro. E, uma vez dada essa informação, é preciso que essas regras da concessão sejam cumpridas”.

Todos os moradores da capital paulista, sem exceção, podem solicitar o funeral social, no valor de R$ 566,04, que dá direito a caixão ou urna funerária, transporte, cerimonial para velório, aluguel da sala de velório pelo prazo mínimo de duas horas, sepultamento, e exumação.

Poderá se habilitar ao direito da gratuidade do sepultamento quem demonstrar ser membro da família do falecido, com renda mensal familiar per capta de até meio salário mínimo, ou renda mensal familiar de até três salários mínimos, bem como possuir inscrição válida e atualizada no Cadastro Único (CadÚnico); ou ter sido cadastrado no Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua nos últimos 12 meses. Também tem direito à gratuidade o familiar que comprovar a doação dos órgãos corporais do falecido.

Pedido de investigação

O vereador Toninho Véspoli (PSOL) encaminhou pedido de providências ao Ministério Público (MP) do estado e ao Tribunal de Contas do Município (TCM) pedindo fiscalização das irregularidades nos serviços das concessionárias que atuam no serviço funerário da cidade.

“Aparentemente, as concessionárias estão coagindo pessoas socioeconomicamente vulneráveis a realizar o pagamento de taxas que chegam até R$ 900, sob a ameaça que seu ente querido não terá direito a um enterro digno”, diz o texto do documento.

“Mesmo que a gratuidade no sepultamento de pessoas cujos familiares não possuem condições de pagar as despesas dos serviços que envolvem os sepultamentos estejam garantidas em leis, decretos e resoluções municipais, as concessionárias seguem causando sofrimento aos mais necessitados”, complementa.

A reportagem procurou a SPRegula, da prefeitura de São Paulo, e aguarda manifestação. De acordo com a administração municipal, as concessionárias são responsáveis pelas obras emergenciais, principalmente as voltadas para a recuperação de telhados, redes de energia, iluminação e ventilação, redes sanitárias, principalmente a parte de banheiros e bebedouros, adequações nas instalações das administrações e agências funerárias, com a instalação de equipamentos de informática, pinturas e mobiliário.

O setor serviço seguirá assistido pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP) até janeiro de 2024, quando as empresas assumem por completo a atividade, sob a fiscalização da SPRegula. Os contratos de concessão dos serviços funerários terão vigência de 25 anos. De acordo com a administração municipal, as concessões devem gerar cerca de R$ 2,16 bilhões em benefícios econômicos para a cidade, entre o pagamento das outorgas, investimentos e impostos municipais. (Agencia Brasil)

